

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

***“TEM QUE SABER MEXER”*: UMA ETNOGRAFIA  
SOBRE TRABALHADORES MANUAIS, MORADORES  
DA PERIFERIA DE SANTA MARIA – RS.**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Cristiane Savian de Oliveira**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2014**

***“TEM QUE SABER MEXER”*: UMA ETNOGRAFIA  
SOBRE TRABALHADORES MANUAIS, MORADORES  
DA PERIFERIA DE SANTA MARIA – RS.**

**Cristiane Savian de Oliveira**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Cultura e Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jurema Gorski Brites**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2014**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado:

**“TEM QUE SABER MEXER”: UMA ETNOGRAFIA SOBRE  
TRABALHADORES MANUAIS, MORADORES DA  
PERIFERIA DE SANTA MARIA – RS.**

Elaborada por  
**Cristiane Savian de Oliveira**

Para a obtenção do grau de  
**Mestre em Ciências Sociais**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Jurema Gorski Brites, Dr<sup>a</sup>** (Presidente/Orientadora)

---

**Heloísa Helena Salvatti Paim, Dr<sup>a</sup>** (SMS – Viamão, RS)

---

**Maria Catarina Chitolina Zanini, Dr<sup>a</sup>** (UFSM)

Santa Maria, 15 de Setembro de 2014.

## **Dedicatória**

Ao meu pai, homem, trabalhador e ser de puro amor!

## Agradecimentos

À Coordenação de Apoio e Pesquisa em Estudo Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado que possibilitou toda estrutura necessária para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM, através de sua coordenação, secretaria e professores! Agradeço imensamente todas as oportunidades de reflexão e debate.

Às professoras do GEPACS, em especial Zulmira Newlands Borges e Fátima Perurena, pelo carinho e atenção com que me receberam. Às colegas do grupo, com quem pude dialogar e trocar experiências.

À turma do mestrado de 2012, amigas/os, parceiras/os e agora, mestres! Foram tantas vivências e trocas que nada valeria a pena se não fosse com vocês! Em especial, agradeço ao nosso grupo das “lulus”, em que formamos um elo importante para compartilhar as angústias e tensões de se elaborar uma dissertação, além de ser o momento em que as risadas nos faziam relaxar e esquecer das “cobranças”. Um beijo carinhoso à Pri, Dani e Gabi, com dividi muitas alegrias!

Gostaria de agradecer carinhosamente às professoras Heloisa Paim e Maria Catarina Zanini, pela leitura crítica e enriquecedora que fizeram ao texto apresentado para o Exame de Qualificação, que permitiram, além do desenvolvimento do trabalho, meu deslocamento enquanto pesquisadora. Obrigada por aceitarem, mais uma vez, estarem presentes neste momento!

À minha orientadora, Jurema Brites, incansável na busca de me proporcionar outros olhares e fundamental no momento de crise intelectual. Obrigada pela paciência, pela confiança, pelo incentivo, pelo carinho! És uma inspiração de mulher!

À Joana, pelo empurrão inicial desta pesquisa e durante ela! Não tenho palavras para descrever a gratidão que sinto pela tua atitude. Agradeço a receptividade de Marcelo – diretor da empresa onde realizei a pesquisa – por permitir que a mesma fosse realizada. O mundo acadêmico também agradece!

Aos Trabalhadores, informantes desta pesquisa, homens que com generosidade me receberam e compartilharam dos momentos de trabalho, cansaço, folga e refeições. Agradeço a confiança e espero que este trabalho seja também digno do trabalho de vocês!

A todxs meus/minhas amigxs! De longa e de “nova” data! Seria injusta se nomeasse cada um. Obrigada pelos momentos de descontração, em que pacientemente me ouviram falar dos problemas e das dificuldades que uma atividade como essa carrega. E que souberam entender minha ausência, meu descaso, meu cansaço... Sem vocês minha vida nunca seria tão alegre e feliz! Obrigada, obrigada, obrigada!

Agradeço a minha “segunda família”, a família “Arruda/Greff”, que me acompanha há tantos anos e que me incentiva a cada passo! Sei e sinto o amor e apreço que cada um sente por mim, e da mesma forma, amo-os imensamente, muito mais do que demonstro! Obrigada por todo carinho!

Agradeço aos meus amores e eternos incentivadores, minha família! Minha vó, minhas tias, tios, primos e primas, que não viam a hora que eu “saísse do quarto”! Sabemos o quanto esta trajetória foi difícil e eu agradeço pelo amor, carinho e afeto que sempre recebi! Não poderia imaginar estar em uma família melhor! Vocês são demais!!! Amo muito todos vocês!

Ao meu companheiro Jefferson (Pepo) por todos esses anos em que caminhamos juntos. Sei quanto me admira e torce por mim, amor. Obrigada por me aturar nestes momentos tão difíceis e me tirar da frente do computador para “viver a vida”. É nossa verdade: “somos tudo um para o outro, inclusive problema”. Te amo!

À minha mãe, Marilaine, por todo o incentivo, palavras de afeto, ternura e amor. Obrigada por estender a mão, o braço, o ombro e tudo mais que eu precisar! Espero um dia poder retribuir! Te amo muito!

Ao meu irmão Rafael, és o meu coração que bate fora do peito!

À Lidiane, minha “boadrasta”, que entrou em nossas vidas para que tudo desse certo! Obrigada por trazer ao mundo nosso anjo Ana Clara, minha irmã caçula, e por amar e cuidar do nosso “papai”!

Por fim, agradeço meu pai, Delson, simplesmente por me mostrar o que é ser amada e ensinar a amar... Obrigada por acreditar em mim, nos meus sonhos, na minha vitória! Obrigada por nunca me deixar sentir a distância que nos separa. Te amo infinitamente...

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal de Santa Maria

### ***“TEM QUE SABER MEXER”*: UMA ETNOGRAFIA SOBRE TRABALHADORES MANUAIS, MORADORES DA PERIFERIA DE SANTA MARIA – RS.**

AUTORA: CRISTIANE SAVIAN DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> JUREMA GOSRKI BRITES

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de Setembro de 2014

O objetivo desta dissertação busca analisar as representações e práticas sociais de trabalhadores manuais moradores da periferia de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Para isso, procurou-se compreender como estes homens constituem-se como sujeitos neste contexto, através de suas narrativas e práticas de trabalho, das relações interpessoais formadas e dos conhecimentos adquiridos no ambiente laboral. A partir da observação participante e da escrita etnográfica, buscou-se refletir como este determinado tipo de trabalhador, que aparentemente vivencia uma situação de desvantagem na sociedade brasileira, perpetua seus saberes.

**Palavras-Chave:** Trabalhadores, periferia.

## **ABSTRACT**

Master Degree Thesis

Post-graduation in Social Science

Federal University of Santa Maria

### **“YOU HAVE TO KNOW HOW TO MOVE”: AN ETHNOGRAPHY ABOUT MANUAL WORKERS THAT LIVE ON THE PERIPHERY OF SANTA MARIA – RS.**

**AUTHOR: CRISTIANE SAVIAN DE OLIVEIRA**

**ADVISOR: JUREMA GORSKI BRITES**

**Date and Place of defense: Santa Maria, 15 September 2014.**

The purpose of this dissertation is to analyse the representations and social practices of manual workers that live in the periphery of Santa Maria, RS. For this, we seek to understand how these men constitute themselves as subjects in this context, through their narratives and work practices, the interpersonal relationships that are formed and the knowledge acquired in the workplace. From the participant observation and ethnographic writing, we sought to reflect how this particular type of worker which apparently lives in a situation of disadvantage in Brazilian society, perpetuates his knowledge.

**Keywords:** Workers, Periphery.



## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 DO CENTRO À PERIFERIA – A MADEIRAL, O BAIRRO, O GALPÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>1.1 Do centro à periferia I - Conhecendo a Madeiral .....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 Do centro à periferia II – Depósito ou Galpão? .....</b>	<b>27</b>
<b>1.3 Os trabalhadores.....</b>	<b>34</b>
<b>1.4 Aprendendo etnografia na prática – Método e escrita, atravessamentos e estratégias. ....</b>	<b>36</b>
1.4.1 Método, ética e escrita.....	37
1.4.2 Atravessamentos e estratégias – Experiências de uma pesquisadora mulher em um galpão masculino .....	43
<b>2 A PERIFERIA ENQUANTO LUGAR DOS TRABALHADORES.....</b>	<b>54</b>
<b>2.1 Santa Maria: uma cidade de oportunidades? .....</b>	<b>54</b>
<b>2.2 A formação da periferia em Santa Maria – A periferia como espaço de morada dos trabalhadores .....</b>	<b>58</b>
<b>2.3 A periferia enquanto um espaço para o trabalho dos trabalhadores .....</b>	<b>69</b>
2.3.1 Unindo os troncos – O ramo madeireiro .....	71
2.3.2 Cotidiano de trabalho .....	74
<b>2.4 A hora do almoço ou “a hora da boia” .....</b>	<b>83</b>
<b>3 ENTRE SABERES NAS CLASSES TRABALHADORAS.....</b>	<b>87</b>
<b>3.1 “Tem que saber mexer” – Conduzindo as máquinas .....</b>	<b>87</b>
<b>3.2 Trabalho Manual X Trabalho Intelectual .....</b>	<b>90</b>
<b>3.3 “Patrão é patrão, empregado é empregado”.....</b>	<b>92</b>

<b>3.4 “Os lá de cima” e os “lá de baixo” – entre posições simbólicas .....</b>	<b>100</b>
<b>3.5 A honra de ser trabalhador .....</b>	<b>101</b>
<b>3.6 Trabalho e família .....</b>	<b>104</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>112</b>

## LISTA DE SIGLAS

AEIS: Áreas de Interesse Social

CBO: Classificação Brasileira de Ocupações

CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

COHAB-RS: Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul

ESF: Estratégia de Saúde da Família

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

KM: Quilômetro

MC: Mestre de Cerimônia

MNLM: Movimento Nacional de Luta pela Moradia

PDDUASM: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santa Maria

RAP: Rhythm And Poetry

RJ: Rio de Janeiro

RS: Rio Grande do Sul

SFH/BNH: Sistema Financeiro Habitacional/Banco Nacional de Habitação

SP: São Paulo

SUS: Sistema Único de Saúde

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFSM: Universidade Federal de Santa Maria

VDs: Visitas Domiciliares

VFRGS: Viação Férrea do Rio Grande do Sul

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Representação do mapa para chegar ao espaço da pesquisa.....	28
Figura 2 – Vista panorâmica do local da pesquisa. ....	32
Figura 3 - Tabela com a caracterização dos trabalhadores do Depósito. ....	36
Figura 4 - Localização de Santa Maria no mapa do Rio Grande do Sul .....	55
Figura 5 - Mapa do Município de Santa Maria conforme sua divisão em Distritos.....	59
Figura 6 - Regiões Administrativas do Distrito da Sede .....	60
Figura 7 - Relação das Ocupações ocorridas em Santa Maria de 1960 a 1991.....	62
Figura 8 - Distrito da Sede com localização das AEIS .....	66
Figura 9 - Escrita feita por um dos trabalhadores. "Vida loka".....	79
Figura 10 - Desenho do "galpão", externamente e internamente. ....	83

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de investigação as representações e práticas sociais de trabalhadores manuais de uma madeireira em/de Santa Maria<sup>1</sup>. Para tal, buscou-se compreender como estes homens, que são moradores da periferia da cidade, constituem-se como sujeitos neste contexto, através das práticas de trabalho, das relações interpessoais formadas e dos conhecimentos adquiridos no ambiente laboral. Desta forma, esta pesquisa trata-se de um texto etnográfico que tem como base a observação destes trabalhadores em seu ambiente de trabalho e suas narrativas, coletadas durante a pesquisa de campo, realizada nos meses de março a julho de 2013 e março de 2014.

Minha aproximação com o tema de pesquisa surgiu a partir de questionamentos latentes que me acompanharam durante o final da minha graduação em Psicologia. Inaugurando o estágio curricular em Psicologia Social, fui direcionada a uma Estratégia de Saúde da Família<sup>2</sup> (ESF), e durante este percurso, que duraram 12 meses, acompanhei realidades díspares das que convivia.

Diferentemente do que encontrava em minha casa e em minha rede de relações – onde a maioria dos homens possuíam ensino superior e, apesar de trabalharem fora de casa participavam juntamente com as mulheres na criação dos filhos – constatei que nesta vila<sup>3</sup> onde a ESF estava localizada os homens praticamente não se envolviam nas atividades que ali existiam – com exceção de homens mais velhos com idade avançada – fossem elas vacinações, distribuição de remédios, grupos operacionais ou até com alguma criança “a tira colo”.

---

<sup>1</sup>Santa Maria está localizada na região central do Rio Grande do Sul e possui atualmente uma população de 273.489 habitantes, distribuídos em uma área de 1.788,121 km<sup>2</sup>. Dados coletados no site do IBGE: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431690&search=rio-grande-do-sul|santa-maria> Acesso em: 10 de março de 2014.

<sup>2</sup>A ESF é um programa do Ministério da Saúde que tem como prioridade realizar atenção contínua nas especialidades básicas, com uma equipe multiprofissional habilitada para desenvolver as atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde, destinados à família e a comunidade (COSTA e CARBONE, 2004). Para maiores informações sobre a implementação deste modelo de atenção à saúde, ver Machado (2002), Ceccin (2005), Dhein (2010), dentre outros.

<sup>3</sup>Categoria nativa para se referir a um bairro de periferia.

Quando saía para atividades fora do postinho<sup>4</sup>, dentre elas as Visitas Domiciliares<sup>5</sup> (VDs), verifiquei que estes homens também não se encontravam em casa, muitos não fazendo mais parte do núcleo doméstico. Afinal, onde estavam aqueles homens adultos? Estes foram meus primeiros estranhamentos, que não pararam por aí. Por que a maioria daquelas mulheres criavam seus filhos sem a ajuda paterna? Que lugar a figura masculina ocupava naquelas famílias? Quem eram estes homens, o que faziam, onde estavam?

É neste percurso transversalizado por inquietações que cheguei ao mestrado. Após os primeiros contatos com os trabalhos realizados pela Antropologia no que tange os grupos populares, como se refere Cláudia Fonseca (1995, 2000) ou as classes trabalhadoras urbanas, para usar a terminologia de Luiz Fernando Dias Duarte (1986) – e que melhor se adequa a este trabalho – pude compreender um pouco destas relações que antes eram tão obscuras para mim. Sem perder de vista minhas limitações, visto que eu era apenas uma jovem aprendiz de antropóloga que sempre teve mais curiosidade do que talento, viabilizei um projeto inicial onde o objetivo consistia em analisar as narrativas masculinas acerca das uniões e desuniões nas famílias de grupos populares.

Minhas intenções eram constatar quais as expectativas de marido/companheiro que recaem sobre os homens nas relações conjugais; quais as perspectivas que incidem sobre os homens na qualidade de pai e como eles entendem esta questão; qual o papel do homem nestas famílias e quais as principais mudanças ocorridas na vida deles com o gradual espaço que as mulheres vêm ganhando no mercado de trabalho; quais as principais causas elencadas como fatores de separações e as principais dificuldades e queixas que um homem recém-separado enfrenta.

Desde a elaboração do projeto sabia das dificuldades que poderia enfrentar ao lidar com um assunto delicado como este, justamente pela minha condição de ser uma pesquisadora mulher. Não obstante, eram estas questões que me levavam a pensar, questionar e desejar fazer pesquisa. Mesmo com possíveis futuros obstáculos, decidi tentar. E o primeiro contratempo não demorou a vir: as dificuldades em encontrar um campo para iniciar a pesquisa se mostraram rápidos como eu não imaginava. Mesmo na comunidade onde eu já

---

<sup>4</sup> Termo regional para se referir à ESF.

<sup>5</sup> As VDs, também conhecidas como “atenção domiciliar”, se caracterizam pelas ações de saúde realizadas no domicílio do sujeito usuário do serviço, partindo do diagnóstico da realidade em que está inserido, tendo como objetivos a promoção, manutenção e restauração da saúde (LACERDA et. al, 2006).

convivia e onde muitos me conheciam, a resistência partiu diversas vezes, das próprias mulheres que não viam com “bons olhos” meu interesse na pesquisa. Imagina como seria, então, em um lugar desconhecido?! Tive que aprender a lidar com insinuações do tipo “*tá querendo saber demais heim*” ou “*ih minha filha, tu?* [me olhou de cima a baixo] *Acho brabo...*”, que nada mais eram do que representações do que minha figura simbolizava para elas.

A presença feminina de uma mulher com traços de classe média, jovem, pele e cabelos claros seria facilmente barrada, pois eu era vista como uma rival em potencial por aquelas mulheres, alguém que poderia estar ali para desviar a atenção de “seus homens”, e mesmo que esta não fosse minha intenção, não poderia ignorar o fato de que, como a literatura dos grupos populares nos mostra (Heloisa Paim, 1998; Cláudia Fonseca, 2000; Jurema Brites, 2000), as mulheres destas camadas sociais orgulham-se de ter um companheiro, pois ter um homem em casa representa mais do que um apoio financeiro. É a valorização do status feminino perante o grupo que está em jogo. E conseqüentemente aquelas que ainda não alcançaram este objetivo, assim o desejam.

Neste passar de tempo uma pessoa da minha rede de relações, ao tomar conhecimento da proposta de trabalho, disse conhecer uma madeireira onde vários homens deste segmento trabalhavam juntos, cortando, descarregando e empilhando madeiras, e caso fosse do meu interesse, ela veria a disponibilidade para a realização da pesquisa naquele local. Fiquei contente com esta nova oportunidade, entusiasmada, pois esta seria a melhor maneira de iniciar os contatos com estes homens e possivelmente, chegar até suas famílias.

Durante o trabalho de campo no depósito da Madeiral<sup>6</sup>, os dados recolhidos em campo ressaltaram outras questões para análise que não as que eu procurava inicialmente. Por mais que eu tivesse a intenção de explorar a temática familiar e as relações conjugais destes homens, o contexto do meu universo empírico me levava para outros caminhos. Para aqueles homens, moradores da periferia de Santa Maria, trabalhadores de baixa-renda, falar sobre família era algo que ficava em segundo plano: o trabalho ocupava o posto principal. Diferentemente de alguns pesquisadores que projetam um roteiro de pesquisa com objetivos claros e têm êxito na sua empreitada, eu observava, escutava, conversava, indagava, muitas vezes direcionava nossas conversas informais para os principais temas propostos, mas eu

---

<sup>6</sup>Nome fictício a empresa de madeiras e materiais de construção, sobre a qual falo mais detalhadamente no item 1.1 do primeiro capítulo.

percebia que, por mais educados que fosse ao me responderem, o assunto sempre acabava voltando para o mesmo lugar, o lugar em que estávamos: o trabalho.

Após o Exame de Qualificação pude pensar sob outra ótica. Através de sugestões feitas pela banca composta pelas professoras que também compõe a banca de defesa deste trabalho, e relendo meus diários de campo me dei conta de que todo o material que possuía se referia às práticas daqueles trabalhadores. Realizei minhas observações e recolhi as narrativas neste universo.

Percebi que como pesquisadora, me deixei cegar pelo primeiro objeto que havia construído, menosprezando, em um primeiro momento, o material riquíssimo que tinha em mãos. Mas esse não seria justamente um dado a ser trabalhado na pesquisa? Aprendemos que a etnografia não exige uma continuidade perfeita entre projeto e realização, e não seria esta possibilidade de redefinir o objeto de estudo durante seu desenvolvimento uma especificidade da pesquisa antropológica? (ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004). Ou como coloca Cláudia Fonseca (1999),

[...] na antropologia clássica, o pesquisador escolhe primeiro seu “terreno” e só depois procura entender sua representatividade. Chega ao campo com algumas perguntas ou hipóteses, mas é sabido que estas devem ser modificadas ao longo do contato com os sujeitos pesquisados. Muitas vezes o “problema” enfocado sofre uma transformação radical em função de preocupações que só vêm à tona através da pesquisa de campo. É o dado particular que abre o caminho para interpretações abrangentes (FONSECA, 1999, p. 60).

Após refletir sobre estas questões, repensar sobre meu campo e reler meus diários pude entender que o grupo por mim pesquisado não poderia dançar conforme a minha música, pois eles apresentavam suas especificidades, e era com elas que eu precisava trabalhar. Neste período, enquanto fazia minhas leituras, tive contato com os trabalhos de Jurema Brites (2000) e Daniela Romcy (2013) sobre as relações hierárquicas no mundo do trabalho, cada um dentro de seus objetivos e particularidades, mas que também contribuíram para o desenvolvimento do meu trabalho de campo.

O primeiro trata das relações hierárquicas entre patroas e empregadas numa perspectiva intragênero, trazendo para a discussão o debate sobre classe social. Desse modo, pude pensar meu grupo de informantes como uma categoria de trabalhadores inseridos nesta relação, pois além de possuírem um patrão, são homens inseridos em uma relação de classes que demarca cotidianamente suas diferenças.

Algum tempo depois tive contato com o trabalho de Daniela, sobre as relações hierárquicas intergênero em um canteiro de obras, onde os homens são subalternos chefiados



por uma mulher. Nesta pesquisa, tive a oportunidade de pensar os homens subalternos trabalhando entre si, em suas inter-relações e dinâmicas próprias.

Assim como Roberto DaMatta (1987) pensa na oposição entre os espaços da Casa e da Rua como uma metáfora para entendermos a sociedade em que vivemos, podemos fazer a mesma reflexão neste trabalho: se o espaço da casa é entendido como o espaço da subalternidade, ligado ao feminino e o espaço da rua é dominante, masculino, ainda mais por ser o lugar do trabalho remunerado e da vida pública, como se dá este processo em que os homens que ocupam este espaço, por definição dominante, estão inseridos em uma posição de subalternidade?

A partir das questões apresentadas, o trabalho fundamenta-se em quatro principais questões:

- 1) Que lugar o trabalho ocupa na vida deste grupo de trabalhadores?
- 2) De que forma ele está atrelado na produção do sujeito, morador da periferia? Que especificidades podem existir nas práticas laborais deste grupo de trabalhadores?
- 3) Que elementos culturais podemos apreender deste grupo?

O objetivo foi e ainda é refletir sobre como um determinado tipo de trabalhador – neste caso, de baixa escolaridade, baixa remuneração, morador da periferia e que ocupa uma posição inferior dentro da hierarquia da empresa – vivencia este contexto que aparentemente o põe em situação de desvantagem na sociedade. Neste caso, pensar em trabalhadores nestas condições possibilita pensarmos em uma problemática antropológica sobre as classes trabalhadoras<sup>7</sup>.

Da mesma forma que Duarte (1986) escolheu o termo por auto representar positivamente o grupo por ele estudado, reitero minha escolha nesta pesquisa por utilizar o termo “classes trabalhadoras urbanas”, pelo mesmo motivo do autor, a auto representação do grupo: mais do que se ver como trabalhadores, o trabalho é algo fundante na vida destes informantes. Desde pequenos acostumados a “pegar no pesado”, aprendizes de pai e avô, foram automaticamente inseridos no sistema produtivo: a maioria veio “de fora”<sup>8</sup> para a vida militar, e logo após o primeiro ano e a baixa (saída do quartel), sem experiência e qualificação foram obrigados a trabalhar sempre em serviços braçais, como carregadores de carga,

---

<sup>7</sup>Este tema será abordado com maior especificidade no 2º capítulo.

<sup>8</sup>Categoria nativa para se referir ao meio rural.

operários da construção civil (o que é mais comum) e este último emprego de carteira assinada. Os nascidos do meio urbano seguem a mesma trajetória, com o diferencial de estudarem um pouco mais por estarem mais perto da escola, no entanto, pararam no ensino médio quando as oportunidades de trabalho surgiram. É de novo no quartel que a trajetória destes trabalhadores se aproxima e segue um fluxo.

Mais do que ser parte ativa da vida destes homens, o trabalho define o status destes dentro da sociedade, dentro da empresa em trabalham e para eles mesmos, já que configuram aspectos de suas próprias masculinidades. Ao encher o peito e afirmar todo orgulhoso “*eu sou trabalhador*” Miro (37 anos, casado, operador de máquina) não apenas demonstra para mim e para os colegas que ali estavam que gosta de pegar no batente, mas também apresenta a categoria trabalhador em oposição a outras, de modo que mostra que não é malandro ou bandido pois está no mesmo emprego há 10 anos e tem a confiança do chefe; que também é um bom chefe de família, pois leva o pão de cada dia para a casa e sustenta a esposa e seus dois filhos.

Enquanto se opõe a “vagabundos”, “bêbados”, “bandidos” ou “malandros” a categoria trabalhador é usada pelos informantes desta pesquisa, assim como em Alba Zaluar (2000) nas favelas cariocas, para indicar o valor moral superior da pessoa assim referida. Não é à toa que Miro é o mais respeitado do grupo, não por ser o mais velho, não por ser o pegador, não por ser o malandro, pelo contrário, ele é o mais careta: não bebe, não fuma, não trai a mulher, não come carne vermelha... Mas o que o Miro tem? Trabalha como ninguém!

As classes trabalhadoras urbanas foram, dentro das Ciências Sociais, de uma maneira geral, definidas pela falta, quer de padrões culturais dominantes, de condições sócio-econômicas, de consciência política. As pesquisas etnográficas desenvolvidas com trabalhadores a partir da década de 1970 (José Leite Lopes, 1976; Teresa Caldeira, 1984; José Guilherme Magnani, 1984; Alba Zaluar, 1985, 2000; Cynthia Sarti, 1996, 2011; Simoni Guedes, 1997; Cláudia Fonseca, 1995, 2000) apresentaram novas perspectivas. Atentando-se para a organização familiar, relações de gênero, lazer, participação política, associações recreativas, etc, estes autores se dirigiram para os bairros populares em busca das dinâmicas culturais próprias a cada contexto.

O trabalho de José S. Leite Lopes (1987), *O Vapor do Diabo*, foi essencial para que se pensasse o processo de trabalho como construídos pelos próprios trabalhadores e não impostos por um nível macroestrutural. Sobre a problemática das classes trabalhadoras o autor afirma,

Uma problemática não exclusivamente voltada para os aspectos políticos, ou para as condições materiais de vida dessa classe, mas enfatizando a sua prática cotidiana, as suas tradições, a sua diferenciação interna, o seu pensamento, a internalização subjetiva de suas condições materiais de existência (LEITE LOPES, 1987, p.12).

Dentro da concepção das classes trabalhadoras urbanas, onde se procura a perspectiva dos próprios trabalhadores, procurei, a partir de uma observação minuciosa dos sujeitos trabalhando em seu espaço de trabalho, analisar as práticas destes trabalhadores e sua relação na constituição deles enquanto sujeitos. Acredito que é este “viver juntos” (BRUNO LATOUR, 2008) que caracteriza uma “cultura do trabalho”, estando esta “cultura” relacionada a seus mais diferentes grupos, não sendo ela de forma alguma homogênea a todos os trabalhadores, nem a todos os trabalhadores do grupo.

Assim como a convivência cotidiana de um grupo permite definir o sistema que é comum a ele, Michel De Certeau (1994) nos permite pensar da mesma forma quando afirma que um espaço nunca é algo ontologicamente dado. Ele surge de um mapa discursivo e de uma prática corporal, ou seja, além de ser necessário analisar o discurso produzido neste espaço devemos levar em conta toda sua simbologia, sua prática de ocupação ativa por parte das pessoas, é preciso que se produzam movimentos através deste espaço e ao seu redor. Ou seja, são as práticas, ações, narrativas de determinados grupos sobre determinados lugares que dão vida a eles.

Assim como no trabalho de campo, que nada mais seria do que um simples depósito de madeiras não fossem os sujeitos que ali depositam [sic] todo dia sua energia e força para atingirem os objetivos exigidos. Mais do que isso, são suas inter-relações que fazem daquele lugar um espaço de pesquisa. O trabalho de campo foi realizado no depósito da Madeiral nos meses de março a junho de 2013, de duas a três vezes por semana, depois, em março de 2014, durante uma semana.

Como sugere Erving Goffman (2005), esforcei-me ao máximo para realizar uma observação que atenta para as relações dos sujeitos face a face, observando os observados sob a observação dos outros. Da mesma forma, François Laplantine (2004) trouxe a noção de que nós nunca somos “testemunhas objetivas, observando objetos, mas sujeitos observantes de outros sujeitos no seio de uma experiência no qual o observador é ele mesmo observado” (p. 24).

A observação participante me levou as narrativas dos trabalhadores, pois são elas que me permitem alcançar o “espírito do nativo”, como propõe Bronislaw Malinowski. Tomando

as narrativas destes trabalhadores como uma espécie de folclore, podemos pensar como Sonia Maluf (1993) na sua reflexão sobre histórias de bruxaria em Santa Catarina, onde elas podem identificar “os significados subjacentes ao imaginário e às simbolizações dos nativos [...] que não estão presentes no seu discurso conscientemente manipulado” (p. 57) e representam uma história contada, de caráter figurativo, envolvendo o narrador e outros personagens com início, meio e fim.

Neste momento, vale aqui fazer uma pequena ressalva: ao trabalhar com um grupo aparentemente homogêneo como este, minha análise não está, de forma alguma, calcada em uma homogeneidade, em um todo idêntico. Há, entre este grupo de trabalhadores, diferenças que me permitem analisar suas particularidades, mas que encontram trajetórias comuns ao grupo, caracterizando-os enquanto trabalhadores moradores da periferia.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, além da introdução e considerações finais. No primeiro capítulo descrevo os caminhos que me levaram ao universo da pesquisa, do centro à periferia, apresentando a empresa na qual os trabalhadores estão vinculados, o bairro em que eles estão inseridos, além de descrever o universo da pesquisa e os informantes da mesma. Finalizo apresentando a metodologia utilizada e suas principais contribuições para este trabalho.

No segundo capítulo procuro contextualizar a temática da pesquisa dentro dos processos constitutivos da formação da periferia em Santa Maria, principalmente enquanto uma cidade de “oportunidades”, onde a periferia é marcada como ponto isolado geograficamente e socialmente. Apresento a periferia enquanto lugar de morada e enquanto lugar de trabalho destes trabalhadores.

No terceiro capítulo, explico as narrativas dos trabalhadores, que embora distribuídas ao longo dos três capítulos, formam neste um “conjunto” de saberes que caracteriza este grupo. Saberes práticos, onde o “saber mexer” é fundamental e não é aprendido na escola, além de posicioná-los hierarquicamente enquanto sujeitos no mundo e valorizá-los como trabalhadores.

## **1 DO CENTRO À PERIFERIA – A MADEIRAL, O BAIRRO, O GALPÃO**

Neste capítulo, objetivo apresentar ao leitor os caminhos percorridos durante o trabalho de campo, que metaforicamente e literalmente, se deram do centro à periferia. Em um primeiro momento, caracterizo os espaços que estão atrelados à constituição daqueles homens enquanto trabalhadores, ou seja, a “Madeiral” enquanto empresa, o espaço de pesquisa enquanto local de trabalho e o bairro enquanto lugar de passagem e ambiente fundamentalmente laboral. Além disso, busco caracterizar os sujeitos que participaram do processo de entrada em campo e os trabalhadores que participaram da pesquisa.

Finalmente, além de mapas e contatos necessários para iniciar a pesquisa, outros guias são necessários. Por isso, no fim do capítulo explico como o método etnográfico foi meu instrumento principal para me deslocar do centro à periferia, entre as agruras, as estratégias e as experiências de se fazer uma pesquisa antropológica.

### **1.1 Do centro à periferia I - Conhecendo a Madeiral**

Iniciar o trabalho de campo em uma empresa privada exige certas formalidades que precisam ser respeitadas. A Madeiral é conhecida em Santa Maria por ser uma empresa “madeireira” por trabalhar com o beneficiamento de madeiras<sup>9</sup> para a construção de casas, assoalhos, decks, revestimentos, forros, pisos, etc., atuando também no ramo do comércio, pois a empresa também comporta uma loja de ferragem e materiais de construção. Estando a quase 20 anos no mercado, a Madeiral importa madeiras do Paraná, Santa Catarina, Amazônia e Pará e do próprio Rio Grande do Sul, comercializando madeiras de reflorestamento e

---

<sup>9</sup> Esta operação refere-se à transformação da madeira bruta em madeira “aparelhada na seção definida”, ou seja, pronta para aplicação em seu uso final (FAGUNDES, 2003, p. 56). A fase do beneficiamento acontece após a colheita, transporte, desdobramento e secagem da madeira bruta.

madeiras nativas<sup>10</sup>. São com estas madeiras que os trabalhadores da pesquisa lidam diariamente.

Estando interessada em pesquisar sobre os homens que lidavam com as madeiras nesta empresa, nada mais justo que eu passasse por um pente fino pelo diretor e filho do dono da empresa. Este, a quem chamei aqui de Marcelo, pediu que eu fosse até a empresa para explicar um pouco sobre o projeto – ainda a respeito das famílias – não sem antes pedir que eu lhe enviasse uma cópia do mesmo por e-mail. Aguardava ansiosa por aquele dia, afinal, tinha prazos a cumprir, mas além deste motivo, considero que o momento de estabelecer os contatos iniciais no local previamente selecionado, naquilo que os antropólogos chamam de “entrada em campo” seja o mais decisivo de todos.

Esta “entrada em campo” representava para mim um “gatilho disparador”, como compara Guedes (1997) que daria início a um longo processo que se recriaria a cada momento. Precisar da permissão de alguém que eu não conhecia para entrar em campo, explicar os objetivos do projeto para alguém que não era da “área” foi um tanto tortuoso. Era como se eu estivesse indo para uma entrevista de emprego, e dela dependeria meu futuro, já que não tinha mais alternativas.

Marcelo e eu não conversamos antes do nosso encontro. Tudo foi mediado pela assistente administrativa Joana, a quem devo muito mais que meus primeiros passos na pesquisa, mas a quem mencionarei com mais detalhes adiante. Entre trocas de e-mails, combinamos que eu iria à Madeiral dia 05 de março de 2013.

A empresa está localizada na zona oeste da cidade, conhecida por abrigar alguns dos bairros com maiores índices de violência de Santa Maria. São comuns matérias jornalísticas e televisivas sobre a “zona oeste”, sobre falta de estrutura, péssimas condições de acesso a certos bairros, saneamento básico e criminalidade, por isso, ainda hoje os moradores desta região são estigmatizados.

Apesar de a zona oeste ficar completamente afastada da área central, sendo possível o acesso somente por algum meio de transporte devido à distância, a Madeiral fica em um ponto estratégico: está localizada na entrada da zona periférica, longe das casas rebocadas e das ruas de chão batido. Ela vizinha com outros pontos comerciais como revendas de carros,

---

<sup>10</sup>A madeira nativa, diferentemente da madeira de reflorestamento, não é replantada, tem mais valor por sua raridade e é encontrada na região Amazônica. Fonte consultada: [http://www.cbcs.org.br/userfiles/comitestematicos/materiais/CBCS\\_CTMaterialis\\_Posicionamento\\_Como-especificar-adquirir-receber-madeira-nativa-legal.pdf](http://www.cbcs.org.br/userfiles/comitestematicos/materiais/CBCS_CTMaterialis_Posicionamento_Como-especificar-adquirir-receber-madeira-nativa-legal.pdf)

mecânicas de automóveis, lojas de autopeças, borracharias e outras madeireiras que ficam relativamente perto em uma porção de um bairro urbanizado, podendo ser entendida como a parte “moderna” dentro da periferia.

Localizada na via principal, que chamamos na região de “faixa”, a Madeiral fica no cruzamento das rodovias que ligam a cidade de Santa Maria a outras cidades ou distritos da região e também dão acesso aos bairros da zona oeste e aos outros bairros da cidade. A todo o momento há um intenso movimento de ônibus intermunicipal, interestadual e interurbano, além de fluxo de caminhões, carros, motos e todo meio de locomoção existente.

No dia combinado fui ao ponto de ônibus mais perto de casa e embarquei até o centro, lá caminhei até o “paradão”<sup>11</sup> e sem muita demora embarquei rumo ao meu destino. Os ônibus com direção à zona oeste passam no centro de cinco em cinco minutos, já que a demanda de passageiros é muita, tanto no sentido bairro-centro quanto o contrário, mas também pelo percurso ser longo, já que eles deslocam-se por vários bairros da cidade. Os ônibus são bem cuidados e confortáveis, sendo que eu, inclusive, já andei de ônibus com ar condicionado vindo do depósito para o centro, e não sabia que este “luxo” já existia na cidade<sup>12</sup>, apesar de ter sido apenas uma vez.

O trajeto que vai do centro até a Madeiral dura em torno de quinze minutos se não há movimento no trânsito e muitas paradas para descidas e subidas de passageiros. Nos horários de pico o trajeto dura de meia hora a quarenta minutos, os ônibus vão lotados, é aquele “um passinho pra trás ‘faz’ o favor”, um sufoco, um calor! Imagina para aqueles que seguem viagem até onde os ventos perdem a direção. Talvez seja este motivo que muitos preferem morar perto do trabalho, como é o caso dos trabalhadores, que residem em bairros próximos à Madeiral, podendo ir e vir de bicicleta, seu principal meio de transporte, além, é claro, do fator econômico, já que a bicicleta representa uma contenção nos gastos para esta camada da população.

Um trajeto como esse, seja no sentido bairro-centro ou centro-bairro, dependendo das moradas do vivente, pode durar em torno de duas horas no horário de pico, fora o cansaço do

---

<sup>11</sup>Ponto de ônibus central por onde passam diversas linhas, conhecido por sua diversidade já que a maioria de seus passageiros vem e vai de/para áreas periféricas.

<sup>12</sup>Pode parecer um pouco de inferioridade da minha parte, mas eu só havia andado de ônibus com ar condicionado em Porto Alegre e achei aquilo o máximo! Por isso, estranhei quando me deparei com a novidade em Santa Maria, sendo que nunca peguei um ônibus para a UFSM ou mesmo para o centro com este “mimo” para os “passageiros da agonia”.

dia do trabalho, do trajeto muitas vezes feito em pé, do desconforto, do aperto. Nenhuma imagem pode representar com tamanha relevância um trabalhador cansado como aquele que dorme com a cabeça encostada no vidro do ônibus sem largar das mãos sua mochila, que fica entra as pernas, com as mãos grossas e unhas encardidas, representando um trabalho pesado. Ou aquela mulher com o cabelo preso, todo puxado para trás, com o olhar cansado que mira fixamente para fora do ônibus, como se dormisse com os olhos abertos. Quem de nós, ao andar de ônibus, nunca se deparou com estas pessoas reais que representam tão bem a imagem de um trabalhador de baixa renda?

Ao chegar ao ponto de ônibus para o destino da Madeiral, tive uma feliz surpresa! Coincidentemente, foi neste mesmo bairro que eu realizei meu estágio de graduação, e onde todas as questões que me fizeram chegar até aqui surgiram. Na verdade, o estágio me levava a atuar no posto de saúde, andar pelo interior do bairro, visitar casas e ter contato direto com os moradores e usuários do SUS. Tal fato permitiu que eu conhecesse melhor a população e a região em que estava agora, porém, nesta pesquisa, eu tinha acesso a uma porção do bairro que anteriormente eu não dava tanta importância: a faixa movimentada, lotada de caminhões, ônibus, carros, sem espaço para os pedestres nas calçadas – pois não havia calçadas, apenas acostamento. Conhecia esse trajeto por ser o ponto de embarque e desembarque do ônibus – o mesmo durante a pesquisa – no entanto, nunca havia prestado atenção no que realmente aquela parcela do bairro representava.

Ao descer do ônibus, imediatamente fiquei a procura da Madeiral. Ao encontrá-la, após caminhar por aproximadamente três minutos depois de descer do ponto de ônibus, e avistar carros, caminhões e ônibus na faixa, um seguido do outro, sem interrupção, parei em frente para respirar e pensar.

*“Antes de entrar na loja para conversar com o diretor, fiquei parada algum tempo na frente do estabelecimento para observar os detalhes externos e o que eu pudesse captar da dinâmica interna. Após alguns minutos parada, noto que um funcionário também me observa lá de dentro, e quando nossos olhares se entrecruzaram, este rapaz, que aparentava ter entre 30 e 35 anos, pele morena clara, olhos castanhos escuros e o cabelo bem preto e “ralo”, veio até mim perguntando se podia me ajudar. Obviamente entendi que estava causando estranheza por estar ali parada e olhando para dentro, então resolvi dizer que estava ali para conversar com o Marcelo. Então, ao entrarmos, prestei atenção nos produtos oferecidos pela loja, em sua distribuição espacial, mas como estava muito nervosa, decidi deixar esta tarefa*



*para quando fosse embora. Fui em direção ao balcão da loja, onde está localizado o “caixa”, sempre guiada por este funcionário, que logo avisa para a funcionária atrás do balcão:*

- *Ela veio falar com o Marcelo.*
- *Qual teu nome que eu avisar? – Funcionária.*
- *Cristiane.*

*Ao telefonar, ela volta a atenção para mim ainda com o telefone em mãos:*

- *De onde Cristiane?*
- *Eu sou da Universidade, vim falar com ele a respeito de uma pesquisa.*

*Então ela repete minhas palavras e após alguns minutos de espera, sou convidada a subir [...] Quando desci, após meu contato com Marcelo, fiquei mais alguns minutos observando o que havia dentro da loja. Percebi que eu era observada pelos funcionários” (trecho do primeiro diário de campo, Março de 2013).*

Este trecho do Diário de Campo denota, entre outras questões que serão trabalhadas posteriormente, minha chegada a Madeiral. Quando chegamos em frente à loja, nos deparamos com um portão de ferro, do mesmo modelo daquele usado em casas residenciais. A loja ocupa um casarão de dois andares, com o primeiro piso de alvenaria, onde funciona a loja, e o segundo de madeira, onde fica a parte administrativa. A distância entre o portão e a entrada da loja é curta. Neste espaço, entre o portão e a porta de entrada da loja, alguns produtos ficam expostos, geralmente em promoção. Neste dia estavam vasos sanitários, janelas, portas de madeira, alguns azulejos e pisos de cerâmica. A porta que recebe os clientes lembra uma porta de garagem, portanto, relativamente larga, e logo que entramos, a primeira coisa que vemos são as prateleiras que dividem o ambiente.

O ambiente da loja se torna familiar, pois seu tamanho – como o de uma grande sala de estar com o teto todo de madeira e piso de cerâmica – acaba por deixar o ambiente aconchegante, já que tudo fica perto e todos ficam próximos. Há prateleiras nas paredes laterais, que armazenam fios, canos, mangueiras, tintas e produtos mais pesados principalmente, além de prateleiras verticais que guardam produtos miúdos como parafusos, roscas, pregos, brocas, enfim, todo produto de ferragem.

Os produtos dispostos nas prateleiras centrais são aqueles de utilidade doméstica, como fitas, torneiras, chuveiros, lâmpadas e outros itens de utilidade doméstica ou para

construção e/ou decoração. No teto ficam pendurados alguns produtos como luminárias, capacetes e roupas para chuva.

Ao passarmos pelo portão, pelos produtos em exposição e pelas prateleiras, ao fundo se encontra o balcão para pagamento, de onde tirei o trecho do meu diário de campo. O balcão é todo de madeira, assim como a escada em forma de “L” que é preciso subir para se ter acesso ao andar de cima que fica logo atrás. Assim que fui autorizada a entrar, lembrei dos tempos em que era criança e adorava um lugar “sombrio” para brincar. Na verdade, nada ali existe de sombrio, mas como as escadas são muito estreitas e as madeiras foram pintadas somente de verniz, então, elas acabaram ficando com a cor original, somando isso com a ansiedade que saltava do meu peito, não era para menos que a criança que existe dentro de mim quisesse um espaço nesta “aventura”.

Joana já me esperava na porta da sala onde faríamos a reunião. O espaço como um todo é pequeno, deve comportar duas ou três salas, sendo que eu só conheci uma, e um pequeno corredor. Assim que cheguei fui recebida de forma carinhosa por Joana, com quem desenvolvi uma relação especial ao longo da pesquisa, apesar da nossa pouca interação. Joana trabalha como assistente administrativa durante o dia na Madeiral e faz faculdade durante a noite. Mora longe de onde trabalha e vive longe de onde estuda. É jovem, bem humorada e sempre esteve pronta para me ajudar. Trabalha na empresa a alguns anos e isso permitiu que ela criasse certa intimidade com alguns trabalhadores, podendo ter acesso a coisas que eu, infelizmente, não consegui ter.

Poucas das coisas que nós conversamos sobre os trabalhadores eu trouxe para o texto por questões éticas, mas o auxílio de Joana vai além de informações. Ela me entendia, pois também estava entre estes “dois mundos”, assim como eu. Foi através dela que tive acesso ao campo, que conheci os trabalhadores, era ela a quem recorria sempre que precisava. Acredito que parte do desconforto que tive em falar sobre a Madeiral, seja nos relatos dos trabalhadores ou mesmo em descrever a loja, se deva a ela, pois era como se eu estivesse “traindo” uma amiga. Espero que ela não tenha esta impressão.

Assim que me recebeu, Joana me apresentou para Marcelo. Um breve aperto de mãos foi a primeira e única apresentação entre nós. Em uma sala com três mesas com as respectivas cadeiras, três computadores e muitos papéis nas duas mesas principais – de Joana e Marcelo, uma de frente para a outra – ficamos entre quatro pessoas na sala: eu, Joana, Marcelo e uma quarta que eu não sei até hoje quem se tratar, mas estava era uma mulher que estava na terceira mesa mexendo no computador.

Ao olhar pela janela, notei que existe um pequeno terreno ao lado da loja, com um “puxadinho” na parte dos fundos, com uma parte coberta e outra fechada. Ali estavam abrigados alguns sacos de areia, alguns conjuntos de madeira e um caminhão da empresa, que acredito ser de pequeno porte. Ali imaginei se tratar do local onde os trabalhadores exercessem suas funções, mas como tudo foi muito rápido, acabei não vendo ninguém.

Marcelo é um homem que aparenta ter entre 30 e 35 anos, de estatura média, cabelos escuros e pele clara. É filho dos donos da empresa, e juntamente com seu pai, toca os negócios. Após ser convidada a sentar em uma cadeira próxima a sua mesa, fomos direto ao ponto. Marcelo é daqueles homens que não titubeiam e pelo menos comigo, foi curto e grosso. Seu primeiro gesto foi mexer a cabeça para cima e para baixo e erguer as sobrelhas conjuntamente, como se dissesse: “e aí”. Então me vi desta forma, no susto, impelida a me apresentar e sem saber como agir posteriormente, continuei falando.

Após apresentar-me, falei resumidamente sobre o projeto, pois como ele havia pedido uma cópia, imaginei que ele teria lido e qualquer dúvida me perguntaria. Fazer pesquisa em um espaço privado não é de todo simples e corriqueiro. Como afirmei anteriormente, existem certas formalidades nestes casos que precisam ser reconhecidas. Mais do que um espaço privado, a Madeiral é um espaço de produção. A autora Beatriz Kanaan (2013) comenta em sua tese de doutorado sobre as dificuldades que enfrentou ao tentar se inserir em organizações durante sua pesquisa:

A fábrica é um espaço particular, no qual todos os participantes estão organizados com a finalidade de produzir para mercados sempre muito competitivos. Que lugar haveria para um pesquisador acadêmico num lugar tão pragmático? Sob o ponto de vista metodológico, eu ia observando consideráveis divergências entre a proposta da pesquisa antropológica e as dinâmicas da produção fabril, dimensões que remetem a valores e lógicas distintas: como identifica Barbosa (2002), as diferentes visões que separam o mundo acadêmico do mundo dos negócios (KANNAAN, 2013, p. 19).

Segundo a autora, o objetivo de realizar sua pesquisa etnográfica em uma fábrica levou-a enfrentar diversos desafios. Geralmente sua presença era marcada pela ameaça à eficácia de produção ou ao perigo da espionagem, o que acabava por fechar vários “chão de fábrica”. E não era para menos. Da mesma forma que a autora, quase tive meu “chão de galpão” fechado se não me adequasse as regras impostas pelo diretor da empresa. Após explicar sobre a metodologia, Marcelo queria saber sobre os horários que eu frequentaria o

“galpão”<sup>13</sup>, mas alertei que eu teria que combinar estes e outros detalhes com os trabalhadores.

Foi então que ele advertiu-me que o melhor horário seriam os intervalos de almoço, já que muitos ficavam para almoçar, e como o trabalho era “barulhento” e praticamente “sem parar”, eu corria o risco de não conseguir “conversar com eles”. Pela forma com que Marcelo falara, acabei acatando suas “sugestões”, afinal, acreditava que ele sabia do que falava e eu nem ao menos tinha ideia do que eles faziam lá.

Mas nada que um bom “chão de galpão” não ensine, e hoje entendo que isso não eram apenas sugestões. Marcelo temia que eu tirasse a atenção de seus funcionários, fosse distraíndo-os na conversa, fosse intimidando-os na observação. Até porque o trabalho é pesado, é ensurdecedor, mas não o tempo todo, não “sem parar” como ele havia referido.

Aliás, neste tempo em que os acompanhei, constatei o contrário, havia uma crise financeira que não estimulava as vendas na loja, que acaba por influenciar diretamente o trabalho dos homens: não há vendas, não há pedidos, não há muito trabalho e tarefas. Mas isso é assunto para mais adiante. Concordei com as “sugestões” de Marcelo, pois acreditei se tratar de um primeiro contato, para mais tarde, quem sabe, conseguir atingir meus objetivos e criar vínculos com aqueles homens, para quem sabe, partir para suas famílias. Nada estava certo, afinal. Somente que, enfim, eu teria um campo de pesquisa. Eu estava feliz!

Ao finalizarmos nossa conversa, Joana me levou até a frente da loja, explicando-me que os trabalhadores não “ficavam” ali, e sim mais adiante. Apontando-me com as mãos, tentando mostrar aonde eles trabalhavam, Joana disse que logo em frente, mas não, não era tão em frente assim, tanto que não conseguíamos enxergar de onde estávamos, e como já era quase meio dia, a visita ficou para outro dia. Joana ficou encarregada de falar com os trabalhadores sobre a pesquisa e me avisar quando eu poderia retornar para o aguardado encontro, no qual ela me acompanharia.

O trajeto que se dava do ponto de ônibus ao “galpão” e do “galpão” ao ponto de ônibus me permitiram observar um fenômeno novo para mim, pois apesar de aquele se tratar o mesmo ponto de ônibus que eu utilizava no estágio, nunca antes havia observado o mesmo

---

<sup>13</sup>O lugar onde os trabalhadores exercem suas atividades é chamado ora de “galpão” e ora de “depósito” por conter, no mesmo terreno, um galpão onde eles realizam suas refeições e tem suas horas de descanso, e que a noite serve para abrigar uma pequena colheitadeira; e um “depósito”, onde todas as madeiras são abrigadas e o maquinário está estabelecido. Neste momento, eles se referiam ao galpão, pois queriam que eu o frequentasse na hora do almoço, ou seja, quando os trabalhadores não estivessem trabalhando, de forma que utilizo o termo aqui pelo fato de ainda não ter chegado nem descrito no espaço da pesquisa.

trajeto com os “olhos de uma antropóloga” que eu tentava ser. Observei características peculiares aquele lugar, como já comentadas antes: além do trânsito, o comércio é muito forte e a Madeiral conta com estabelecimentos vizinhos.

No entanto, trata-se de um segmento fortemente identificado no que se refere ao senso comum como “masculino”: revendas de carro, borracharias, mecânicas, lojas de materiais de construção, madeireiras, lojas de conveniências (bebidas), autopeças. Não se vê com frequência o comércio tido como feminino, como salões de beleza, armarinhos e lojas de roupas, etc. Existe um mercado e uma farmácia que são pontos de referência na região.

Quando me refiro ao termo “masculino” estou partindo do conceito de gênero do qual Marilyn Strathern (2006) trabalha. Segundo a autora, as categorizações sociais de gênero não devem ser reduzidas somente a homens e mulheres. O pensamento binário impõe a todo o universo uma classificação em termos de masculino e feminino, que vai além do sexo biológico, podendo atribuir características de feminilidade e masculinidade, que ela chama de “imagética sexual”, por exemplo, objetos, nomes, eventos, práticas e porque não, estabelecimentos, como é o caso da região pesquisada.

Também pesquisando esta questão, Flávia Motta e Tiê Pereira (2006) apontam para a presença do gênero enquanto construção social na medida em que observa os desenhos gráficos<sup>14</sup> de placas e anúncios em Florianópolis, capital de Santa Catarina. Através da observação e entrevistas realizadas, as autoras concluem que as letras usadas veiculam representações sociais de gênero, comunicando a identidade de gênero do produto ao qual o estabelecimento está associado.

Nos estabelecimentos observados pelas autoras que se referiam a uma identidade masculina, as letras eram utilizadas em caixa alta<sup>15</sup>, enquanto as de feminilidade faziam uso de letras cursivas ou itálicas. Posso afirmar que as placas dos estabelecimentos por mim observados eram como coloca a autora, tendo principalmente as cores como diferenciação de gênero.

Da mesma forma, as placas e fachadas na zona da Madeiral faziam uso de cores como preto, azul, verde e cinza, com suas letras grandes, retas e “pontuais”, sem desenhos, figuras

---

<sup>14</sup>A autora explica que desenhos gráficos são também conhecidos como design gráfico, chamados de vernacular quando realizados por profissionais letristas, produzidos sem o conhecimento técnico-conceitual da área, que tem como objetivo a valorização de artefatos e linguagem visual (MOTTA e PEREIRA, 2006).

<sup>15</sup>Letras maiúsculas, em “caps lock”.

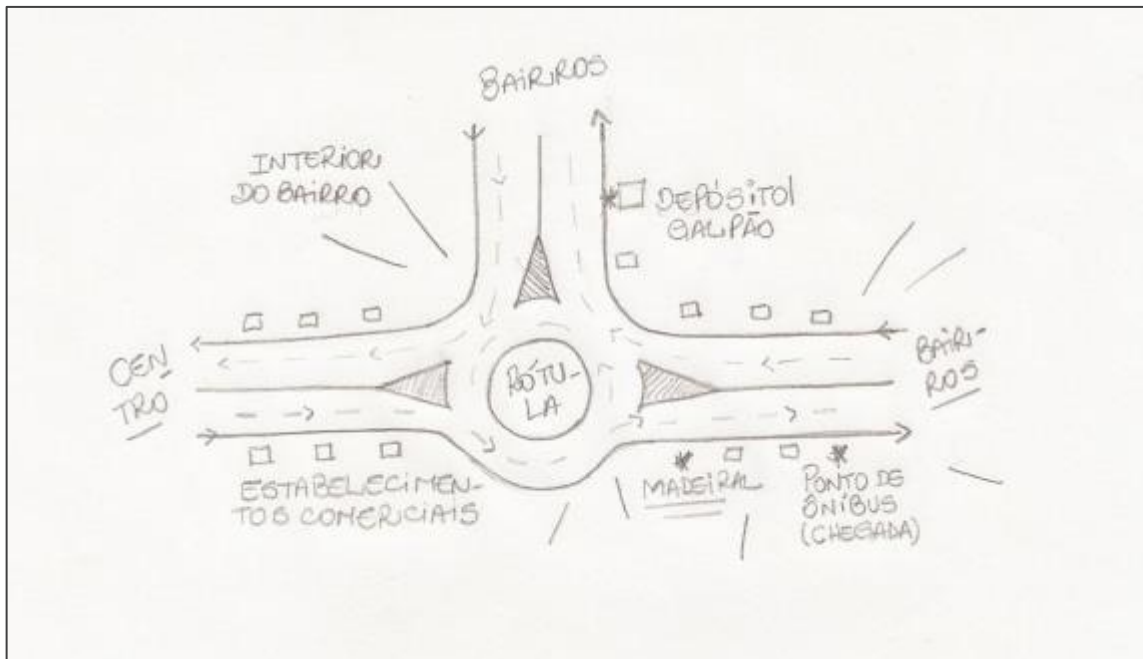
ou algo do tipo para complementar, como expuseram as autoras citadas. Nos ambientes cujo destino eram todos os tipos de público, como mercado, farmácia e algumas poucas revendas de carros há uma neutralidade nas cores, como o vermelho, mas principalmente o uso de tons “abertos” como o amarelo, verde-claro e laranja.

Percebemos que o universo da pesquisa, além de fazer parte do mundo do trabalho está inserido dentro dele. Diversos pontos comerciais, pequenos e médios estabelecimentos, alto fluxo de caminhões, movimento intenso e uma característica ligada aos informantes, um lugar tipicamente masculino, voltado para venda de carros, motos, mecânica, borracharia e loja de bebidas, objetos estes que embora sejam alvo do público feminino, está voltado, nesta região, para os homens, já que eu pouco vi a presença de mulheres nestes lugares. Importante salientar que este trecho constitui-se mais como um lugar de passagem para as pessoas e os trabalhadores em geral.

Os dias se passavam e como eu não recebia notícias sobre o que esperava, decidi mandar um e-mail para Joana, que pediu desculpas por ter “esquecido” de me retornar e assim logo marcamos a ida a campo para a semana seguinte, que é sobre o que trato no item a seguir, aproveitando para descrever o espaço onde foi realizada a pesquisa e apresentar mais detalhadamente os trabalhadores.

## **1.2 Do centro à periferia II – Depósito ou Galpão?**

Na semana seguinte Joana e eu nos encontramos em frente a Madeiral para irmos ao “galpão”, como Marcelo e ela se referiam. Para chegarmos ao destino, quando estamos em frente a loja, é preciso atravessar uma via da faixa de onde os carros vêm do sentido centro → bairro e esperar em um canteiro composto por grama para não ficar no meio da rua. Por se tratar de uma BR as vias são largas, o que dificulta bastante o atravessamento. Deste canteiro, atravessamos mais uma via, desta vez com o trânsito vindo à direção bairro ← centro, para enfim chegarmos ao outro lado da faixa, conforme um singelo mapa que eu construí, conforme figura abaixo.



**Figura 1 - Representação do mapa para chegar ao espaço da pesquisa. Fonte: caderno de campo.**

Quando descia do ônibus para me dirigir ao “galpão”, o trajeto se dava da mesma forma, embora mais longo, pois a parada de ônibus era mais distante. Quando já estávamos do outro lado, eu e Joana caminhamos pelo acostamento, em um asfalto escuro e com forte poeira, sentindo o vento que os veículos faziam em nossos cabelos e roupas, tamanha era a proximidade que eles passavam de nós. Isso porque a via estava em reforma [duplicação] e eu continuei passando por este “aperto” até o fim do trabalho de campo, já que o atalho que podia ser feito resultava em um trajeto mais ousado por ter que caminhar nos gramados e terras dos terrenos vizinhos.

Enquanto caminhávamos rumo ao “galpão”, em um trajeto que fica a alguns poucos quilômetros da Madeiral, talvez uns dois ou três, mas em um percurso arriscado, já que não existem calçadas, e quando se quer caminhar em segurança, é preciso adentrar por entre terrenos alheios e barrentos, comecei a compreender não somente as agruras que antropólogos estão fadados a aventurar-se, mas também sobre as marcas daquele lugar, e como afirma DaMatta (1987), estão longe de ser meros espaços físicos, sendo repletos de significados. São, na verdade, segundo o autor, “entidades morais”, ou seja, o conjunto de valores de um sujeito varia conforme o contexto que ele se encontra, e assim seria no “galpão” e com os trabalhadores.

O dia estava quente e o sol muito forte, havia muitos homens trabalhando no asfalto, onde o calor é sempre maior, ora caminhávamos pelo acostamento ora na terra, no que era

para ser uma calçada. Eu estava com uma sapatilha preta, simples, sem detalhes ou adereços, e conforme o vento levantava toda aquela terra também entrava no meu sapato. Gentilmente, Joana olhou para meus pés e me alertou: *“o chão é de terra daqui até lá, tu vai sujar todo teu sapato, me esqueci de te avisar”*.

Antes de estar preocupada com meus sapatos, Joana havia percebido meu desconforto não só ao caminhar em decorrência da terra que entrava em contato com meus pés, mas porque ela me entendia, ela sabia que aquilo era novo para mim, e que apesar da minha vontade, eu estava nervosa. Joana, como eu, transita “entre-lugares”<sup>16</sup>, frequenta uma universidade, trabalha, vai a barzinhos, gosta de umas cervejas, viaja, mas conhece a vida na periferia, entende a dura realidade a que estão expostos àqueles homens, e não apenas no trabalho, mas nas vidas de suas casas também.

Tentando me tranquilizar, mesmo que eu não verbalizasse meu nervosismo – não era preciso dizer nada, só em imaginar ter que ficar sozinha com homens que nem conhecemos e dar o pontapé inicial de uma pesquisa, imagina-se não ser tarefa fácil – Joana me contou pelo caminho um pouco sobre os guris: *“tu não precisa te preocupar, os guris são tudo gente boa, gostam de falar bastante”*. Ou sobre suas bebidas preferidas: *“é só tu dar uma coca<sup>17</sup> bem gelada pra eles que eles ficam bem faceiros”*.

Em uma zona mais afastada de casas e pessoas, porém com o mesmo trânsito por se tratar de um acesso a outras regiões, em meio a amplos terrenos com gramados com outras fábricas e estabelecimentos, nos vimos em frente ao “galpão”. Fiquei surpresa, pois esperava uma grande construção de madeira toda fechada, apenas com janelas abertas, talvez por ser a imagem que um “galpão” representa. Fui apresentada a um grande terreno – equivalente a um campo de futebol – que apresenta várias subdivisões importantes neste cenário<sup>18</sup>. Para se ter acesso a este terreno é preciso passar por um chão de barro e grama, que em dias de chuva vira um lamaçal com poças e lodo. Então, entramos.

---

<sup>16</sup> Para Komi Bhabha (1998) os sujeitos contemporâneos são guiados por identidades que se caracterizam pela não-fixidez e certa fluidez, formadas “entre-lugares”, que se dão na soma das partes das diferenças culturais, geralmente entendidas por classe, gênero, raça, geração, localidade, etc. Para o autor, esses “entre-lugares” fornecem terreno para a elaboração de novas estratégias de subjetivação – singulares ou coletivas – que dão início a novos signos de identidades, importantes na elaboração e contestação de definir a própria ideia de sociedade.

<sup>17</sup> Refrigerante Coca-cola.

<sup>18</sup> Descrevo-as brevemente aqui com a intenção de situar o leitor no cenário presenciado pela pesquisadora. A intenção é detalhar cada lugar no segundo capítulo.



O terreno é todo cercado por arame farpado e centralmente há um portão de madeira que dá acesso para o resto do espaço. Em frente a estes arames, do lado de fora do terreno estava estacionado um carro da marca “kadett” vermelho, modelo anos 1990, que descobri mais tarde ser de um trabalhador. O meio de transporte mais comum entre eles é a bicicleta, mas quando por algum motivo algum trabalhador precisa ir de carro ou moto, este é o lugar próprio para estacionarem, já patrões e clientes entram com os carros dentro do terreno.

Logo na entrada existe uma grande construção de concreto, lembrando o tamanho de um ginásio esportivo, que está em fase de edificação, com apenas a estrutura das paredes e teto prontos<sup>19</sup>. Deslocamo-nos pelo lado esquerdo desta construção, onde o chão já apresenta marcas de pneus pela corrente passagem de carros e caminhões e atrás desta estrutura de concreto é possível ver o local que abriga as máquinas e as madeiras.

Este local, chamado pelos trabalhadores de “depósito” justamente por sua função, é onde eles passam a maior parte do tempo trabalhando. O depósito é composto por vigas que sustentam o teto, contendo paredes somente onde há madeiras ou máquinas para proteger. É dividido em uma parte comprida e extensa que comporta as madeiras prontas para o uso, que não devem ficar no “tempo” por já terem sofrido o processo de “secamento” e que estão prontas para o uso e/ou por serem “nobres”. São empilhadas horizontalmente, conforme seus tamanhos e tipos. Acoplado a este espaço, fica um lugar menor, em formato quadrado, onde ficam as máquinas, num total de cinco. Estes dois espaços, que no total formam um, são abertos lateralmente, pois precisam de livre acesso para as madeiras de variados tamanhos passarem. Perto de algumas máquinas, há paredes estratégicas que as protegem da água da chuva, mas não guarda os trabalhadores dos ventos e do frio.

Como em volta deste grande terreno não existem prédios ou grandes construções para atacar o vento e ele está localizado perto de campos, em dias muito frios, é preciso coragem. Não basta roupas quentes nem botas para aquecer os pés, como em um dia com ventos congelantes em que Miro estava com uma toca que protegia as orelhas e luvas para aquecer as mãos. Mas na hora de lidar com as máquinas, teve de retirá-las, e o vi esfregando as mãos uma nas outras para aquecê-las: “*não é fácil não*”, disse ele. Afinal, como iria lidar nas máquinas de luvas, não é mesmo?

Em torno do depósito, para todos os lados que olhamos, vemos madeiras atiradas, empilhadas e aglomeradas. O chão é de terra, barro e grama, o que vira um verdadeiro

---

<sup>19</sup>Mais tarde, descobri que esta construção será a nova loja da Madeiral, que mudará de local.

lamaçal quando chove. Não é à toa que os trabalhadores usam botas para trabalhar no inverno, pois somente assim é possível caminhar naquele terreno. Quando estamos em frente ao “depósito”, portanto, atrás da construção de concreto, vemos o que é conhecido como “galpão” e então consegui entender porque houve tamanha confusão com os nomes.

A diretoria da Madeiral se referiu àquele espaço como “galpão” pois para eles eu iria realizar minha pesquisa no horário de almoço, portanto, estaria no “galpão”, que de fato é assim reconhecido pelos trabalhadores. Já o “depósito” é reconhecido de tal forma quando eles estão se referindo ao local de “trabalho” propriamente dito, ou seja, quando estão nas máquinas, nas madeiras guardadas, etc. A partir daqui em diante, portanto, adoto a referência nativa: quando me reportar a “depósito” estou fazendo alusão ao local onde ficam as máquinas e as madeiras estocadas. Quando me referir a “galpão” estou me endereçando ao espaço onde os trabalhadores passam seu tempo livre, almoçam, descansam, fazem suas confraternizações, lavam suas louças e também trabalham, pois há ali uma pequena escrivaninha com uma calculadora e papel, esboçando um trabalho “mais intelectual”.

O material do “galpão” também não poderia deixar de ser a madeira, mas diferentemente do “depósito”, ele é confortável e agradável. Há duas grandes janelas que só são abertas no verão, permitindo uma corrente de vento refrescante e prazerosa. Bem em frente às janelas, do outro lado, há uma ampla porta, que precisa ter este tamanho extenso, pois uma empilhadeira precisa atravessá-la todo o final de expediente e ficar guardada no “galpão”. Além disso, há nele duas geladeiras (apenas uma usada), uma churrasqueira, um fogão a lenha, um armário aéreo usado para guardar pratos, copos e talheres, bancos de madeira e alguns objetos de decoração<sup>20</sup>.

A figura abaixo representa sutilmente o espaço da pesquisa que vem sendo descrito. As “setas” representam os espaços por onde os trabalhadores circulam.

---

<sup>20</sup> Este espaço é melhor caracterizado e trabalhado no item 2.4 do 2º capítulo.

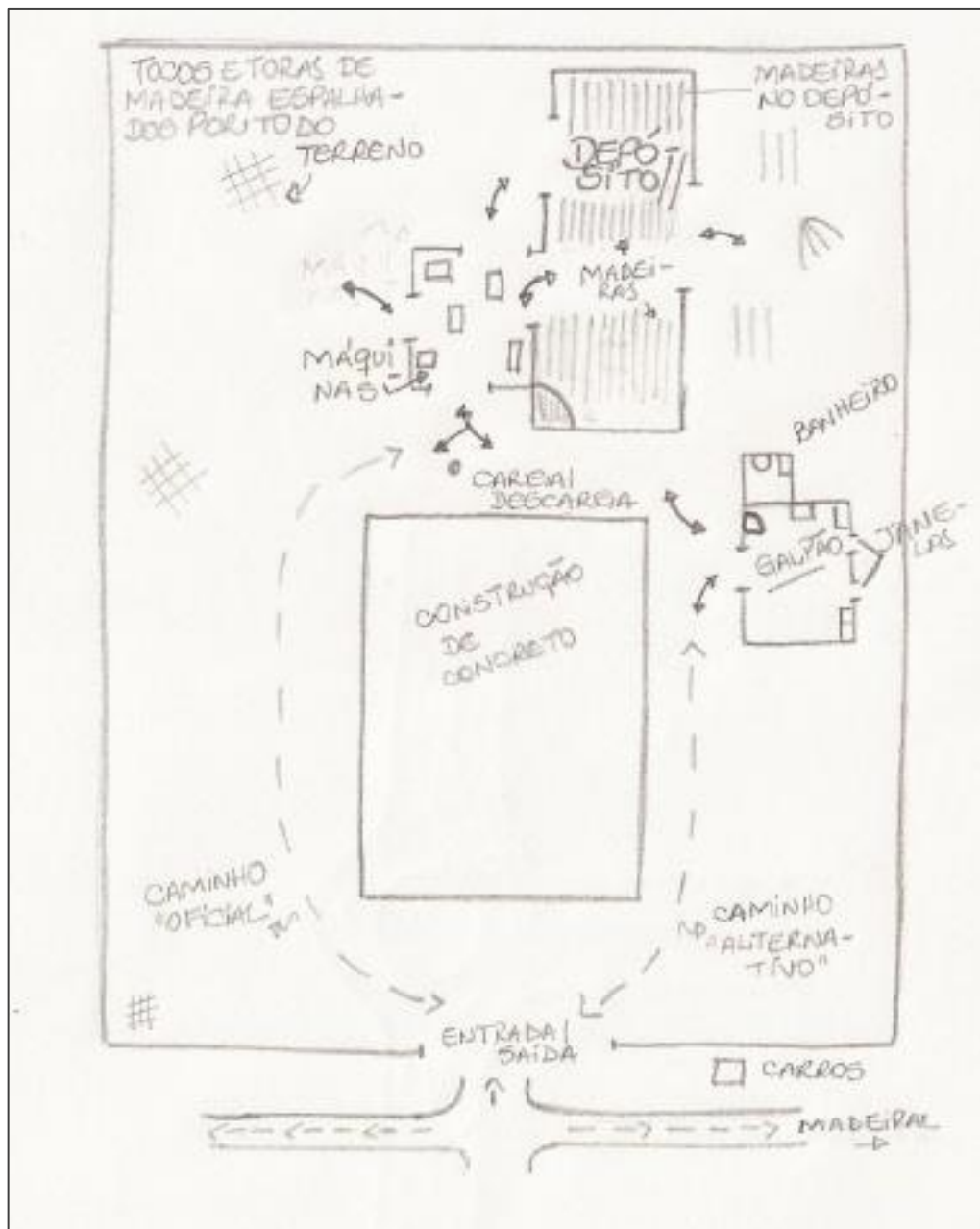


Figura 2 – Vista panorâmica do local da pesquisa. Fonte: Caderno de campo.

Seguindo os passos de Joana, seguimos em direção ao “depósito”, que contava com a presença de quatro homens. Logo que nos avistaram, largaram mão do que faziam e esperaram nossa aproximação para em seguida sermos formalmente apresentados por Joana e o encontro selado com um aperto de mãos.

Senti-me desconfortável e inquieta, fora do meu lugar e longe de minha referência. Quando meus olhos não sabiam para onde seguir e meus braços aonde parar, olhei para o chão e encarei a realidade: minhas simples sapatilhas pretas – que já haviam chamado à atenção de Joana – estavam, enfim, no mesmo lugar que os chinelos e botas embarradas que aqueles

homens. Será que eles também haviam notado minhas sapatilhas sujas de terra? Provavelmente sim, e pelas minhas costas, devo ter sido bastante caçoada.

Alfred Schütz (2003) problematiza a questão de sentir-se “estrangeiro”, do mesmo modo que eu me senti, quando afirma que as referências deste continuam a ser de seu próprio grupo, assim como minhas sapatilhas, no entanto, quando este estrangeiro se aproxima do padrão cultural do outro, é preciso que este padrão não seja visto como uma coisa dada ou natural, passível de descobrimentos para situações problemáticas, mas como um campo que constantemente emergirá situações passíveis de investigações e questionamentos.

Além do estranhamento inicial, me senti uma estrangeira, no sentido trabalhado pelo autor, por ter nossas diferenças culturais expostas tão rapidamente, logo “na chegada”. Mas como afirma Clifford Geertz (2008) a cultura do outro é permeada por estruturas significantes que devem ser percebidas e interpretadas pelo pesquisador e se meu objetivo era uma aproximação, aquele não era o sapato mais adequado...

Na pesquisa de campo, queremos antes de tudo entender o que “está sendo dito” por nossos interlocutores. É possível que, em certas situações, as duas partes do processo comunicativo falem exatamente a mesma linguagem propiciando um entendimento perfeito [...] Mas o antropólogo trabalha a base da premissa que o processo comunicativo não é tão simples assim – que em muitas situações, por causa de uma diferença em faixa etária, classe, grupo étnico, sexo ou outro fator, existe uma diferença significativa entre dois universos simbólicos capaz de jogar areia no diálogo. Em outras palavras, a antropologia procura criar dúvidas, levantando hipóteses sobre os hiatos e assimetrias que existem entre nossas maneira de ver as coisas e a dos outros (FONSECA, 1999, p. 59).

Logo depois que nos apresentara, Joana partiu com alguns farelos de madeira para seu *hamster*, e assim me vi sozinha pela primeira vez naquele novo mundo. Seguindo os ensinamentos éticos que aprendemos na academia<sup>21</sup>, falei sobre os objetivos da pesquisa, questões de confidencialidade, mas tive a impressão que eles pouco estavam interessados nisso.

Desde meu primeiro dia em campo, o itinerário se dava da mesma forma: descia do ônibus, atravessa as faixas, caminhava até o “depósito/galpão”, entrava pelo portão e caminhava por passavam os carros e caminhões de carga e descarga. Já na chegada conseguia ver como estava o fluxo de funcionários, já que a estrutura de concreto tem uma grande abertura na parte frontal e traseira, que dá acesso direto ao depósito, onde os trabalhadores ficam a maior parte do tempo.

---

<sup>21</sup> Sobre esta questão, acompanhar próximo item.

Entre a parte traseira da construção e a parte frontal do depósito ficam estacionados os caminhões que fazem a carga e descarga de materiais, seja o caminhão da empresa para buscar pedidos feitos por clientes na loja ou caminhões terceirizados para descarregar madeiras ou areias.

### 1.3 Os trabalhadores

Os informantes da pesquisa são homens de 18 a 60 anos. Quanto mais novos, maior a chance de ter completado o 2º grau e quanto mais velhos, a chance de terem parado nas primeiras séries do ensino fundamental também é maior. A faixa salarial depende da posição ocupada: os “operadores de máquina” - o grau máximo que se pode ocupar dentro de sua hierarquia – recebem na média de R\$ 1.092 com a insalubridade. Já os “auxiliares de máquina”, utilizando a categoria nativa, recebem na faixa de R\$ 870 com a insalubridade inclusa.

O Código Brasileiro de Ocupações (CBO) define, nacionalmente, a atividade dos “auxiliares de máquina” como “Auxiliar de Depósito”, e a diretoria da Madeiral também. Certa vez, enquanto conversa com Joana, ela também utilizou esta categoria. No entanto, eles não entendem assim, mais adiante explico por quê. Suas funções, segundo o CBO estão em recepcionar, conferir e armazenar produtos e materiais em almoxarifados, armazéns, silos e depósitos. Fazem os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controlam os estoques. Distribuem produtos e materiais a serem expedidos, além de organizar o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados.

Já o “Operador de Máquina”, assim classificados na carteira de trabalho e por eles mesmos têm no CBO a adição de “Operador de máquina de desdobramento de madeira”, tendo como tarefas planejar operações de desdobramento de madeiras e tudo que envolva estas funções, preparação das máquinas para sua realização, além do controle da qualidade do desdobramento.

No entanto, os “auxiliares de máquina” - e aqui opto por utilizar a categoria êmica – é preferida pelos trabalhadores pelo valor simbólico que a máquina representa. Ser um “auxiliar

de máquina” desempenha, neste universo onde o saber é produzido pelo fazer (já que “tem que saber mexer”, como disseram) grande destaque, já que mostra que se lida com “as máquinas”. Ser um “auxiliar de depósito” não teria grande valor dentro do universo prático destes homens.

Dentro do depósito, ser um “operador de máquina” é ser “*top de linha*”, segundo Miro, mas não pela diferença salarial, pois segundo ele e também como vimos, “*a diferença de salário é pouco, mas a responsabilidade é muita*”. Neste caso, o que difere um trabalhador de outro é a *responsabilidade* que se tem para com o trabalho, e é isso que torna um homem um *bom trabalhador*: “*hoje em dia ninguém quer responsabilidade, as pessoas não gostam e não querem saber de trabalho. Quem quer, arruma serviço. A pessoa que faz as coisas da maneira certa nunca fica sem trabalho*”<sup>22</sup>.

Quem narra esta história era Miro, o operador de máquina mais responsável – como se percebe – do depósito. Ele é notavelmente reconhecido assim por seus companheiros e pela diretoria da Madeiral, sendo as vezes chamado de “cricri” por fazer tudo “tão certinho”. É o segundo trabalhador mais antigo da empresa, o primeiro é Gelson, o mais velho, que trabalha com o “veio”, dono da Madeiral há mais de 15 anos. No entanto, ele não trabalha no depósito, e sim na parte externa anexada à loja, mas “desce” todos os dias para o almoço.

Apesar de ser o mais velho e o funcionário mais antigo, não detém o “título” de mais respeitado, que fica com Miro, pois além de não trabalhar no depósito, é um bocado ranzinza (“*ele é assim mesmo*”, me conforta Élder) e motivo de chacota pelos colegas por beber cerveja durante o almoço, fato que a diretoria da empresa sabe<sup>23</sup>.

Outro operador de máquina é Alex, um homem com semblante fechado e sério com quem tive poucas oportunidades de conversar, pois não almoçava no galpão. Nas vezes em que acompanhei a rotina diária dos trabalhadores, falava sobre o trabalho, em certos momentos num tom de indignação.

Abaixo uma tabela que resume a função dos trabalhadores na empresa:

<b>NOME</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>IDADE</b>	<b>TEMPO NA</b>	<b>ESTADO</b>
-------------	---------------	--------------	-----------------	---------------

<sup>22</sup> Abordarei esta narrativa no item 3.5 do 3º capítulo.

<sup>23</sup> Joana comentou sobre o assunto comigo, dizendo que “de vez em quando” Gelson leva “uns dois latões” para tomar, mas que isso não altera seu serviço. Já está em vias de se aposentar e ele não vê a hora que isso aconteça. Gelson nunca bebeu na minha frente.

			<b>EMPRESA</b>	<b>CIVIL</b>
Miro	Operador de máquina	37 anos	+/- 10 anos	Casado a mais de vinte anos
Gelson	Operador de máquina	59 anos	Mais 15 anos	Casado a mais de vinte anos.
Alex	Operador de máquina	40 anos	+/- 2 anos	Casado
Élder	Auxiliar de máquina	30 anos	+/- 7 meses	Mora com a companheira, mas afirma que não mantém um relacionamento.
Arlindo	Auxiliar de máquina	18 anos	+/- um mês	Solteiro (namorando)
Emanuel	Motorista	30 anos	+/- 12 meses	Solteiro
Marcão	Auxiliar de máquina	30 anos	+/- 12 meses	Casado
Leonir	Serviços gerais	45 anos	+/- 3 meses	Solteiro
Joaquim	Motorista	-	-	-
Chapolim	Auxiliar de máquina	28 anos	+/- 12 meses	Solteiro (namorada)
Éverton	Auxiliar de máquina	-	-	-

**Figura 3 - Tabela com a caracterização dos trabalhadores do Depósito.**

No início, apesar de o grupo apresentar um número satisfatório de trabalhadores, poucas vezes vi todos trabalhando juntos. Ao longo da pesquisa, o grupo foi sofrendo baixas importantes, e poucos cargos foram repostos. Comento sobre isso no 3º capítulo.

#### **1.4 Aprendendo etnografia na prática – Método e escrita, atravessamentos e estratégias.**

O que torna a pesquisa etnográfica tão extraordinária é o fato de ela ser uma ciência baseada na interação entre o pesquisador e seus sujeitos de estudo, “nativos de carne e osso” (FONSECA, 1999, p. 58). Este método possibilita a investigação do cotidiano e da realidade dos grupos estudados, levando em conta as subjetividades do pesquisador e seus informantes, permitindo que a noção de reflexividade seja um componente essencial de análise, onde podem ser analisados fatores como história de vida, origem socioeconômica, idade, geração, classe, entre outros, não somente do sujeito pesquisado, mas também do pesquisador.

Entre “intersubjetividades”, a etnografia nos possibilita observar, interpretar, compreender, como nos ensina Clifford Geertz (2008), “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante” (p. 4). Mas como o próprio autor afirma, não são somente essas coisas que definem o sucesso do empreendimento.

A discussão está em uma “descrição densa” que deve produzir não somente uma descrição dos fatos, mas uma interpretação dos mesmos na busca de seus significados, já que este é um método da antropologia, que é uma ciência, por excelência, interpretativa. Muito mais importante que variadas ferramentas metodológicas ou a vivência por longos períodos entre os nativos, como na época de Malinowski, o etnógrafo “deve atentar-se para o comportamento e, com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação” (GEERTZ, 2008, p. 12).

Assim sendo, a seguir, procuro trazer para o papel, embora saiba o quão difícil é transpor a complexidade e a riqueza das relações que se estabelecem na pesquisa antropológica, algumas das principais e mais marcantes vivências em campo. Aquelas que, para além das narrativas, me fizeram perceber, nos comportamentos, nas ações, nos trejeitos, o quanto nossos universos simbólicos estão, mais do que nunca, no plural e em permanente construção.

#### 1.4.1 Método, ética e escrita

É no sentido de “atentar-se para o fluxo do comportamento” que este trabalho se insere em uma “etnografia da prática” (FONSECA, 2010), que busca conhecer como o próprio grupo elabora e vivencia suas experiências através da lógica de suas práticas sociais e comportamentos, através da observação participante. Este se apresenta como principal método nesta empreitada, pois desvenda muitas das questões que, tratadas de outra forma, dão a impressão de “todo harmonioso” ao grupo (FONSECA, 2010).

A autora afirma que a entrevista não permite que se capte as divergências entre discurso e prática, o dá a impressão desta aparente coerência ao grupo, pois todo peso está no discurso verbal do entrevistado. Como quando conheci Élder, um homem que há poucos



meses começara a trabalhar na Madeiral como auxiliar de máquinas. Ao questioná-lo sobre seu estado civil, respondera que *“era casado, mas não era”*, para logo em seguida explicar que morava junto com sua companheira, mas não viviam como *“marido e mulher”*, fazendo referência à vida sexual.

Segundo ele, o principal motivo para viver em tal situação era que ele *“cuidava dela por ser uma mulher mais velha”* (10 anos a mais que ele, portanto, se ele tinha uns 30 anos, ela deveria ter 40 anos de idade), pela qual ele tinha um *“enorme respeito”*. Os discursos em relação à companheira mostravam um homem infeliz no relacionamento, que sustentava esta situação pelo apreço e respeito à mulher.

No entanto, nas conversas e brincadeiras com outros colegas, deixou escapar que *“saía mesmo”*, e quando podia, *“traía mesmo”*. Ao tentar investir em um relacionamento com uma *“ex-ficante”* de seu colega de trabalho Emanuel, foi questionado por Miro, que o olhou com ar de reprovação: *“mas cara, tu não tem mulher, tchê?”*, a quem lhe respondeu seriamente: *“cara, deixa eu ser feliz cara... Tu já viu a minha ‘horta’? Já viu? Não né! Então deixa eu olhar pra horta dos outros!”*.

Diante destes fatos, percebi que não poderia basear a pesquisa nas entrevistas, sendo a melhor alternativa me dedicar também a observação participante, tendo como principal estratégia as conversas informais, que nos permitiram criar certa intimidade já que eu demonstrava estar interessada em tudo que eles quisessem falar, além de fazer perguntas quando necessário, utilizando o caderno de campo como recurso para a anotação destes dados.

O *“olhar”* e o *“ouvir”*, dois, dos três momentos mais importantes de uma pesquisa segundo Roberto Cardoso de Oliveira<sup>24</sup> (1998) foram essenciais para que eu compreendesse que Élder tinha um motivo a mais para continuar casado: ganhava pouco, estava endividado e acabava sendo sustentado pela companheira, já que todo seu salário era destinado para pagar dívidas, já que ela *“ganhava três vezes mais”* que ele. No entanto, ele nunca me disse que esse era o motivo pelo qual não se separava.

Apesar de haver aí uma aparente contradição – o discurso afirma, a prática nega – é preciso levar em conta a diversidade dos atores envolvidos, como explica José Guilherme Magnani (1986) ao afirmar que as ideias e crenças não são apenas opiniões conscientes, mas estão atreladas a instituições e condutas, devendo ser entendidas de todos os lados. O discurso e a prática, segundo o autor, *“não são realidades que se opõem, um operando por distorção*

---

<sup>24</sup> Para o autor, é no *“olhar, ouvir e escrever”* que a pesquisa antropológica toma sentido.

com respeito à outra; são antes pistas diferentes e complementares para a compreensão do significado” (MAGNANI, 1986, p. 140).

Para que possamos compreender as condições de produção e o espaço social em que estes discursos e práticas são produzidos, o antropólogo deve lançar mão de um olhar atento e uma escuta vigilante, pois,

[...] os atos de olhar e de ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar – isto é, peculiar à antropologia – por meio da qual o pesquisador busca interpretar – ou compreender – a sociedade e a cultura do outro “de dentro”, em sua verdadeira interioridade. Ao tentar penetrar em formas de vida que lhes são estranhas, a vivência que delas passa a ter cumpre uma função estratégica no ato de elaboração do texto, uma vez que esta vivência – só assegurada pela observação participante “estando lá” – passa a ser evocada durante toda interpretação do material etnográfico no processo de sua inscrição no discurso da disciplina (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998, p. 34)

Meus esforços voltaram-se, então, para os moldes clássicos da antropologia, no entanto, segui com uma de suas características atuais que é o movimento dos pesquisadores de irem até o campo e retornarem até suas casas. Esta estratégia comum principalmente nos meios urbanos foi fundamental para que eu pensasse o universo simbólico que aqueles trabalhadores estavam inseridos.

Para James Clifford (1999) o trabalho de campo implica justamente em deixar fisicamente nossa “casa” (qualquer que seja a definição desse termo) para viajar, entrando e saindo de algum cenário diferente do que estamos acostumados. Este “deslocamento” proposto pelo autor não se limita a atravessar lugares distintos, mas antes de tudo adquirir conhecimentos pelo meio desta experiência de estranhamento, resultado da ampliação de horizontes. E fora através de minhas idas e vindas, fossem nos pensamentos que me assolam após um dia de campo e me acompanham durante uma “viagem” de ônibus, fossem nas marcas físicas que teimavam em diferenciar aquele lugar de onde vivo, que pude compreender o peso que a etnografia tem, não apenas em termos acadêmicos.

O trabalho de campo foi dividido em duas partes. Inicialmente, destinada a cumprir minhas combinações com Marcelo, acompanhei a rotina que antecedia o horário de almoço dos trabalhadores e seu término. Geralmente, chegava por volta das 10:30h da manhã e saía por volta das 14:30 da tarde. Ao iniciar, de fato, a etnografia, que se dá na escrita no texto, no “estar aqui” como lembra Clifford Geertz (2005), nos vimos diante de impasses que só seriam resolvidos com a minha volta a campo, desta vez, para acompanhar todo um período de produção. E assim se deu a segunda etapa da pesquisa, uma semana do mês de março de 2014.

O grupo estudado conta com a participação de mais ou menos 10 funcionários, mas nem todos ficavam para o almoço, o que permitiu que eu criasse mais vínculos com os que permaneciam, sendo, em média, cinco trabalhadores. A propósito, foi em nosso primeiro encontro, como já comentado, que tentei esclarecer as principais questões referentes à pesquisa. Após a apresentação feita por Joana, expliquei quem eu era, o que fazia e onde estudava, além do meu interesse em estudar o universo masculino, mas que isso só seria possível caso eles permitissem minha presença.

Continuei explicando que a pesquisa duraria em média três meses e todos os quesitos burocráticos no que tange o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): garantia de sigilo ou qualquer outra informação que eles quisessem retirar/modificar. Alertei sobre um “papel” que seria sua garantia sobre essas questões e que poderia trazer da próxima vez, finalizando perguntei se eles teriam alguma pergunta, mas todos ficaram em silêncio ou disseram “não”.

Mesmo acreditando ter cumprido meu papel de pesquisadora alertando-os sobre os principais pontos do trabalho, penso que a pesquisa antropológica vai além desta “autorização” para entrada em campo. Não sei precisar até que ponto eles entenderam o que eu fazia ali, pois nunca foi me perguntado nada a respeito, sendo que certa vez Joana disse alguns se referiam a mim como “a moça da palestra”, talvez uma alusão ao meu lamentável sapatinho, que mais do que nunca impôs nossas marcas sociais.

Em sua pesquisa em um canteiro de obras sobre as relações hierárquicas no mundo do trabalho já citada na introdução, Romcy (2013) expõe como estas questões surgiram no seu campo. A autora afirma que embora tenha utilizado o TCLE em um estabelecimento de sua pesquisa, não considerou este “papel” fundamental para a construção de sua identidade no campo, e sim apenas um quesito burocrático. Para ela, fora sua presença constante, vivenciando o dia-a-dia na obra que construiu seu lugar como pesquisadora.

Concordo com a pesquisadora, e acredito que a relação ética é construída no cotidiano do trabalho, na interação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, em um vínculo que precisa ser constantemente reafirmado. O livre consentimento fora dado a mim pelos trabalhadores e pela Madeiral de forma consensual, embora não possamos perder de vista o quanto ele almeje a proteção do próprio pesquisador (FONSECA, 2008, apud ROMCY, 2013).

Neste caso, estando ambos – eu enquanto pesquisadora e eles enquanto pesquisados – sem este devido amparo, o momento em que o dilema ético esteve mais presente foi sem

dúvida o momento da escrita. Aliás, acredito que é justamente neste processo que a relação ética com os informantes se faz de forma mais inegavelmente explícita. Concordo com Cláudia Fonseca (2010) quando ela aponta que o anonimato não é visto com bons olhos por alguns teóricos, como se o autor/pesquisador tivesse algo a esconder. No entanto, falo de homens reais, com um trabalho real, envolvidos em uma relação de subordinação com outras pessoas. Há que se preservar tamanhos detalhes.

Fora por este motivo também que, embora sabendo da riqueza que o uso de fotos traz para o trabalho etnográfico, assumi a responsabilidade de não utilizá-las. Desde o começo da pesquisa, como havia a pretensão de migrar para as famílias, este recurso não entrou em negociação com os informantes. Posteriormente, com o problema definido e tempo hábil para propor este registro, ainda me senti desconfortável, justamente por se tratar de um local privado.

Também há um fato importante que não pode ser negado: houve uma mudança radical na estruturação da pesquisa, que não fora comunicada ao diretor da empresa – o mesmo que abriu as portas para mim. Optei por não comunicar esta mudança para Marcelo por dois motivos. Primeiro penso que este evento poderia incitar um possível interesse dele na pesquisa, pois estando eu tratando de assuntos relacionados ao trabalho e já que trato de assuntos sobre os quais eles também têm interesse, eu poderia ser vista como uma “espiã”. Também não realizei a pesquisa na loja, não tratando da Madeiral como uma organização vista em sua totalidade, apenas em uma parcela, que fica distante de todos.

Por isso, julgo que este trabalho trata antes dos sujeitos que movimentam este espaço – e caso estivessem em outro universo empírico no mesmo contexto trariam as mesmas questões – do que o espaço em si, apesar de descrevê-lo. Ou seja, o espaço no qual os trabalhadores estão inseridos é importante e para a antropologia é fundamental que eu o descreva, por isso tantos detalhes da Madeiral ou do depósito e do galpão, mas antes é o contexto social em que estão colocados que farão destes homens sujeitos, na Madeiral ou em qualquer outra empresa que eles atuem.

De qualquer forma, o mais relevante, como diz Fonseca,

Que o pesquisador esteja lidando com grupos subalternos ou não, a antropologia da prática com sua tendência de explorar exatamente aqueles domínios que não são “para inglês ver” trouxe renovados desafios éticos para o estudo etnográfico – desafios que o contrato de “consentimento informado” não resolve [...] Pior – todos nós reconhecemos que o uso de nomes fictícios não garante o anonimato aos informantes. Justamente porque a descrição densa depende da riqueza dos detalhes contextuais – tanto do local, quanto do indivíduo – não é difícil para qualquer pessoa próxima aos nossos *sites* etnográficos reconhecer cada personagem, que seja nomeado ou não [...] O pesquisador anda numa corda bamba, procurando garantir a

riqueza de detalhes que mantém fidelidade ao texto etnográfico, ao mesmo tempo que exerce uma vigilância constante aos limites éticos de sua ousadia [...] Apesar de tudo, numa antropologia da prática, colocamos em nossos textos acadêmicos muitas falas e interpretações que nossos “nativos” não colocariam, e cuja autoria eles não gostariam de assumir. A desigualdade política – entre quem descreve e quem é descrito – é parte integrante do texto (CLÁUDIA FONSECA, 2010, s/p).

Este trecho, aparentemente extenso a olho nu, explicita o maior de todos os meus impasses. Além da troca de nomes e idades, optei por citar a cidade, a zona em que estão localizados os trabalhadores e descrever, embora com alguns trocadilhos, detalhes, pontos importantes, desenhar mapas. Como fundamenta a autora, estou em uma “corda bamba”.

De qualquer maneira, a responsabilidade última é sempre do autor da pesquisa. Assim como coloca a autora no que diz respeito às escolhas que fazemos sobre falas e interpretações que utilizamos em nossos textos, James Clifford (1998) contribuiu sobre o assunto quando fala em “autoridade etnográfica”, ou seja, o modo como o autor legitima um discurso sobre a realidade. Na tentativa de impor credibilidade à escrita – o famoso “eu estive lá” – o pesquisador lança mão de estratégias textuais para que o leitor possa apreender a sua experiência.

Os modos de autoridade a que o autor se refere são o experiencial, interpretativo, dialógico e/ou polifônico. O modo de autoridade polifônico, cuja forma é utilizada aqui, tem como principal objetivo romper com etnografias que se baseiam em uma só voz, geralmente a do pesquisador que fala por todos, trazendo as vozes dos informantes para dialogar com as interpretações feitas por ele e com a bibliografia utilizada. O autor vê a antropologia moderna exaltando os nativos como construtores ativos da “realidade” no qual estão inseridos, quebrando o peso contido em uma observação meramente pessoal e homogeneizante.

Independente das estratégias utilizadas pelo autor, Clifford ressalta que a “realidade” descrita sempre vai ser criada para que o próprio leitor possa compreendê-la. Cláudia Fonseca (2010), Mariza Peirano (1995), Clifford Geertz (2008), entre outros, defendem que as descrições que nos propomos a fazer são sempre construções do que nós compreendemos,

Os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura) Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são “algo construído, algo modelado” [...] (GEERTZ, 2008, p. 11).

Assim como o autor, eu não procurei me tornar uma nativa e ver através dos olhos de meus informantes – até porque isso seria um pouco difícil neste caso, levando em conta todas as nossas diferenças. Este trabalho é, portanto, uma interpretação singular, onde as falas e práticas dos trabalhadores, além de terem sido reproduzidas, foram recontextualizadas. Isto se

exemplifica no momento em que as falas e comportamentos dos sujeitos da pesquisa foram escolhidas para serem publicadas, juntamente com os cruzamentos teóricos feitos aqui.

#### 1.4.2 Atravessamentos e estratégias – Experiências de uma pesquisadora mulher em um galpão masculino

Minha presença feminina e até mesmo os primeiros assuntos que eu trouxera a campo referente às famílias dos trabalhadores – creio que investidas feitas cedo demais – podem ter criado uma barreira entre nós, além, é claro, das marcas sociais que indicavam nossos lugares. O galpão servia como uma representação da sociedade brasileira: eu e meu sapatinho vínhamos do centro, da classe média, daquele grupo de pessoas que frequentam a universidade (afinal, para eles eu era a “moça da palestra” não?) e para fechar as diferenças entre “nós” e eles, eu era mulher.

Os trabalhadores, moradores da periferia, de um lugar estigmatizado pela violência e pobreza, que pouco estudam e tem em seu corpo seu meio de sobrevivência, com suas roupas sujas e botas marcadas pelo barro que andam diariamente, são homens. Além das diferenças de gênero, haviam diferenças sociais que nos afastavam significativamente.

Nada deixou isto tão evidente como a vez em que olhei para o chão e vi nossos sapatos. Além disso, minhas vestimentas limpas e bem cuidadas, em contraste com as roupas sujas de terra, algumas rasgadas e velhas. Mesmo eu tendo passado alguns anos da minha infância em um bairro pobre da cidade e feito o estágio em uma comunidade popular foi na escrita e nas sessões de orientação que pude compreender alguns dos obstáculos que enfrentei.

As representações das nossas diferenças sociais, no caso das vestimentas, me fizeram entender, finalmente, que apesar da minha ilusão primeira de familiaridade com bairros e populações populares, nós não éramos “iguais”. Na prática, aprendi o que Gilberto Velho (1978) ensinou quando afirma que não podemos confundir familiaridade x “observando o familiar”, ou seja, estar familiarizado não significa que conhecemos todos os pontos de vista dos envolvidos nem todas as regras da interação praticadas naquele local.

Podemos estar familiarizados com certa paisagem social, como era o meu caso – já que as interações sociais dos sujeitos com os quais tive contato anteriormente não eram

percebidas sob o olhar antropológico – mas tal fato não é garantia para que se compreenda a lógica das relações dos sujeitos envolvidos.

Tentei algumas vezes, me inserir no cotidiano de trabalho do grupo, apesar da inocência que isso possa aparentar. Fosse para alcançar objetos, escorar madeiras ou coisas do tipo, sem com isso achar que com o tempo eu me tornaria uma “operadora de máquinas” ou carregadora de madeiras. Minha intenção era tornar minha presença menos evidente, e quem sabe tornar mais real a experiência dos trabalhadores quando fosse transcrevê-la para o papel. No entanto, esbarrava sempre em olhares desconfiados e respostas incisivas: “*isso aqui é trabalho de homem!*” ou “*isso não é trabalho de mulher!*”.

Apesar de aquele ser um espaço predominantemente masculino, a presença feminina é bem tolerada ali. Aquele também é o lugar onde fazem as confraternizações da empresa, então, comemorações festivas entre funcionários, funcionárias e familiares são feitas no galpão. Além disso, Joana é conhecida pelos trabalhadores por ser “gente boa”, ou seja, ela frequenta o galpão quando necessário e mantém uma boa relação com eles, e há também as clientes, que frequentam o “depósito” para pedir e buscar produtos diretamente com os trabalhadores. Assim, os trabalhadores estão habituados a lidar com a presença feminina naquele local, embora isto não ocorra frequentemente.

No entanto, esta presença feminina não diz respeito às mulheres “de casa”, ou seja, companheiras dos trabalhadores. Estas nunca apareciam ali e mesmo em datas festivas, poucas vezes eram levadas pelos maridos. Definitivamente, aquele era o espaço “da rua” e não “da casa”, como propõe DaMatta (1987). Miro, por exemplo, costumava levar seu filho mais velho, afirmando que não leva sua esposa em “*coisas do trabalho porque isso não dá certo não*”, “*tem sempre um que bebe demais, faz gracinha, não dá boa coisa*”. Ela mesma, segundo ele, nunca sequer ligou para o trabalho.

Já Marcão, em uma festa em comemoração ao dia do trabalhador, levou sua companheira e estava a três dias sem falar com ela: “*ela é muito braba!*”, disseram os outros, “*uma colega ‘lá de cima’ inventou de me elogiar, daí ela ficou uma fera, tá sem falar comigo!*”. Perguntei o que esta colega havia falado, então Marcão respondeu: “*ah nada demais, disse que eu era um homem honesto, sério, trabalhador, mas pra mulher já serviu como cantada né [...] Não trago mais ela não, foi um stress ‘do cão’*”.

Como a frase dita por este trabalhador: “*mulher e gato é dentro de casa, homem e cachorro é fora*”, percebemos que os papéis deste grupo também são demarcados. Embora a

mulher de Marcão represente bem a “mulher valente”<sup>25</sup> dos grupos populares porto-alegretenses estudados por Cláudia Fonseca (2000), Heloisa Paim (1998) e outros, podemos perceber nestas narrativas o quanto os papéis de cada um estão sociologicamente definidos. Ou seja, para este grupo de classe trabalhadora, a mulher, assim como o gato – animal eminentemente caseiro – são os representantes do que o Duarte (1986) chama de “fiscalidade”, ou seja, das tarefas domésticas, do interno, do privado, da casa, etc. Ao homem, assim como o cachorro, que vive “fora de casa”, compete o público, o social, o externo, ou seja, o que está “fora”, o que está no “pátio”, na rua, e não dentro da casa.

Sempre fui muito bem tratada, com educação e respeito, afinal, creio que a direção da Madeiral não permitiria meu acesso ao “galpão/depósito” se eles não confiassem nos homens que ali trabalham. Apesar dos meus esforços para manter os rumos do primeiro projeto em pé, dificilmente eles prosseguiram no assunto. Era comum que respondessem somente às minhas perguntas, e eu sentia que não estava chegando a lugar nenhum, o que me desanimava muito. Tentando ultrapassar as pilhas de madeiras que nos cercavam e adentrar em suas casas, sugeri um churrasco de confraternização para que eu pudesse conhecer suas famílias, mas mais uma vez fui ignorada.

Além dos nossos afastamentos sociais, ser uma mulher pesquisando homens nunca fora uma questão na pesquisa que passasse despercebida. No entanto, como afirma Paula Sandrine Machado (2007) – que também passara por esta situação – estas particularidades podem ser reveladoras do próprio objeto: ser uma mulher estudando homens traz uma série de vantagens, na medida em que surgem elementos que caracterizam a relação homem/mulher e demonstram aspectos da construção da identidade masculina indicada no encontro com a mulher.

Por outro lado, a diferença de gênero traz desvantagens uma vez que muitos dos códigos masculinos não são compartilhados com a pesquisadora. A relação que se estabelece em campo indica elementos como: “as posições ocupadas, os espaços permitidos, os constrangimentos gerados, as dificuldades em falar sobre certas questões em determinados momentos” (MACHADO, 2007, p. 164).

---

<sup>25</sup> Referindo-se a mulheres traídas ou enganadas, este termo designa-se ao comportamento reacionário da mulher quando descobre ou desconfia da infidelidade masculina. A mulher é valorizada pela reação ativa para a manutenção da família. Diferentemente da mulher de classe média que tenderia a “fazer que não sabe de nada”, a mulher dos grupos populares age (FONSECA, 1995; PAIM, 1998)



Entendendo desta forma, aquele espaço – dos trabalhadores – era um espaço de homem, afinal. Como me disse Miro em nossa primeira conversa informal, “*tu vai ver, aqui é pior que língua de obra*”, me alertando para as “bocas sujas” e comportamentos jocosos dos trabalhadores, pois ali é, como constatou Romcy (2013) em seu canteiro de obras, um espaço que “se fala como homem”. Apesar disso, apesar do alerta de Miro, apesar de pesquisas darem conta destes achados, aquele também era o nosso espaço, e por esta razão, nunca presenciei tais narrativas ou comportamentos.

Era como se “coisas de homem” como futebol, carros e assuntos íntimos ficassem entre eles, já que essas coisas não dizem respeito a uma mulher, ainda uma mulher tão diferente deles. Então, quando estávamos no “nosso espaço”, um espaço em que eles ditavam o que queriam falar, comandando o “jogo” que eu havia proposto. Como Roseli Buffon (1993) relata em sua pesquisa de mestrado onde os homens de classe média também procuravam inverter os papéis de pesquisadora e pesquisado. Há, na minha pesquisa e na pesquisa da autora um ponto em comum, embora haja um grande afastamento de classe que separa os informantes: era como se eles estivessem, desta maneira, procurando se recolocar no papel masculino, ativo, viril, que ou assume o controle da situação tomando o lugar de pesquisador, como no caso de Buffon, que passou a ser muitas vezes a entrevistada, ou comanda o assunto a ser tratado no campo, escolhendo o que quer ou não falar, como no meu caso.

Assim como o fato de ser uma mulher jovem com traços que por vezes chamam a atenção, não passou despercebido pelas mulheres da comunidade, este fato também não deve ter sido invisível para os homens. Meu tom de pele, minhas roupas, meu cabelo, meu comportamento e meu corpo estavam sempre em evidência, mais ainda quando estamos em um espaço totalmente masculino. No entanto, poucas vezes me senti paquerada. Acredito que por minha entrada em campo ter se dado pela diretoria da empresa, olhares maliciosos e cantadas mais atrevidas tenham ficado limitadas nas relações entre os trabalhadores.

Em um contexto parecido, Brites (2000) revela que em seu trabalho de campo sua identidade feminina permitiu que a relação com as mulheres acontecesse de forma mais estável, porém, com os homens, esta diferença imposta nunca deixou de estar marcada. Assim como no caso da minha pesquisa, a autora relata que apesar da idade e condição de mulher casada mas desacompanhada em campo, alguns pudessem percebê-la como uma namorada em potencial, os olhares que os homens dirigiam nunca foram “declaradamente

provocativos”. A autora afirma que este fato pode ainda indicar “a falta daquela licença que se estabelece entre iguais” (BRITES, 2000, p. 190).

Algumas tentativas veladas de sedução ficavam por conta de comportamentos “aparentemente normais” quando se trabalha no calor ou com tarefas pesadas. Havia um trabalhador, em especial, que andava frequentemente sem camisa, fazendo questão de ficar onde eu pudesse vê-lo. Quando precisava forcejar, olhava para seus braços, conferindo se o “produto estava bem na foto”. Após o almoço era comum que deitasse em um banco – se estava calor, continuava sem camisa – com as pernas elevadas e os braços dobrados com as mãos embaixo da cabeça. Gostava de conversar comigo nesta posição, para que eu o olhasse. Em suas narrativas, fazia questão de exaltar que era um homem esperto, inteligente e que só trabalhava ali porque precisava de dinheiro “urgente”, “*mas na hora que eu arrumar uma coisa melhor, eu tô saindo!*”, disse ele.

Gostava de dar conselhos para os companheiros, sem que estes perguntassem: “*Olha, vou te contar, homem é o bicho mais sem-vergonha que existe!*” ou “*o homem deve jurar lealdade, mas nunca fidelidade!*”. No entanto, suas “frases de efeito” ficavam sempre no ar, pois eram ditas fora de um contexto ou de uma conversa, como se fossem diretas para mim ou para a pesquisa. Dava sinais de que era solteiro, passava a impressão de ser um homem viril e conquistador, me galanteando certa vez com produtos em madeira MDF<sup>26</sup> que ele confeccionava.

Pedi que eu olhasse em seu notebook seus trabalhos como marceneiro, tarefa esta que ele exercia esporadicamente. Diante das insistidas, meio sem jeito, resolvi olhar e percebi que não se tratavam de fotos dos seus trabalhos, e sim imagens salvas da internet, mesmo assim resolvi perguntar se eram trabalhos dele. Disse que eram trabalhos “iguais”, indo buscar em cima da geladeira um porta-joias que estava sendo confeccionado sob encomenda para me mostrar. Perguntou se eu havia gostado, e respondi que sim, que era muito bonito.

Então ele já foi dizendo que faria um para mim e pedindo que eu escolhesse a cor, agradei, mas disse que não poderia aceitar, pois meu namorado poderia ficar com ciúmes. Esta foi a maneira que encontrei para demarcar nossas fronteiras, já que o aceite do presente poderia ser entendido como uma permissão para suas investidas. Apesar de nunca ter comentado sobre meu estado civil, eu usava uma aliança de ouro visível na mão direita, o que

---

<sup>26</sup> Madeira de Média Densidade, ideal para a indústria de móveis e decoração, indústria gráfica, automotiva e acessórios. Fonte consultada: <http://www.montagge.com.br/mdf.htm>

dava a entender que tinha um relacionamento. Na verdade fui enfática desta maneira para deixar claro, principalmente para este trabalhador, que eu não estava disponível e aquele não era um espaço de paquera. Poderia ter somente negado o presente, mas senti que aquele era o momento de colocar minha situação, já que eles nunca perguntavam sobre mim.

Embora a mesma situação tenha acontecido com Miro, as situações foram diferentes. Este, com quem desenvolvi uma relação de proximidade em campo, um homem casado, pai de dois filhos, respeitado por todos os trabalhadores, que vindo do interior, mantém até hoje a tradição de aos finais de semana “ir pra fora” na casa dos pais, tirar leite de vaca, colher fruta do pé e fazer mel. Enquanto me contava seu momento de lazer, falei que era difícil achar mel de boa qualidade na cidade, mas tinha uma “feirinha” com produtos coloniais no início do mês no centro da cidade que valia a pena conhecer.

Foi então que Miro prontamente me prometeu um pote de mel feito por ele, *“ah, mas então tu vai provar o melhor mel que tem na região!”*. Tomado de orgulho – porque Miro é aquele homem que se orgulha de tudo que faz, o homem provedor, batalhador, trabalhador – me vi impelida a aceitar, até porque os demarcadores de pai e marido sempre estiveram claros. Além disso, de certa forma ele era um informante privilegiado, algo ali estava sendo negociado, e após o que aconteceu com Élder, acredito que Miro estava também testando minha relação de confiança com ele. Agradei a oferta e finalizei a conversa dizendo que iria aceitar. Na semana seguinte ele já me aguardava com o pote de mel: *“trouxe o mel pra ti, o melhor da região! Esse final de semana mesmo eu já fiz, tá novinho!”*.

Os cuidados com as vestimentas foram indispensáveis no trabalho de campo, tanto para uma maior aproximação com os sujeitos enquanto trabalhadores de baixa renda como para não me expor demasiadamente como mulher. Após o primeiro dia em campo e o fatídico uso das sapatilhas, percebi que precisava me adequar a realidade que estava me inserindo, tanto porque aquele tipo de sapato chamava atenção para um tipo de feminilidade que marcaria minha presença como mulher a todo instante.

Armei estratégias para que esta identidade feminina não se acentuasse além do evidente que se referia a minha própria presença em campo. Usava roupas que não valorizavam o corpo, mais soltas e largas. O modelo da calça era o “saruel”, aquele que tem amplo volume no quadril e nas pernas, sendo um número maior que o meu manequim, ficando ainda maior, sendo esta a calça usada na maior parte do trabalho de campo. Apenas no inverno, quando usei casacos na altura do joelho que me senti a vontade para usar calças mais justas. As camisetas eram sempre de mangas curtas, largas, tênis no estilo all-star,

cabelos presos em um “rabo de cavalo”, brincos pequenos e sem nenhuma maquiagem. Carregava sempre uma mochila nas costas, e no inverno, como já dito, a roupa era acrescida de um casaco estofado na altura do joelho, que me dava a sensação de estar protegida.

Sofria um processo de “enfeimento” – se é que podemos chamar assim –, ao contrário do que fazem muitas mulheres quando saem todo dia para trabalhar, estudar ou qualquer outra atividade que não seja em casa. Fazia questão de não chamar atenção, e acreditava que assim estaria ludibriando aqueles homens e mantendo o foco no que realmente era importante que era a pesquisa.

Creio que esta estratégia tenha, de certo modo, dado certo. No entanto, durante o trabalho de campo sofri uma perda de peso que ficou mais evidente após um breve período em que precisei ficar afastada do campo. No meu retorno, ainda com a “calça saruel”, que ficara mais larga, lembro que pela primeira vez fiquei constrangida com os olhares, singelos é verdade, mas como isso não havia acontecido antes, a situação ficou um pouco embaraçosa. Na verdade, os olhares estavam muito mais para ares de curiosidade, como se quisessem me perguntar o que havia acontecido ou mesmo me dizer que eu estava diferente do que olhares de cunho sexual, embora não possa garantir que quando não estivesse junto, muito provavelmente, eles tenham comentado e gozado com tal situação.

Ainda assim, de todas as experiências de campo nenhuma teve mais impacto e me ensinara tanto sobre nossos pontos de vista culturais e me fizeram pensar na diversidade de universos de significados existentes na sociedade como o dia em que conversamos sobre cachorros e gatos, mais precisamente cachorros.

Já havia notado a presença de cães de rua que apareciam sempre na hora do almoço, onde era comum que os trabalhadores alimentassem-os com seus restos de comida, e estes animais, após comerem, tornavam a voltar para a rua. O fato é que sempre há cachorros que vão alimentar-se na hora do almoço no galpão, não sendo regra serem os mesmos. Diante desta atitude, que considerei positiva – dar comida – iniciei uma conversa sobre a existência destes animais em suas casas.

- *Vocês têm cachorro em casa?*

- *Ah eu não gosto de cachorro, eu gosto de gato! Mas eu não tenho nenhum (Élder).*

- *Por que tu não gosta de cachorro? (Cris)*

- *Ah, sei-lá! Eu acho que gato é mais independente.*

- *Eu tenho cachorro no pátio no pátio, dentro de casa não! (Gelson)*

- *Eu também tinha dois cachorros que cuidavam do pátio do clube [boate] que eu morava (Leonir).*

Nenhum dos trabalhadores presentes possuía um cachorro dentro de casa, ou como Marcão já havia explicado no primeiro dia de campo sobre porque brigava com sua companheira, frase já comentada anteriormente: *“mulher e gato é dentro de casa, cachorro e homem é fora!”*. Além de encontrarmos nesta afirmação o elemento característico das classes trabalhadoras – a noção de totalidade firmada no caráter complementar da oposição homem/mulher (DUARTE, 1986), nos deparamo-nos com a representação desta relação baseada nos animais.

Enquanto Gelson contava sobre o cachorro do patrão que ficava nos fundos do depósito, que é “o xódo do veio”, *“bei, o bicho deve valer uns dois mil reais, coisa mais linda, mas quem cuida é agente né, que dá água, comida”*, Miro contou sobre seu cachorro:

- *“bah, depois desse eu achei que eu nunca mais fosse conseguir ter outro cachorro... [balançava a cabeça visivelmente contrariado] meu filho judiava dele, agente podia fazer o que quisesse com ele, ele não fazia nada pros de casa, mas era começar a latir que eu sabia que tinha um estranho no portão [...]”*.

Enquanto Miro falava, parecia inconformado e triste pela perda do animal, perguntei do que ele havia morrido, crente que a resposta seria “de velho” já que era “tão especial”:

- *“ah, eu saí de casa e o cara que tira a luz ia passar lá, daí eu amarrei ele numa coleira curta, ele ficou no sol até a hora que eu cheguei, daí quando eu cheguei eu desamarrei ele e fui dar água pra ele, acho que ele teve um choque né”*.

Miro havia ficado triste com a perda de seu animal, mas aquele fato parecia ser uma prática corriqueira, ele não aparentava desgosto pelo que fizera ao animal (deixá-lo preso a coleira o dia todo ao sol), mas por perder um cachorro que como ele, “trabalhava” tão bem: vigiava a casa, protegia a família e era um bom amigo dos filhos, apesar das peraltices de crianças. Da mesma forma que Miro, Leonir também lembrara de seus dois cães que “cuidavam” a propriedade em que ele trabalhava como caseiro, mas quando ela fechou, teve que deixar os “bichos”, pois não tinha para onde levar, *“eram os meus tesouros”*, disse ele.

Percebemos que o “bom” cachorro é aquele que “trabalha”, ou seja, vigia, protege e cuida da propriedade, ou seja, atributos de domínio masculino, por isso, como nos advertiu Marcão, “cachorro e homem” é fora de casa! Nas classes trabalhadoras urbanas, não é surpreendente que se espere que até os animais atuem como companheiros, no sentido de

auxiliares destes trabalhadores, assim, durante o dia, eles cuidam e protegem a casa durante a noite, quando todos descansam para mais um dia de trabalho.

Ao ouvir Miro narrar sua história, em um primeiro momento fiquei horrorizada com tamanha falta de “sensibilidade”, mas após muitos deslocamentos subjetivos, orientações e leituras, compreendi o que a antropologia obstina-se a ensinar. A reflexividade que Cláudia Fonseca (1999) propõe diz respeito a uma reflexão feita quando o pesquisador realiza uma “viagem” de ida e volta entre dois universos simbólicos – o seu e o seu grupo pesquisado – se permitindo enxergar contornos e limites dos seus próprios valores, através do reconhecimento de outros “mundos” que não somente o seu.

Neste sentido, inserida em um universo cultural onde o fenômeno de humanização e “filhotização” (JEAN SEGATA, 2010; ÉRICA PASTORI, 2012; BERNARDO LEWGOY et al. 2011, entre outros) dos pets é cada vez mais frequente, típico de classes médias e classes médias altas. Os hábitos indicam laços cada vez mais fortes entre humanos e seus animais, demonstrando os reflexos de uma “modernização das cidades e da individualização cada vez maior da cultura na sociedade ocidental” (SAMANTHA OLIVEIRA, 2006, p. 26). Foi preciso desconstruir meu preconceito às avessas<sup>27</sup> para aprender a olhar para a cultura dos meus informantes.

Os autores confirmam um número cada vez maior de *pet shops*, serviços como banhos especiais e até acupuntura, tecnologias médicas avançadas, produtos sofisticados como shampoos, esmaltes, roupas, colares, perfumes, rações específicas, etc. Como consumidora, embora eu frequente estes lugares e também faça parte do grupo que “humaniza” seus animais, me enquadro naquela categoria que, por acreditar no sofrimento dos bichos, tenta, de alguma forma acabar com ela.

Sou “mãe” [sic] de duas cadelas, uma pinscher e uma vira-lata (ou sem raça definida como alguns ativistas preferem chamar) adotada de uma organização não governamental da cidade. Mas esta também é uma característica das classes médias, pois que para isso seja feito, além de boa vontade e disposição, é preciso que se tenha minimamente algum dinheiro, pois

---

<sup>27</sup> Esta desconstrução não foi tão fácil quanto parece. Amante dos animais tive muitas dificuldades para me libertar de certos esquemas que me acompanham desde pequena. A primeira versão desta parte do texto estava confusa e inacabada, expondo apenas o caso e contando dos “benefícios” da antropologia em entender outras culturas e da importância em “relativizar”. A segunda versão, ainda inacabada, estava mais para um desabafo pessoal do que para uma interpretação sociológica. Não creio que tenho atingido meus objetivos com esta terceira versão, penso apenas que escrever num tocante tão íntimo e profundo não é para “qualquer um”.

alimentar, vacinar e dar assistência – como banho, tosa, consultas –, à animais domésticos não saem baratos aos bolsos de quem os têm.

Não é difícil ouvirmos histórias sobre casais que ao se separarem, dividem a guarda dos cães e/ou gatos, quando não entram na justiça para lutar por ela, se assemelhando a guarda de menores no Brasil. No seio de uma sociedade onde casais têm cada vez menos filhos – quando os têm –, onde muros altos dividem casas e a morada mais prática tornam-se os prédios, ou seja, a característica individualista das sociedades modernas, a presença dos animais acaba por minimizar os sentimentos de isolamento e solidão. Na crescente humanização dos animais, frequentemente ouvimos “os animais também são gente” (SEGATA, 2010), porém, isto não está em voga nas classes trabalhadoras.

Entendidos como “bichos” ou simplesmente “animais”, nas classes trabalhadoras, os animais operam como a “dobradiça” entre a cultura e a natureza<sup>28</sup>: com efeito, os cães são ambíguos, aparecem como a irrupção da natureza no universo cultural dos homens (FELIPE VANDER VELDER, 2010). Os cães não são portadores de um “self emocional” como no caso em que são tratados como filhos nas classes médias. Diferentemente, na vila estes animais se criam soltos – se não estão atados a uma coleira na “casinha do cachorro” ou no pé de uma árvore para serem soltos a noite para “cuidarem da casa” – descansam e passeiam livremente por toda parte, até mesmo com certa indiferença. É frequente vê-los buscando a companhia de pessoas, quando estas não os expulsam de casa aos pontapés, a vassouradas ou com outros tipos de hostilidade.

Apesar destes tratamentos ásperos e até mesmo o que acontecera com Miro, a “crueldade” – se é que podemos chamar assim – não são característicos das classes trabalhadoras. Há, nestas práticas, saberes facilmente compreendidos quando se atemos a ouvi-los. Além das já descritas características referentes ao “bom cão” = cão trabalhador, há aquelas práticas que não foram ditas, mas são entendidas no curso do campo. O cão que fica “amarrado”, principalmente com uma corda relativamente curta durante o dia, é destinado a vigiar a casa durante a noite, pois geralmente fica feroz e agitado.

Os cães que ficam soltos muito tempo ficam “brincalhões” e “qualquer um mete a mão”, como disse Gelson explicando sobre o “*bicho do véio*”, que cuida o depósito durante a noite. Sem espaço para correr e se “exercitar” durante o dia, ficam alertas e agitados à noite,

---

<sup>28</sup> Para um debate preciso sobre a discussão natureza X cultura referente a animais e humanos, ver Bruno Latour (2005), Philippe Descola (1998), Eduardo Viveiros de Castro (1992), Jean Segata (2010), entre outros.

que é quando precisam estar atentos. Outra estratégia é a comida. Ela é dada durante o dia, pois se dada durante a noite, o cão pode ficar sonolento.



## **2 A PERIFERIA ENQUANTO LUGAR DOS TRABALHADORES**

A abordagem etnográfica se constrói tomando como base a ideia de que os comportamentos humanos só podem ser explicados e compreendidos se tomarmos como base o contexto social onde atuam (CERES VÍCTORA et. al, 2000), que nos permite entendermos os significados das práticas pesquisadas de forma que possam ser pensados dentro das lógicas e especificidades de cada lugar. Por isso, este capítulo tem por objetivo descrever teoricamente e etnograficamente o contexto social no qual estão inseridos os trabalhadores, tendo como base a formação da periferia em Santa Maria, onde as migrações rurais e a busca por emprego com o crescente desenvolvimento da cidade criaram áreas periféricas não apenas geograficamente.

A periferia é tratada aqui como um lugar próprio das camadas de baixa renda, não apenas de marginais, desempregados ou biscateiros, mas também de trabalhadores. Por fim, caracterizando o cotidiano de trabalho do grupo, apresento como até mesmo no ambiente laboral eles vivem em um contexto periférico, sendo duplamente excluídos.

### **2.1 Santa Maria: uma cidade de oportunidades?**

No que diz respeito aos deslocamentos históricos referentes à Santa Maria, parece que os processos registrados na história de sua fundação, embora com muitas feições, contextos e lógicas, não deixem de serem definidores de sua identidade no presente: destacamento militar, produção agropecuária e comércio, atualmente, acresce-se a função de cidade universitária. Outro segmento importante na construção da cidade que servira como polo de atração populacional e de trabalho fora a Viação Férrea.

Santa Maria é uma cidade de aproximadamente 273 mil habitantes, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, conforme a figura abaixo. Seu território

privilegiado fora alvo de disputas políticas entre a coroa portuguesa, espanhola e os índios que aqui se encontravam<sup>29</sup>.



**Figura 4 - Localização de Santa Maria no mapa do Rio Grande do Sul**

Após anos de disputas, principalmente entre portugueses e espanhóis, Santa Maria começa a ser desenhada no mapa quando, em um acordo entre as duas coroas, a guarda portuguesa permaneceu onde hoje é conhecida a “Rua do Acampamento”, importante rua central da cidade. Este contingente de aproximadamente 400 militares despertou a atenção de muitas pessoas, que acabaram se deslocando para este local com o intuito de adquirir terras para a plantação ou criação, além de ter em vista transações comerciais (MÁRCIA MACHADO, 2012). Segundo a autora, a presença deste acampamento militar atraiu diversos habitantes, dando origem à povoação, abrindo espaço para ruas e estradas além de dar vida às atividades fortemente características da região: pecuária e comércio.

Santa Maria se transformou, no decorrer dos anos, em um dos maiores e mais importantes núcleos ferroviários do Brasil, tornando-se um entreposto obrigatório para

---

<sup>29</sup> Para saber mais sobre a história da formação de Santa Maria, ver: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (Orgs.). **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: [s.n.], 2010.; RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria: outras contribuições recentes**. Santa Maria: Câmara dos Vereadores, 2012.

importação e exportação de mercadorias. A posição geográfica da cidade fez com que esta se tornasse o principal entrocamento das linhas férreas no estado, fato que contribuiu significativamente para o seu desenvolvimento, tanto econômico como populacional<sup>30</sup> (SILVANA GRUNEWALDT, 2010). Além disso, o setor agrícola, presente desde seu início, teve seu crescimento acelerado com a chegada dos migrantes alemães e italianos que se dedicavam a estas atividades, principalmente em distritos rurais como São Pedro do Sul e Silveira Martins.

Como se pode perceber, todas estas atividades estimularam a busca por melhores oportunidades de moradores da região, que viam o próspero crescimento de Santa Maria como a possibilidade de mudanças. A viação férrea, além de estimular o comércio, animou por anos a indústria local. Na década de 1950, ao lado do comércio, a indústria era a atividade mais desenvolvida<sup>31</sup>. O que se via em Santa Maria era reflexo do conjunto de transformações econômicas e sociais que acabaram por modificar as relações de produção e as estruturas sócio-políticas-administrativas no Brasil.

A industrialização brasileira provocou uma grande crise na sociedade rural, pois todo o modo de vida desta população se organiza em termo de relações de trabalho tradicionais, onde a industrialização opera como meio de fragmentar as condições que sustentam esta sociedade. Efetivamente, há a expulsão do trabalhador do campo para a cidade (EUNICE DURHAM, 1984). É neste contexto em que estão inseridos os trabalhadores desta pesquisa. Vindos de localidades rurais próximas a cidade ou descendentes de famílias oriundas do meio rural, eles encontram na “cidade grande” uma chance para buscar melhores oportunidades.

Como Santa Maria apresentava um futuro próspero, demandava cada vez mais mão de obra, e ainda contava com quartéis, uma Base Aérea e uma Universidade Federal, não é de se espantar que caísse nas graças de quem ouvisse falar. No caso dos trabalhadores, por serem

---

<sup>30</sup> A estação ferroviária trouxe inúmeros empreendimentos para a cidade. Em 1907 a vila Belga foi fundada, sendo o primeiro conjunto habitacional de Santa Maria, com casas destinadas aos empregados da VFRGS. Está localizada na Avenida Rio Branco, considerada uma “artéria do espaço urbano local” (VIERO e FIGUEIREDO, 2012, s/p). Atualmente é tombada pelo Patrimônio Arquitetônico e Cultural de Santa Maria. Após alguns anos, a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea instalou-se na cidade, trazendo consigo outros projetos, como farmácia, açougue, hospital, escola destinada às filhas dos ferroviários e uma escola que visava o ensino profissionalizante com a mão de obra especializada, como marceneiros, torneiros, carpinteiros, etc. (MARIA MEDIANEIRA PADOIN, 2010).

<sup>31</sup> Destavavam-se no setor o Grupo Atlantic, de Weissheimer Irmão e Cia. Ltda, com a produção de café e balas; a fábrica Corrieri, no setor de massas; o Moinho do Centro, na produção de farinha de trigo e derivados; e as indústrias de bebidas, principalmente a fábrica Cyrilla (MARIA MEDIANEIRA PADOIN, 2010).

homens, há uma particularidade, como explica Miro: “*eu nasci ali em São Pedro, morei ali até vim pro quartel, e depois que eu saí do quartel eu comecei a trabalhar aqui [em Santa Maria]*”.

A presença de um contingente militar teve importância não apenas na história da cidade desde sua origem, mas também para a história de vida dos trabalhadores da pesquisa. Atualmente contando com “duas armas” – Exército e Aeronáutica – Santa Maria representa o segundo maior contingente operacional do Brasil.

Diferentemente da classe média e alta em que os jovens pedem dispensa do serviço militar para estudar ou entram para o serviço após concluírem um curso superior visando uma patente maior, a classe trabalhadora vê o alistamento como um “rito de passagem”, na medida em que a maioria deixa suas famílias, passa a ganhar um bom dinheiro e após a saída do quartel, passa a seguir os próprios passos, assim como Miro, que não voltou para sua família de origem e logo casou-se com sua vizinha de São Pedro e trouxe a moça para morar com ele na cidade, constituindo “família”.

Desta forma, antes do serviço militar, os “guris” viviam com suas famílias, fosse ou não na cidade, e esta experiência fez com que muitos passassem a semana inteira longe de seus familiares, aprendendo “a ser homem”, como também relatou Guedes (1997) sobre seus trabalhadores, quando o exército representa um lado da construção do homem/trabalhador. Segundo a autora, as representações sobre *dormir no mato, passar fome, sede, frio* são extremamente valorizadas na transformação do menino em homem, principalmente aquela que se refere a imagem do corpo em transformação, também representadas nas narrativas “meu filho ficou mais maduro, mais decisivo, mais corajoso, mais forte” (GUEDES, 1997, p. 190).

Não é para menos que Inocêncio, ao comentar sobre a primeira vez que pôde sair fardado para fora do quartel, disse que prontamente foi passar o final de semana em sua “cidade natal”. Narrou extremamente orgulhoso a emoção de sua avó e de mãe ao verem pela primeira vez “vestido de milico”, e que estas fizeram questão de buscá-lo na pequena rodoviária da cidade, a pé. Pois é, o filho tinha virado homem e a cidade toda precisava ver!

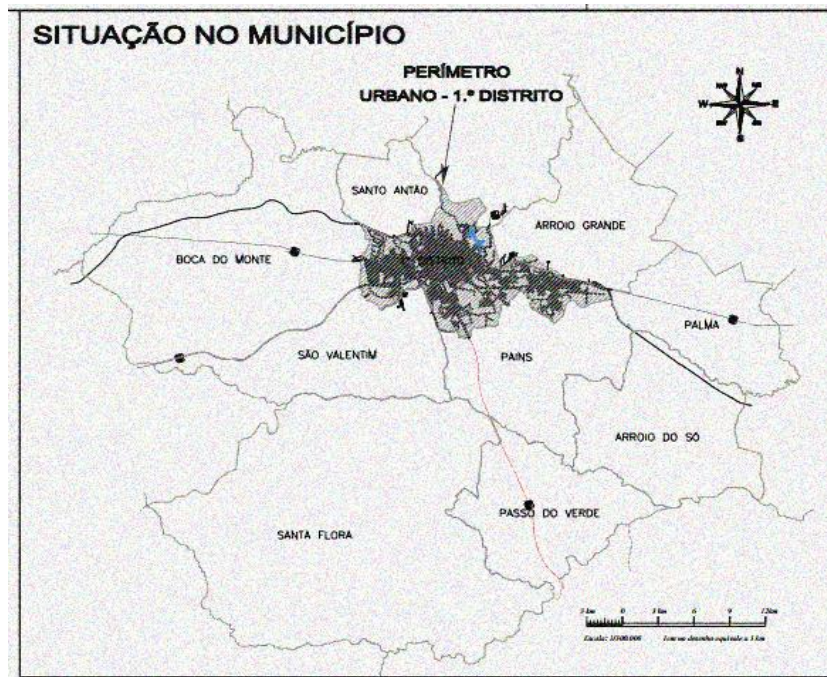
Este dois exemplos representam a realidade dos trabalhadores, pois o contingente militar atraiu e ainda atrai milhares de homens da macrorregião de Santa Maria, que após deixarem o serviço militar, continuam a residir na cidade realizando trabalhos sem muita qualificação, na medida em que esta é uma cidade atratora de mão de obra ainda pouco exigente em termos de especialização.

Ao menos, isto representa alguma chance de sobrevivência não encontradas em suas cidades de origem, e assim estes trabalhadores continuam exercendo tarefas que faziam desde pequenos, como dizia Joana: *“eles aprenderam a fazer isso muito jovens e vão fazendo até agora”*. A propósito, se a “ida” para o quartel marca uma rigorosa transição – de guri para homem, representada não apenas no “bolso”, mas também nas atitudes e no corpo – a “saída” do quartel exige, mais do que nunca, que este “homem” atue como tal. Assim como Miro, que após o período de um ano como soldado, casou-se com a namorada da adolescência e passou a trabalhar e a residir em Santa Maria, “constituindo família”.

Mesmo que a regra não tenha sido casar-se com a namorada de infância, é depois do quartel que os trabalhadores iniciam uma nova fase, que é a procura por emprego, para não ficar “desempregado”, e alojam-se pela cidade (aqui me refiro aos que são “de fora”). Simoni Guedes (1997) também encontrou estes momentos decisivos na construção de homens/trabalhadores do Rio de Janeiro. A autora chama este segundo momento que é a saída do quartel, de “tempo de iniciar o fazer”, o “tempo de correr atrás”, denotando aí uma característica central das classes trabalhadoras urbanas: o saber fazer, o saber prático, ou o “saber mexer”, frase de Miro que dá título à pesquisa, que abordaremos no capítulo seguinte.

## **2.2 A formação da periferia em Santa Maria – A periferia como espaço de morada dos trabalhadores**

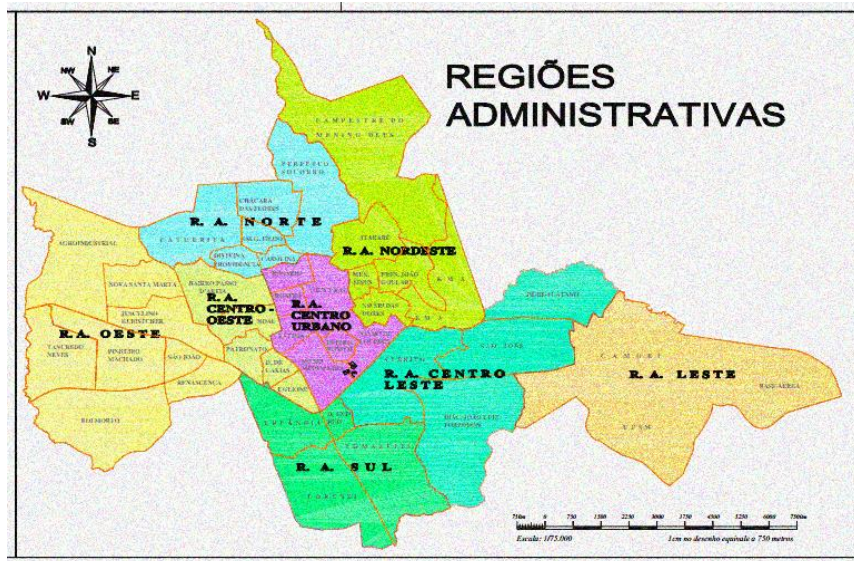
O município de Santa Maria está dividido atualmente em 10 distritos, conforme figura abaixo:



**Figura 5 - Mapa do Município de Santa Maria conforme sua divisão em Distritos. Fonte: [https://www.santamaria.rs.gov.br/docs/mapa\\_divisao\\_urbana.pdf](https://www.santamaria.rs.gov.br/docs/mapa_divisao_urbana.pdf)**

Santa Maria, também conhecida como o “Distrito da Sede” ou “1º Distrito” por contemplar os principais bairros e ruas do perímetro urbano, apresenta mais nove Distritos considerados “localidades rurais”. O que está em destaque no mapa se trata do “1º Distrito”, ou perímetro urbano, todos os outros são os nove distritos restantes. Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santa Maria (PDDUASM, 2005), estes nove distritos possuem uma subprefeitura para sua administração, ligados, é claro, à prefeitura de Santa Maria.

A área urbana da cidade (em destaque no mapa) está dividida em 40 bairros, de acordo com suas localizações e características próprias, que foram distribuídos em oito regiões administrativas para facilitar sua governabilidade, conforme figura abaixo:



**Figura 6 - Regiões Administrativas do Distrito da Sede. Fonte: [http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/mapa\\_divisao\\_urbana.pdf](http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/mapa_divisao_urbana.pdf)**

Como já mencionado, a pesquisa foi realizada em um bairro<sup>32</sup> da região oeste, assim como todos os trabalhadores são representantes de bairros da mesma região. Não há pesquisas suficientes para afirmar quando esta localidade surgiu, e a maioria remete a estudos historiográficos e geográficos. Apesar do intenso crescimento urbano ocorrido na cidade entre 1950 e 1990, a produção de estudos sobre a periferia de Santa Maria é um desafio a ser superado principalmente no âmbito antropológico e sociológico.

As migrações internas em busca de emprego e a implementação da UFSM resultaram em um aumento do número de habitantes, principalmente após a crise no setor ferroviário que culminou com o fechamento quase que total dos trabalhos dos trens. Houve, na década de 1970, a ideia da criação de um Distrito Industrial em Santa Maria, buscando solucionar o problema que a cidade enfrentava pela decadência da ferrovia, mas também fazia parte de um plano de crescimento econômico que o país vivia na década de 1970, onde era comum uma política de disseminação de áreas industriais no Rio Grande do Sul (LIMA, KONRAD e PADOIN, 2013).

O Distrito foi oficialmente instalado em 1975 também na zona oeste, mas as indústrias só iniciaram seus trabalhos em 1977. O processo de industrialização, não somente referente à implantação do Distrito, mas desde os tempos áureos em que ferrovia e indústria caminhavam

<sup>32</sup> Em 2006, com a mudança no Plano Diretor, o que antes conhecíamos como “vila” passa a chamar-se “bairro”.

juntas, teve como principal consequência a urbanização diante da demanda de trabalho. No entanto, sem o devido planejamento, este crescimento desordenado acaba por não oferecer a estrutura necessária e condições mínimas para seus habitantes. Como parte de um plano ao apoio à industrialização, foram projetados, paralelamente à construção do Distrito Industrial, dois grandes conjuntos habitacionais para serem instalados em áreas limítrofes ao Distrito, que foram finalizados na década de 1980, todos na zona oeste.

A construção destes dois conjuntos habitacionais não fora suficiente para suprir a demanda da população. Outro fator importante para pensarmos é o plano que os órgãos públicos tinham para fazer do Distrito Industrial uma “vila operária”, já que desde o princípio construía loteamentos populares para que os trabalhadores morassem perto do trabalho. Da mesma forma que acontece hoje com os trabalhadores, em que estes moram em bairros da zona oeste, ao passo que trabalham ali, penso em como o viver e o trabalhar se entrelaçam no mesmo espaço que não é mais aquele da “fábrica como vila operária”, como dizia José S. Leite Lopes (1976), mas estão próximos da mesma forma. Diferentemente dos operários da cana de açúcar do autor, que moravam e trabalhavam nas vilas operárias, os trabalhadores desta pesquisa residem em bairros vizinhos de onde trabalham, e submetidos em um bairro desenhado exclusivamente para o mundo do trabalho.

Com a demanda cada vez maior, transporte, habitação, saúde, saneamento, entre outros serviços, ficaram a dever para aqueles que não possuem poder aquisitivo. A deficiência de infraestrutura urbana aliada à falta de oportunidade de trabalho onde as relações capitalistas, na “cidade do capital”, determinam as marcas do espaço urbano e acabam por dividi-lo em áreas centrais nobres e áreas periféricas pobres, em uma lógica de inclusão e exclusão (HENRY LEFEBVRE, 2001).

Talvez seja aí, no enfrentamento de processos espaciais que as diferenças sociais e econômicas apareçam de forma mais clara. Em Santa Maria, os baixos salários aliados aos altos custos dos aluguéis fizeram com que inúmeras pessoas ocupassem irregularmente terrenos e fazendas. Estas ocupações iniciaram em 1960 na região norte da cidade, e após esta primeira, seguiram-se diversas outras nos espaços urbanos da cidade, geralmente afastados da área central. A tabela a seguir nos dá uma maior clareza a respeito disso:

Ano	Área Ocupada	Localização
1960	Vila Nossa Senhora do Trabalho	Zona norte
1964	Vila Esperança	Zona sudeste
1966	Vila Bilibio	Zona leste



1970	Vila Nossa Senhora Aparecida	Zona nordeste
1970	Vila Brasília	Zona norte
1975	Vila Cerrito	Zona leste
1976	Vila Renascença	Zona oeste
1977	Vila Rossi (área verde)	Zona oeste
1980	Vila Bela Vista (Rua Canário)	Zona nordeste
1980	Vila Nossa Senhora da Conceição	Zona norte
1980	“Estrada da Picadinha”	Zona oeste
1982	Vila Jardim	Zona leste
1988	Vila Lúcia (margem do Arroio Cadena)	Zona oeste
1989	Vila Arco-Íris (área verde)	Zona oeste
1991	Vila Ecologia	Zona oeste
1991	Fazenda Santa Marta	Zona oeste

**Figura 7 - Relação das Ocupações ocorridas em Santa Maria de 1960 a 1991. Fonte: Tabela adaptada a partir de Alessandra Pinheiro, 2002, apud Leonardo Botega, 2012.**

A moradia nas áreas centrais de Santa Maria era praticamente impossível para estes ocupantes, devido ao elevado valor dos imóveis. Mesmo que de início algumas ocupações irregulares não tivessem cunho político organizado, em forma de um movimento, conforme o passar dos anos, as últimas ocupações foram formas claras de solucionar problemas habitacionais das classes trabalhadoras. Estes “problemas habitacionais” segundo Júlio Quevedo dos Santos e Letícia Genro Schio (2012) se devem ao fato de a cidade viver momentos significativos de reorganização urbana, já que muitos trabalhadores rurais vinham de diferentes lugares.

Vivendo nesta realidade de “precarização da habitação e do trabalho, os grupos se organizam no movimento dos sem teto e com esta identidade social ocupam diferentes áreas da cidade” (SANTOS e SCHIO, 2012, p. 97). Houve, na cidade, uma política de higienização que pretendia “limpar” o espaço urbano da cidade, que não ficou somente no lixo orgânico ou visual como construções ou praças. Efetivou-se a “limpeza” da população considerada impertinente pelos dominantes.

Segundo os autores, o poder público era responsável pela remoção dos moradores para os subúrbios ou as periferias de Santa Maria. Os casos mais recentes de que se tem notícia iniciaram na década de 1980, com uma ação por parte do poder público que resultou na transferência de toda uma população de baixa renda, como o caso da Vila Lúcia e da Gare Ferroviária.

O caso mais conhecido da zona oeste e onde moram alguns trabalhadores da pesquisa é o da Fazenda Santa Marta, atualmente conhecido como bairro Nova Santa Marta. O bairro caracteriza-se, historicamente, pela sua organização social, através da atuação do Movimento

Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), constituindo-se protagonista de um dos movimentos sociais mais organizados da região central do estado e com certeza o mais engajado da cidade (CARLOS FARIAS, 2011).

O MNLM, na época recém criado em Santa Maria, organizou e liderou a ocupação de parte da referida fazenda, em 1991, quando 34 famílias impossibilitadas de participar dos programas de moradia da COHAB-RS<sup>33</sup> para aquisição de casas populares pelas condições de renda exigidas, ocuparam parte da fazenda. Ao final de cinco dias, este número chegou a 357 famílias, que reivindicavam ações para solucionar a falta de moradias populares em Santa Maria.

O estado tentou por diversas vezes a reintegração de posse na justiça, enquanto o MNLM buscou o auxílio de diversas entidades locais, e mesmo a justiça sendo favorável a ocupação, o Estado continuou exercendo forte pressão para a desocupação da área, impondo barreiras aos ocupantes, por meio da negativa de fornecimento de infraestrutura, perpetuando assim as condições precárias do acampamento. Até mesmo a força policial fora utilizada para impedir a entrada e saída de qualquer ocupante e mesmo mantimentos, e nestes casos, o apoio e pressão de diversas entidades locais foram importantes para superar estes tensos momentos.

O modo como o governo e a mídia trataram estas ocupações irregulares, principalmente no caso da Santa Marta que até hoje representa uma grande porção da zona oeste, auxiliaram para que o restante da cidade condenasse os ocupantes e rotulasse aquela região, que ficara às moscas sem a mínima infraestrutura necessária para se viver, como explica Carlos Farias em sua pesquisa sobre o bairro:

A construção do processo político no Bairro Nova Santa Marta desde sua ocupação, é um constante vir-a-ser [...] Estes [informantes da pesquisa] representando moradores e líderes do bairro, ou os líderes da comunidade de Santa Maria como um todo, foram unânimes em tecer comparações conceituais nas diferentes fases do processo de ocupação. Nestes termos, ideias preconcebidas como: “gente desocupada”, “vai aumentar a violência”, “ninguém dava emprego pra eles”, “ninguém queria fazer entregas na ocupação, nos sem-teto”, “ideia de um bairro violento”, “os alunos dos sem teto eram rejeitados pelos colegas nas escolas de outros bairros” [...] (FARIAS, 2011, p. 141)

Trago estes exemplos, pois esta sempre fora uma ideia geral que toda a zona oeste carregava consigo. Por ser uma zona oriunda de ocupações irregulares que ficou por anos sem a infraestrutura necessária para condições mínimas de vivência digna, era muito comum que

---

<sup>33</sup> Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul. Órgão que regulamentava a construção de moradias e casas populares na cidade através do governo do estado.

os moradores do centro pensassem exatamente assim. Não é à toa que no meu referido estágio pouquíssimas pessoas se dispuseram a enfrentar uma “comunidade de baixa renda”, tamanho era o estigma. Atualmente, após anos de lutas e preconceitos, esta realidade vem mudando.

No caso de Santa Maria, podemos pensar esta noção de periferia como demarcadora sócio espacial de identidades eminentemente políticas, na medida em que os moradores passaram a ser organizar, denunciar e reivindicar mudanças em uma ordem social, que é vista por eles como notadamente desigual e segregadora.

Após anos de lutas por melhorias e embates com o poder público, muitas vitórias foram alcançadas. A zona oeste vem passando por um processo de urbanização, com o asfaltamento das principais ruas, fornecimento de água, esgoto e luz na grande maioria das casas. Há o amplo acesso ao transporte com várias linhas em horários distintos, escolas, unidades de saúde em pontos estratégicos para atender todos os moradores. Mas ainda há o estereótipo dos moradores, principalmente quando retratada na imprensa por meio de seus altos índices de violência e criminalidade, associados à ideia de pobreza. Não demora muito a vermos a “zona oeste” noticiada em rádios, tevê ou jornais.

No entanto, apesar do que é transmitido para a população em geral, reforçando o estigma de “marginais”, a zona oeste é uma região que carrega consigo a diversidade comum dos bairros populares. Longe de ser um “lugar de marginais” associado constantemente à pobreza, esta é uma localidade que tem entre seus moradores mães chefes de família que criam seus filhos com a ajuda das redes de solidariedade, idosos de continuam se responsabilizando pelo provimento da família, trabalhadores chefes do lar, crianças, jovens, jovens casais, casais maduros, “gente do bem”, outras nem tanto assim, malandros, “maconheiros”, biscateiros, trabalhadores informais, enfim, gente!

A “periferia” utilizada ao longo do texto e no título deste capítulo está sendo pensada aqui para definir o segmento específico dos trabalhadores da pesquisa. Embora Simoni Guedes (1997) relute na utilização deste termo, acreditando, assim como Lefebvre (1970) em uma “policentralidade”, que diz respeito à centralidade que se nega a todo o momento, evitando assim um centro e seu contraponto, já que as possibilidades se multiplicam justamente pelo fenômeno urbano ser o espaço da heterogeneidade onde diferenças de diversas ordens serem continuamente criadas e recriadas, na medida em que “qualquer ponto pode ser tomado como centro” (LEFEBVRE, 1970, p. 122).

Neste sentido, para os autores, as noções de núcleo ou centro e periferia, por vezes criticadas, mas constantemente utilizadas para designar locais de moradias das camadas mais

baixas da população, acabam por construir uma percepção rígida do urbano e a reeditar, com outras palavras, a temática da marginalização, configurando-a em termos de segregação espacial. Concordo com Simoni, até porque mesmo dentro da zona oeste, poderíamos categorizar a localidade onde está fixada a Madeiral, com estabelecimentos comerciais e trânsito intenso como uma área central dentro da periferia, buscando estas centralidades diversas a que a autora e Lefebvre se referem.

No entanto, devemos levar em conta todo o processo político, histórico e social em que estes espaços foram construídos e percebidos pelos moradores da cidade. Há uma “cultura da marginalidade” que acompanha os moradores da zona oeste desde as primeiras ocupações, constantemente reforçada pela mídia. Os próprios moradores, na pesquisa de Carlos Farias (2011) narraram este peso sentido e os próprios autores locais citam casos onde o poder público se encarregou da “limpeza” de pessoas para áreas geograficamente afastadas, utilizando o próprio termo “periferia”. Antes de tentar limitar um termo tão indefinido, este conceito é pensado aqui como a situação da moradia na periferia ou dos “moradores da periferia” como propõe Teresa Caldeira (1984), e não propriamente da “periferia”.

Lícia Valladares (1991) ao se propor pensar a produção intelectual sobre a pobreza e os pobres no Brasil urbano, mostra-nos que foi a partir dos anos 1970 que o termo periferia, ou periferização, passou a ser usado na literatura especializada. Nas Ciências Sociais, este termo passou a dominar algumas transformações que estavam ocorrendo na época, inclusive na distribuição espacial da pobreza e dos pobres urbanos nos centros das cidades. De acordo com a autora, periferização refere-se,

Ao crescimento rápido e desordenado das franjas metropolitanas a partir de processos de parcelamento do solo levados a cabo por pequenos e médios agentes que se especializaram em ‘driblar’ a legislação urbanística, criando loteamentos irregulares, muitas vezes clandestinos. Periferização refere-se também ao processo de segregação espacial da classe trabalhadora, empurrada cada vez mais para longe da área central da cidade, confinada em espaços marcados pela escassez de serviços urbanos e equipamentos coletivos. O fenômeno é resultado de uma combinação de fatores: o empobrecimento crescente dos estratos mais baixos e da classe trabalhadora em geral; a expulsão das áreas centrais através de programas de remoção e renovação urbana; expulsão indireta viabilizada por alterações na legislação urbana, nos impostos e nas leis que regem o mercado de aluguel (VALLADARES, 1991, p. 102-103).

Em Santa Maria, existe até mesmo uma Lei Municipal que define “a periferia ou os loteamentos populares” como “aqueles que se situam em Áreas de Interesse Social” (AEIS) que são destinadas a população de baixa renda, ou seja, há um lugar destinado para que esta

população seja alocada, conforme sua renda. Conforme esta Lei, as AEIS estão assim distribuídas:



**Figura 8 - Distrito da Sede com localização das AEIS<sup>34</sup>. Fonte: Plano Motor de Santa Maria (PMSM), 2010, apud FARIAS, 2011.**

Segundo esta divisão, as áreas periféricas destinadas à população de baixa renda contemplam mais uma vez a região oeste, norte e sul. No entanto, tal condição não se circunscreve a uma geografia de bairros periféricos somente. O termo periferia é pensado aqui, mais uma vez, como uma situação de vida “à margem da sociedade” e não simplesmente como um estatuto geográfico da cidade (TERESA CALDEIRA, 1984, p. 7; ADRIANE BOFF, 1998; CARMEM MACEDO, 1992).

Percebemos que apesar das inúmeras revisões que a literatura sobre o tema sofreu ao longo de mais de 40 anos, desde a década 1970, segundo Valladares, muito do que se discute atualmente sobre pobreza no Brasil é advindo desse período de desenvolvimento da própria ideia de periferia. No caso da Antropologia, surgiram uma série de pesquisas que deram início ao que poderíamos chamar de *estudos urbanos*, apontando para a heterogeneidade dos locais e

---

<sup>34</sup> Legenda da localização dessas áreas: 1. Bairros Tancredo Neves, Pinheiro Machado e São João; 2. Bairros Juscelino Kubitschek e Nova Santa Marta; 3. Bairros Passo D’Areia, Nossa Senhora do Rosário, Noal, Divina Providência e Carolina; 4. Bairros Salgado Filho, Caturrita e Chácara das Flores; 5. Bairros Dom Antônio Reis e Tomazetti; 6. Bairros Urlândia e Lorenzi.

dos sujeitos pesquisados, mas que remetiam a uma surpreendente uniformidade que estava ligada ao universo da cultura (DURHAM, 2004). Segundo a autora,

As forças sociais que modelam a transformação da sociedade brasileira, tendem a produzir, para os setores mais pobres da população urbana, condições de existência muito semelhantes. A uniformização do consumo criada pelo nível salarial, a existência de problemas comuns nas áreas de habitação, saúde, escolarização e acesso ao mercado de trabalho, devem promover, nessa população, o desenvolvimento de tipos de sociabilidade, modos de consumo e lazer, padrões de avaliação do mercado de trabalho e formas de percepção da sociedade que lhe são próprias. Em outras palavras, podemos supor que condições de vida semelhantes deem origem a características culturais próprias (DURHAM, 2004, p. 380).

Não apenas por ser localizada em uma longa distância da área central, pois se fosse somente por isso, por exemplo, a zona leste, mais afastada, seria também tida como área periférica, no entanto, não é. A zona leste consolida-se como importante núcleo urbano para a cidade, que tem como fonte de atratividade a UFSM, centro de produção de conhecimento e fornecedor de serviços educacionais, além da Base Aérea. Assim, acaba exercendo função de atrair e manter intenso fluxo e fixo, onde há mercado imobiliário, comércio e rede de prestação de serviços, características fundamentais de uma centralidade urbana (FARIAS, 2011).

Como no caso de Santa Maria, Magnani (1984) afirma que as periferias, ou favelas, subúrbios ou invasões, variando o nome conforme o contexto e o lugar são termos distintos que usamos para caracterizar centros urbanos, em sua maioria constituída por trabalhadores de baixa renda, cuja origem se deu pelo êxodo rural, inseridos de diferentes maneiras no aparelho capitalista. Da mesma forma, Cynthia Sarti (2011) destaca que a população de baixa renda, ou simplesmente os pobres urbanos, se concentram na periferia, por mais que nas cidades grandes eles estejam por toda parte, e não apenas em um só lugar. É “ali” que eles têm reconhecido sua maneira de viver, diferentemente dos moradores das regiões centrais.

Embora saibamos que generalizar as zonas periféricas como moradas exclusivas dos trabalhadores de baixa renda não seja a opção mais adequada, pois como afirmou Lefebvre (1970) o espaço urbano é marcado pela heterogeneidade, e mesmo um bairro popular permite que diferentes grupos sociais se reproduzam dentro do mesmo espaço.

Como já dito anteriormente, quanto mais próximo da área comercial e trânsito, por isso do movimento, maior o número de casas de alvenaria, de dois pisos, com garagem, grades, grama e uma pintura bem acabada. Este é um fenômeno cada vez mais frequente nos bairros populares: construções típicas das classes médias invadem a periferia, o que levam muitos a pensarem em uma “classe média baixa”. No entanto, acredito muito mais em uma

migração da classe média para a periferia em decorrência da alta dos preços em regiões centrais do que uma “classe baixa emergente”, por mais que este fenômeno esteja em voga propiciado por tantas facilidades de compras, parcelamentos, carnês, crediários. A periferia apresenta terrenos com preços mais baixos – ainda que altos – atraindo compradores que dispendo de renda para comprar loteamentos, condomínios fechados ou residências com “segurança”, porteiro, cercas elétricas e sistemas de segurança além de carros para o transporte trocam a muvuca da área central por um “novo estilo de vida”. Mesmo com a formação de alguns condomínios fechados voltados para famílias de maior renda, esta não é a predominância da região.

No entanto, a realidade destas classes trabalhadoras urbanas com certeza não é essa. Lembro-me de quando caminhava pelo interior do bairro, ainda no estágio, que embora houvesse casas de alvenaria, com a pintura em dia, grades e garagem, a maioria absoluta das casas de alvenaria estavam em um demorado processo de “acabamento”, muitas sem o “reboco” ou com pinturas por fazer ou terminar, janelas ou portas provisórias. As casas de madeira, muitas com o “puxadinho”, geralmente cômodo destinado à cozinha, tinham a pintura descascando e não eram refeitas.

Os muros e grades eram baixos, com carros antigos protegidos apenas por algumas telhas de zinco em uma garagem improvisada. Estas características marcadas pela heterogeneidade visual principalmente no que tange o inacabamento de muitas casas dizem respeito ao costume que muitos moradores tinham de “reformular” suas residências, contando com a ajuda de familiares e amigos. Embora não tenha frequentado as casas dos moradores, algumas vezes conversamos sobre estas questões, onde percebi que a maioria deles dispõe de casa própria, “em construção”, inacabadas que são construídas por eles próprios, conforme a disponibilidade de tempo e dinheiro.

Certa vez, Marcão contou como adquiriu seu terreno: *“paguei uns seis mil reais, tava de barbada, vendi a moto e dei de entrada, pagando aos poucos. Construí uma peça de madeira no fundo e fui arrumando como dava”*. Ou como Miro, que após duas semanas ausentes do trabalho para uma parcela de suas férias, me respondeu quando perguntado o que havia feito nesse período: *“pinteí toda a casa! Tá nova!”*. Falou um longo tempo sobre os detalhes do que havia feito e de como tinha feito, dos cuidados que havia tomado, de como

pintou o teto e do que havia “inventado”: a cor das janelas e portas era mesma cor do resto da casa, o que diferenciava era os “marcos”<sup>35</sup>, e que havia inovado na cor: verde limão!

Era com satisfação que contava como havia cuidado da casa, que naquele período “saiu sol todo dia” e assim ele pode fazer o trabalho rápido, pois a tinta secava “ligeiro”. Estas atividades, embora simplórias para quem veja de fora, compreendem o que Duarte (1986) chama de disposição ativa do “homem macho” como trabalhador, pai, marido e filho. São estas tarefas que garantem externamente a respeitabilidade do homem pela condição de “batalhador”.

Outras características do interior do bairro são as ruas de paralelepípedo ou chão batido, sendo apenas a via principal asfaltada por se tratar de uma BR. Estas particularidades lembram o que Simoni Guedes (1997) chama de “horizontalidade” em sua pesquisa no Rio de Janeiro, que diferentemente das clássicas favelas que sobrepõem-se umas casas sobre as outras, umas coladas nas outras no alto dos morros, este bairro contempla a maioria absoluta são casas em planícies, os poucos prédios ou edifícios existentes são do tipo “conjunto habitacional” conhecidos no Rio Grande do Sul como “BNH”.

### **2.3 A periferia enquanto um espaço para o trabalho dos trabalhadores**

É neste contexto de periferia, um lugar geograficamente afastado do centro, destinado para as camadas mais pobres da população que encontrei os “guris”. Como um espaço de trabalho, destinado à produção do trabalho manual, alojados em um “depósito” separado da loja vistosa e confortável, com dificuldade de acesso, poucas instalações adequadas, quase sem nenhum material de proteção durante o frio violento. Parece que o espaço social realmente não corresponde apenas a uma lógica racional, mas segue uma lógica simbólica de uma hierarquia social.

---

<sup>35</sup> Ripas de madeira que circundam portas e janelas.



No caso da pesquisa, os trabalhadores parecem ocupar a posição de uma periferia dentro da Madeiral, invisíveis dentro da empresa, pois como nos diz Emanuel, “*eles acham que agente não faz nada!*”, e quem não é visto, não é lembrado. Seja pela posição geográfica, seja pela posição social que ocupam enquanto funcionários, a organização espacial na empresa distingue todos os funcionários e o lugar em que eles trabalham representam separações e fronteiras simbólicas.

É neste sentido que tomo o espaço da pesquisa, o “galpão” e o “depósito” vistos juntos como uma periferia dentro da Madeiral, já que esta fica em uma via movimentada, rodeada de pontos comerciais e com fácil acesso, além de acomodar funcionários com, no mínimo, ensino médio completo, vestidos de maneira adequada para atender clientes, em um espaço que no verão recebe o frescor do ar condicionado e no inverno o aconchego de uma estrutura bem montada.

Já o lugar em que os trabalhadores passam a maior parte de seus dias, entre terra, madeiras e máquinas, no vento cortante do minuano ou no sol escaldante de março, que guarda esforços sobre-humanos – para mim, diga-se de passagem, pois encher um carrinho de mão de areia em cinco minutos ou carregar tábuas pesadas de madeira não parece ser uma tarefa tão árdua assim para eles – onde os trabalhadores, além dos menores salários, também possuem o menor nível de escolaridade, sem possibilidade alguma de ascensão na empresa, não há como não pensarmos que “viver na periferia [...] é simultaneamente viver na periferia da sociedade e da cidade” (MACEDO, 1992, p. 92).

E que apesar disso, “apesar das privações que a pobreza traz, apesar do esforço incessante e desgastante, apesar das possíveis humilhações por parte dos patrões, o trabalho ainda é a fonte da superioridade moral dos trabalhadores e seus familiares” (ZALUAR, 2000, p. 146). Ou seja, apesar de todo este ambiente desfavorável em que o trabalhador está inserido dentro do sistema capitalista, *ser um trabalhador* torna o homem digno, através da honra, ou seja, do direito ao orgulho de si mesmo, como define Pitt-Rivers (1978). Ser um trabalhador, portanto digno, honrado acende sua virtude moral como afirmação de si em face do olhar dos outros (SARTI, 2011). Neste sentido, ser trabalhador, é tão importante, mesmo em situações tão controversas.

Estas questões apareciam frequentemente, onde todos faziam questão de demonstrar que eram “bons trabalhadores”, fossem na hora explicar sobre o funcionamento das máquinas, nas práticas cotidianas das tarefas, na exaltação de suas qualidades enquanto trabalhadores “sérios”, etc. A seguir, descreverei um pouco sobre o dia a dia de trabalho desses homens,

mas antes, acredito ser importante caracterizar sobre o ramo em que os trabalhadores estão ligados e as atividades que exercem, por isso, farei brevemente um resumo sobre como funciona a atividade madeireira no Brasil.

### 2.3.1 Unindo os troncos – O ramo madeireiro

A indústria madeireira é um setor produtivo de transformação de madeiras. O beneficiamento de toras recém extraídas das florestas origina diversos tipos de produtos, que através de diferentes processos geram outros subprodutos, além de gerar uma grande quantidade de resíduos sólidos:

- 1) A madeira serrada é aquela que passou somente por um estágio de industrialização, resultante do desdobramento da tora (colheita, retiro das cascas, transporte, etc).
- 2) A madeira beneficiada é aquela que a partir da madeira serrada, passa por outro processo, servindo de insumo para outros serviços, embora não seja sua versão final e acabada;
- 3) A madeira industrializada já é tida como produto final, como portas, janelas, móveis, etc.<sup>36</sup>

No entanto, antes de atingir os resultados acima, a madeira passa por diversos processos: a colheita compreende as etapas de corte da árvore, desgalhamento, destopo, toragem e descascamento. Esta fase não é feita em Santa Maria, chegando aqui somente os produtos prontos para o manuseio, através do transporte, que é a fase a seguir. Após a colheita e todo o processo descrito anteriormente, é feita a remoção da árvore já como toras, e seu carregamento até o caminhão do transporte, cujo destino são as indústrias processadoras. Muitas vezes, há indústrias que realizam todo o processo de transformação da madeira, desde a colheita até seu produto final, mas como dito, esta não é a realidade das empresas de pequeno e médio porte (FAGUNDES, 2003).

---

<sup>36</sup>Fonte consultada: <http://www.sefaz.mt.gov.br/portal/Tributario/PDF/madeiras.pdf>

Estas empresas, como o caso da Madeiral, precisam receber a madeira nativa já serrada, ou seja, passada pelo desdobramento da tora pela primeira vez, pois esse processo é complexo, já que as toras são extensas e exigiriam máquinas demasiadamente grandes, além de ser consumir mais espaço e mão de obra especializada. Refiro-me a todo este processo quando falo nas madeiras nativas, que vem das regiões norte e não são fruto de reflorestamento, o que agrega valor e estima ao produto. Além de serem mais caras, são grossas também em tamanho, por isso é necessário todo este processo. Certa vez, Miro e eu andávamos pelo depósito enquanto ele procurava sua régua. Ele me contava os “causos” do trabalho, aproveitei o silêncio para perguntar da onde vinham aquelas madeiras que ele estava serrando. Então ele me contou que “aquelas ali”, apontando para um grupo específico de tábuas, vinham “lá de cima”, se referindo à região norte, como mais tarde entendi.

No caso de árvores oriundas da região central do estado gaúcho, ou seja, que não tem o caule tão espesso, como o eucalipto, por exemplo, o desdobramento geralmente é feito nas empresas de médio e pequeno porte. O desdobramento, independente da madeira ou da empresa, é feito geralmente da mesma forma: consistem na redução das toras que chegam inteiras, através de distintos cortes em partes menores, denominadas pranchas, tábuas ou “peças de seção quadrada”, como vigas, caibros, sarrafos ou ripas.

Após o desdobramento das toras, o próximo passo a ser efetuado na transformação das madeiras é a secagem, que consiste no processo da redução do seu teor de umidade. A umidade é um fato de fundamental importância para a qualidade da madeira e seus consequentes produtos, pois ela interfere diretamente em suas propriedades, inclusive na resistência. Além disso, a umidade é a causa do desenvolvimento de fungos manchadores e apodrecedores da madeira, por isso esta etapa é fundamental para a qualidade final do produto.

Entre os efeitos da má secagem estão os vários tipos de empenamento (encanoamento, encurvamento e torcimento), as rachaduras e as manchas. Existem dois tipos de secagem: ao ar livre ou natural e a secagem forçada ou artificial, geralmente em estufas (FAGUNDES, 2003). Referi-me as secagens, pois como os trabalhadores realizam o processo de desdobro de madeiras, há também que ser bem feito o processo de secagem para a garantia de um bom produto.

Após todo este processo, Fagundes (2003) afirma que as madeiras estão aptas para serem beneficiadas, ou seja, o que diz respeito ao trabalho da madeira serrada bruta que se dá através de seccionamento das peças, aplainamento, lixamento e fresamento. Este processo

permite que a madeira esteja pronta para seu uso final. Para fins de uso na construção civil, obtêm nesta fase batentes de portas, caixilhos, guarnições, tacos de piso, molduras, meia cana, rodapés e filetes, além de vigas, caibros, ripas, tábuas, sarrafos, degraus e todos os produtos vendidos pela Madeiral.

Por último está o tratamento e a preservação da madeira, que consiste na proteção da madeira do ataque a bactérias, insetos e moluscos, que geralmente acontece por meio de pinturas ou tratamentos químicos. Aqui cessam as atividades dos trabalhadores. Para os outros produtos vendidos pela loja como portas e janelas de madeira, há funcionários terceirizados que não trabalham no depósito.

O surgimento da indústria madeireira no Rio Grande do Sul dá seus primeiros passos quando os imigrantes italianos chegaram à porção nordeste do estado. Os Pinheiras eram vistos pelos imigrantes como barreiras à implementação das lavouras e construção das colônias, o que acarretou sua derrubada em massa. Como o transporte deste produto ainda era impraticável, a população, guiada pela necessidade de tábuas para a construção de casas e fins domésticos e evitando o apodrecimento, deu início as primeiras serralherias da região. Além deste uso privado, a madeira passou a ser um produto comercializado nos próprios núcleos coloniais, já que a mercantilização de grande porte era impedida pela precariedade ou inexistência de estradas para a saída da produção (BARCELLOS, 1988).

A partir da década de 1910, responsáveis pelas indústrias em outros estados do país se organizaram para obter melhor apoio do governo local e federal, melhorias estruturais no escoamento da produção e redução das taxas do transporte pela via férrea. A construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul teve grande influência na ascensão da produção madeireira para a região central do Brasil. A araucária ou pinheiro (*Araucaria angustifolia*), árvore característica do ecossistema da região sul representou a principal fonte de riqueza do país por várias décadas, constituindo-se como um recurso essencial para a urbanização de São Paulo, Rio de Janeiro e na construção de Brasília, sendo também utilizadas na reconstrução de países europeus devastados pela primeira guerra mundial, na primeira metade do século XX (CARVALHO, 2006).

Fundamental para o desenvolvimento do setor madeireiro na região de Santa Maria, a estrada de ferro foi inaugurada em 1910, num total de 1.403 km entre Itararé (SP) e Santa Maria (RS), cortando amplas extensões de matas praticamente inexploradas no interior do Paraná, Santa Catarina e o próprio Rio Grande do Sul. A ferrovia tornou possível e

economicamente viável a construção de um grande número de serrarias<sup>37</sup>. A produção de madeira neste momento histórico se resumia a venda de toras inteiras (resultado da extração), tábuas processadas pelas serrarias, vigamentos e outras peças de madeira serrada. Na década de 1940, com a implementação de técnicas “modernas”, foi possível comercializar produtos como pasta mecânica, compensados, celulose e papel (CARVALHO, 2006).

Em uma pesquisa realizada em 17 madeireiras em Santa Maria, Perius et al. (2010) constataram que as empresas aqui instaladas são de pequeno e médio porte<sup>38</sup>, apresentando em sua grande maioria baixa contratação de mão-de-obra. As espécies florestais mais utilizadas na cidade são o Pinus e o Eucalipto<sup>39</sup>, sendo o Cedrinho e Angelim<sup>40</sup> as espécies nativas encontradas nas empresas.

### 2.3.2 Cotidiano de trabalho

Com exceção de Manuel que chega ao trabalho de carro, um modelo antigo de Kadett, os outros trabalhadores usam como meio de transporte a bicicleta. O primeiro a chegar abre o portão e vai fazendo as “honras da casa”, primeiro abrem o “galpão”, guardam suas comidas na geladeira quando está quente ou deixam suas marmitas em cima do fogão a lenha se o tempo permite. Depois vão para o “depósito” em um espaço reservado para suas trocas de roupas, em um pequeno cômodo escondido onde ficam também suas mochilas.

A troca de roupa constitui um fato interessante a ser analisado. Não existe uniforme obrigatório, como a loja, por exemplo. Embora alguns trabalhadores utilizem camisetas da

---

<sup>37</sup>Parte da indústria madeireira, as serrarias podem ser entendidas como os estabelecimentos onde são processadas as madeiras brutas.

<sup>38</sup>Segundo as autoras, 82,4% das empresas são de pequeno porte e 17,6% são de médio porte (PERIUS et al., 2010).

<sup>39</sup>Ambos com 88,2% de presença nas madeireiras. 100% da madeira de Pinus é adquirida na região da serra gaúcha. Com relação ao Eucalipto, 45% é proveniente do próprio município, o restante vem de outras cidades do estado (ibid.)

<sup>40</sup> Estas espécies florestais nativas são adquiridas dos estados Mato Grosso, Rondônia e Amazônia. A título de curiosidade, o custo total médio por metro cúbico (m<sup>3</sup>) da madeira nativa é R\$ 34.183,00. O Pinus é de R\$ 7.216,00. O custo médio por metro linear do Eucalipto é de R\$ 121,00 (ibid.)

empresa. As roupas utilizadas para o cotidiano do trabalho são velhas, desgastadas e sujas, pois as atividades exercidas exigem que as roupas estejam em frequente contato com o pó, fuligem, areia, barro e demais poeiras. Algumas são deixadas lá. Surpreendi-me pela primeira vez quando os vi com as roupas “pessoais”: calças jeans ou de moletom, tênis e camisetas limpas e alguns de boné, o que me fez pensar nestes homens fora do trabalho: até então, minha imagem era sempre deles enquanto trabalhadores manuais naquele espaço que não deixa margem para a criatividade.

Consegui imaginá-los em suas casas, com suas companheiras, indo ao mercado, até mesmo paquerando. Impressionei-me como a representação de um lugar, juntamente com toda a imagética que fizemos das pessoas que estão nele podem limitar nosso pensamento. Quando deixam o trabalho em suas bicicletas ou em seus carros velhos os trabalhadores mostram outra faceta: homens limpos, bem arrumados, uns até com cheiro de desodorante, mostrando que de repente iriam dali para outro lugar ou que apenas gostavam de se perfumar, mas que apesar do dia cansativo, eram dignos de aproveitar o tempo que lhes restava.

A troca de roupas dos funcionários no início de cada turno é, assim como observou Beatriz Kanaan (2013) uma maneira metafórica de enfatizar a troca de papéis sociais a serem desempenhados pelos trabalhadores fora do espaço de trabalho e o papel que a organização espera deles enquanto trabalhadores. No caso dos meus informantes, quanto mais a roupa for surrada e estiver suja, mais eles mostram seu esforço e produtividade, já que roupa limpa não denota suor e empenho.

Mais do que isso, como já mencionado, a roupa informa hierarquia, posição e salário dos funcionários, já que elas são características de cada setor. Embora a loja de materiais de construção não tenha sido analisada na pesquisa, não pude deixar de observar que o setor administrativo é livre para escolha de suas roupas, sempre limpas e bem tratadas, assim como os vendedores da loja, que se diferenciam por utilizar camisetas ou camisetas com a logomarca da empresa. Já os trabalhadores do depósito, em um nível mais “baixo”, caracterizam-se pela precariedade e desgaste de suas vestimentas no horário do serviço.

Ao iniciarem suas atividades, os trabalhadores exercem todos os tipos de tarefas, que não se restringe a sua denominação na carteira de trabalho, ou seja, auxiliares de máquina também exercem funções de operadores e vice-versa. Também seja por este motivo que eles se autodenominem “auxiliares de máquina” e não “auxiliares de depósito”, como diz o CBO. Embora objetos e máquinas sejam bem localizados em todo o depósito, as tarefas de cada um não são tão fixas assim. O motorista dirige o caminhão de transporte, mas já o vi

descarregando e transportando madeiras e outros materiais, não necessariamente no caminhão.

Como explicou Miro certa vez: *“uma vez um cara queria ferrar comigo mesmo, ele veio pra descarregar umas tábuas, dessas aqui [mostra ele, das mais caras] ele disse pra mim descarregar um dúzia dessa, mas na verdade, o pedido era só uma [conjunto]. Quando o cara foi embora eu fui conferir o pedido né, daí eu me apavorei e avisei a loja! Eu briguei com o [vendedor] porque é sempre assim! Ele quis que eu me virasse, imagina, eu consegui chamar o caminhão de volta porque eu me lembrava o nome do fornecedor, mas e se eu não lembrasse? Imagina! Ia arcar com todo o prejuízo! Isso vale mais que o meu salário! Mas nessa ida e vinda, eu fui conversar com o ‘véio’ e disse pra ele, pode descontar aí [do salário, antes que ele resolvesse o problema], sabe que que eu ia fazer? Ia ficar bem quieto se eles descontassem e no outro dia eu ia embora [faz um sinal, apontando o dedo para cima] eu posso não ter estudo cris, mas eu não sou um cara burro, porque nessa vida tu tem que ter experiência! Eu trabalhei antes daqui num lugar que tinha direito a palestra e coisa da CIPA<sup>41</sup>, aqui também tem às vezes, eu sempre digo pros guris prestar atenção: se tem equipamento de segurança usem: é o que vai proteger vocês se acontecer qualquer coisa. E na minha carteira tá lá ó: Operador de máquina, e eu tava descarregando tábua? [neste momento ele me dá uma piscadinha como quem diz, ‘entendeu?'] Isso é desvio de função...”*

Percebemos na fala de Miro, dentre várias outras questões, que o “desvio de função” é recorrente na prática desses trabalhadores, onde todos fazem um pouco de cada coisa. Os saberes adquiridos por eles, “na experiência” e não “no estudo” também ficam claros na narrativa de Miro, apesar dele ter aprendido sobre a CIPA e os desvios de funções em palestras, mas para eles, estas não estão atreladas à sala de aula, escolas, universidades. Esta questão será melhor abordada no 3º capítulo, mas a literatura sobre as classes trabalhadoras é incisiva sobre o saber nestes segmentos: “tem que saber mexer”.

No geral, todos transportam as madeiras que estão no depósito para a área das máquinas, com o objetivo de cortá-las, lixá-las, emparelhá-las. Descarregam e carregam todos os produtos que ali chegam, a grande maioria madeira, mas que pode ser areia, cimento ou outros objetos que chegam para a construção de concreto. O dia a dia dos trabalhadores não pode ser definido por uma regra: não há elementos que caracterizam ou definam suas

---

<sup>41</sup> Comissão Interna de Prevenção de Acidente.

atividades diárias. Eles a fazem de acordo com as demandas que vem da loja, como pedidos de clientes ou da chefia.

Há uma reciprocidade nas atividades que envolvem força física. Quando se trata de descarregar madeiras ou areia, por exemplo, os que iniciam as atividades não as terminam, pois há uma rotatividade automática, ou seja, passado algum tempo, não é preciso que o trabalhador que iniciou as tarefas peça para que outro assuma seu lugar. Este para para fumar um cigarro [geralmente] e outro assume seu posto, e assim sucessivamente. Por vezes acompanhei uns terminando as tarefas dos outros, quando estas se estendiam por um longo tempo ou quando exigiam demasiado esforço físico.

As tarefas são, em sua maioria, exercidas coletivamente, entre conversas, brincadeiras, tragadas de cigarros e goles em garrafas pets de água, divididas boca a boca ou em copos de vidro tipo requeijão. Como Miro disse certa vez: *“agente é tudo igual”*. No entanto, *o trabalhador tem que ser homem*, ainda mais na frente de uma pesquisadora mulher. Certa vez, Alex, sempre com feições sérias e caras de poucos amigos [para mim] carregava areia em um carrinho de mão, debaixo de um sol muito forte. Enquanto parou para secar o suor do rosto, aproveitou para ascender um cigarro, ao passo que eu e Élder nos aproximamos.

Destinado a provocar o companheiro, Élder – que se não fosse minha presença já teria assumido a tarefa de Alex – perguntou: *“quer parar um pouquinho, cara? Qualquer coisa eu assumo teu lugar”*, tentando mais uma vez demonstrar sua “generosidade”. Alex, mais sério como de costume, respondeu: *“tu acha que eu sou aleijado, cara?!”*. Élder deu risada e disse que não. A maneira como Élder havia se referido a Alex fora muito irônica e debochada, ao passo que a resposta de Alex fora agressiva, pois ele não tinha o mesmo nível de “intimidade” comigo para aceitar a “brincadeira”.

Durante o dia-a-dia de trabalho, há um clima de jocosidade que rodeia os trabalhadores. Assim como constatou Romcy (2013) no canteiro de obras, pude observar que estes relacionamentos, baseados em brincadeiras e piadas diminuem o estresse do dia-a-dia e os deixam mais próximos, pois segundo Miro, *“agente só brinca com quem gosta”*. Estas “tiradas” aconteciam na maioria entre eles, homens, mas aconteceram comigo também, no final da pesquisa.

Certa vez, Miro foi trabalhar de carro, um modelo “Santana” antigo para comprar leite que estava na promoção no mercado e aproveitou o horário do meio dia para buscar. Quando voltou e comentou onde estava, todos os trabalhadores que estavam ali caçoaram dele, dando risadas e falando coisas do tipo: *“huuum, o Miro vai tomar leitinho hoje!”*, *“vai tomar*



‘mamá’ Miro, só não esquece a mamadeira”, sempre com uma fala bem feminilizada. Ele apenas me olhou e entrou na brincadeira dando risada e dizendo: “vão ter filho pequeno, vão!””, se referindo ao filho de cinco anos, já que o leite era para ele.

Uma das formas de se brincar com outro homem no que tange o humor é aproximando-o do universo feminino (ROMCY, 2013; CONNEL, 1995; DUARTE, 1986). Mas diferentemente do canteiro de obras da pesquisa de Romcy (2013), os trabalhadores do depósito tocam na ferida quando infantilizam outro homem, mostrando que ele ainda “não é homem suficiente”, visto que não tem as qualidades de um bom trabalhador.

No diálogo entre Élder e Alex, Élder estava, neste sentido, colocando em xeque a masculinidade de Alex em uma espécie de “jogo verbal”, num espaço de exibição e negociação da masculinidade de ambos, onde o movimento presente na jocosidade é mexer com a virilidade do homem para o qual ele direciona a brincadeira.

Outras brincadeiras seguiam, mas todas eram muito comedidas em minha presença. Certa vez, Gelson foi falar que “o cara tinha peidado” e prontamente me pediu “desculpas” e foi alertado por Emanuel: “ah Gelson, tu acha que a guria não sabe o que é peido!”. Todos riram da situação, então respondi que não só sabia como também “peidava”. Embora acredite que as “desculpas” vieram de Gelson por ele ser o mais velho e ter todo um cuidado comigo, este fato demonstra mais uma vez porque não presenciei a “língua de obra” que Miro havia se referido. Ela existia, mas não para mim.

As “tiradas” mais frequentes, já que não tinham cunho sexual, vinham de Marcão e eram referentes à drogas. Seguidamente ele dizia estar “sentindo cheiro de maconha” ou dizia para outro colega que “tinha um do bom”, sem especificar o que falava. Marcão, aliás, era o “DJ” do grupo, aquele que escolhia as músicas e as deixava tocando no seu celular, no volume máximo, que era baixo, pois a potência era fraca. No entanto, se as máquinas não estivessem ligadas, ouviam-se as músicas perfeitamente.

No primeiro dia em campo, estava tocando “Mun-rá”, do *rapper* Sabotage:

*“[...] Vejo assim confisco, mundo submisso, eu adquiro, peço alívio, paz para os meus filhos. Na decente, atenciosamente eu sigo em frente, tipo assim, regenerado delinquente lá do Brooklin [...] Nada bobo, não brigo pelo jogo, sou fogo contra fogo, mais vale minha família e um qualquer no bolso. Medo, talvez desemprego, sofrimento, lamento, vou viver em paz [...] Sou maloqueiro sou, e lá vou eu Jow, é um dois pra pegar, então polícia sai do pé, pra meu alívio eu quero um beck [...].”*

Nos outros dias, seguiram-se Racionais Mc's, principalmente com as mais conhecidas, como "Vida Loka parte I" e "Vida Loka parte II". Estas ficaram gravadas em um dos pilares do depósito, conforme a foto abaixo. Com a permissão dos trabalhadores, tirei a foto. Esta expressão, cunhada pelo grupo de rap Racionais Mc's, identifica o cotidiano das vidas precárias, incertas, sempre limiar entre a vida e a morte. Talvez esta não seja a realidade dos trabalhadores, mas há, sem dúvida, uma identificação com as letras e versos, que os fazem pensar em suas próprias condições de trabalhadores pobres.



**Figura 9 - Escrita feita por um dos trabalhadores. "Vida loka", referência a uma música dos Racionais Mc, grupo de rap. Foto da autora.**

O ponto inicial das narrativas das letras "Vida loka I" e "Vida loka II" partem da percepção da vida como uma guerra, de confrontos reais, de batalhas que fazem parte da vida cotidiana, de quem é da periferia, situações vivenciadas pelos moradores pobres: *"fê em Deus que ele é justo, ei irmão, nunca se esqueça, na guarda, guerreiro, levanta a cabeça, truta! Onde estiver, seja lá como for, tenha fé, porque até no lixão nasce flor"* (Vida loka parte I). O guerreiro, citado neste em outras estrofes, aparece como o lutador, morador que enfrenta diariamente situações de desemprego, violência, embates com a polícia e mesmo com outros moradores, em honra de seu nome e de sua família: *"Tocou a campnanhia plin, prá tramá meu fim, dois maluco armado sim, um isqueiro e um estopim/ Pronto pra chamar a minha preta pra falar que eu comi a mina dele, rá, se ela tava lá/ [...] talarico eu nunca fui, é o seguinte, ando certo pelo certo, como 10 e 10 é 20/ já penso doido e se eu to com meu filho*

*no sofá, de vacilo, desarmado, era aquilo/ sem culpa e sem chance, nem pra abrir a boca/ ia nessa sem saber, vida loka/ [...] Mas se é pra resolver, se envolver, vai meu nome/ eu vou fazer o que se cadeia é pra homem/ Malandrão eu? Não, ninguém é bobo/ Se quer guerra, terá, se quer paz, quero em dobro [...]* (Vida loka parte I).

Já em “Vida loka parte II” as situações mais citadas são a ostentação dos *playboy*, a pobreza, a importância da “irmandade” e a criminalidade: *“Pobre é o diabo, eu odeio a ostentação, pode rir, ri mas não desacredita não/ É só questão de tempo, o fim do sofrimento, um brinde pros guerreiro, zé povinho eu lamento, vermes, que só peso na terra/[...] Imagina nós de audi, ou de citrôen, indo aqui, indo ali, só pam de vai e vem/[...] Nego, o que que tem, o importante é nós aqui, junto ano que vem/E o caminho da felicidade ainda existe, é uma trilha estreita, é em meio a selva triste/ Quanto se paga pra ver sua mãe agora, e nunca mais ver seu pivete ir embora, dá a casa, dá o carro, uma glock e uma fal, sobe cego de joelho mil e cem grau/[...]”*(Vida loka parte II).

Em outro trecho, as narrativas são mais fortes em relação a pobreza e ao dinheiro: *“Firmeza, não é questão de luxo, não é questão de cor, é questão que fartura alegra o sofredor/ Não é questão de presa, nego, a ideia é essa, miséria traz tristeza e vice-versa [...] Não importa, dinheiro é truta e abre as portas dos castelos de areia que quiser/ Preto e dinheiro são palavras rivais, é, então mostra pra esses cu como é que faz/ Tempo prá pensar, qué para, que se qué, viver pouco como um rei, ou muito como um zé? As vezes eu acho que todo preto como eu, só quer um terreno no mato só seu, sem luxo, descalço, nadar num riacho, sem fome, pegando as fruta do cacho [...]*”.

Gostaria de ter feito uma análise mais profunda destes trechos, no entanto, meu tempo era curto e as narrativas musicadas eram longas e importantes. Como eu conhecia de cor as músicas, escolhi os trechos que observei causarem maior impacto nos trabalhadores, principalmente em Marcão, Alex e Chapolim. Percebemos que, apesar de “vida loka” estar intimamente ligada à vida do crime, este termo também refere-se à vida de lutas e dificuldades encontradas pelos trabalhadores de baixa renda.

Neste sentido, o rap tornou-se um veículo de expressão e de formulação de demandas sociais e políticas de uma parcela significativa de uma população na sua grande maioria jovem pobre e negra, que nasceram e cresceram na periferia. Como no caso dos trabalhadores, os “apreciadores” do *rap*, embora todos não tenham nascido na periferia, conheceram desde muito jovens os problemas sociais que as letras das músicas evidenciam. As mais

conhecidas<sup>42</sup> demonstram que a pobreza, o desemprego, a criminalidade, a violência policial, o uso e o tráfico de drogas, os perigos de morte, os problemas familiares, as falhas no poder público, o racismo e o preconceito, a riqueza e a ostentação dos playboys, etc, estão entre as “queixas” com as quais eles se identificam.

Houve, na época, uma certa estranheza da minha parte em ouvi-los escutando estas músicas, pois como sabia de suas origens, na maioria rural, imaginei que fossem ouvir músicas típicas regionais ou coisas assim. No entanto, ao fazer uma análise mais intensa, o *rap*, apesar de não fazer parte da cultura gaúcha, ultrapassa as fronteiras RJ-SP. Em diversos setores da mídia, no meio acadêmico, nas variadas esferas do poder público ou mesmo entre os artistas ligados a outros movimentos, tornou-se lugar comum afirmação de que as letras do *rap*<sup>43</sup> apresentam um dos melhores retratos da periferia (PATRÍCIA GIMENO, 2009).

Além disso, segundo a autora, o pertencimento, o compromisso e a identidade com a periferia aparecem como temas frequentes nas letras cantadas, pois este lugar, além de geograficamente determinado, é tratado nas composições como uma realidade singular à qual se pertence ou não. As experiências, os valores, regras e relações sociais que marcam o cotidiano da periferia tornam-se valores de diferenciação entre os moradores deste território e o restante da sociedade. A periferia aparece enquanto um marcador de identidade e identificação.

Outras brincadeiras se sucederam. Em um dia frio do inverno, estávamos no “galpão” com o fogão à lenha aceso para que a comida fosse aquecida juntamente com o ambiente. Inocência, o mais novo do grupo, foi mexer nas lenhas e como estava de costas, não vi o que aconteceu, mas quando notei todo o galpão, que estava fechado por causa do frio, estava tomado pela fumaça! Todos mexeram com ele, dizendo coisas do tipo: “*gurizinho novo não sabe nem mexer em lenha, que barbaridade*”, ou “*mas tem que ter umas aulas de campesinato, tchê!*”. Mais uma vez, o humor usado para afetar a masculinidade do homem está relacionado a “não ser homem”.

---

<sup>42</sup> O nome fictício dado ao trabalhador Marcão foi uma singela homenagem ao meu amigo de longa data que me apresentou o “mundo do rap” há anos atrás, ainda no ensino médio. Com ele conheci os rappers Sabotage, Dj Hum, Xis, Rappin Hood, RZO, Racionais Mc e outros, e que hoje, quem diria, viria a facilitar muito meu trabalho!

<sup>43</sup> O Rap se define pela união do ritmo e da poesia (Rhythm And Poetry) e caracteriza-se pela entonação de versos ritmados que dialogam com ritmos criados tecnologicamente a partir da seleção, do recorte, da manipulação e da união de fragmentos de músicas, de sons e ruídos (PATRÍCIA GIMENO, 2009).

Como não conseguia respirar, já que tenho asma e rinite, aproveitei que abriram a porta e saí um pouco para “pegar um ar”. Enquanto os trabalhadores “xingavam” Inocêncio, ouvi eles se direcionando a mim: “*olha aí o que tu fez Inocêncio, vai deixar o cabelo da guria tudo fedendo a fumaça!*”, em vão, retruquei que não este o motivo que me fazia estar ali fora, então outro já falou: “*aproveita e já lava o cabelo Cris, que hoje é sábado*”. Embora não fosse sábado, eles estavam, enfim, caçoando de mim, não se preocupando em se desculpar. Impossível não lembrar da afirmação de Geertz (2008) de que “ser caçoado é ser aceito” (p. 187). Coincidentemente, este fato aconteceu em uma das minhas últimas idas ao campo, o que me faz pensar que ser aceito sempre leva tempo.

Perto do meio dia, mais ou menos 11:45 da manhã, os trabalhadores começam a diminuir o ritmo do trabalho, aqueles que almoçam em casa se dirigem para o lugar onde trocam de roupa, enquanto fumam um cigarro ou tomam água. Antes do meio dia já estão prontos, em cima de suas bicicletas prontos para partirem. Os que ali ficam seguem o ritmo de paralisação dos demais permanecem com as mesmas roupas e vão aos poucos se dirigindo ao galpão. Antes, passam no banheiro para lavar as mãos ou fazerem suas necessidades.

Usei poucas vezes o banheiro, somente quando passei o dia acompanhando o cotidiano de trabalho do grupo. Possui um vaso e uma pia, com um pacote de papel higiênico em cima de descarga e uma cesta de lixo ao lado do vaso sanitário. Quando utilizei o banheiro, ele estava limpo, e há chances de que eles tenham limpado sabendo de minha visita, no entanto, no meu trajeto da ida do depósito para o galpão, quando este estava com as portas abertas, sempre dava um jeito de espiar, e sempre tive a impressão de se tratar de um ambiente bem cuidado.

Certa vez, um caminhão chegou com produtos para o descarregamento tarde da manhã e os trabalhadores foram até perto do meio tentando terminar o serviço. Já era quase hora do almoço e ainda faltava bastante coisa para que eles acabassem, mesmo assim, o motorista do caminhão pediu que eles continuassem trabalhando para que ele fosse embora, já que a carga não era da cidade.

A resposta foi unânime: “*meio dia é hora da boia, ‘rapá!’*”, e em meio a reclamações, Marcão explica: “*meio dia agente não vai fazer nada até porque o caminhão chegou faz pouco tempo, se eles queriam que agente terminasse antes, era só vim mais cedo, né?*”. É sobre a tão importante hora do almoço que falo no próximo item.

## 2.4 A hora do almoço ou “a hora da boia”

Dentro de todo o espaço da pesquisa, o “galpão” é o espaço simbólico com maior referência para os trabalhadores. Por mais que todo o terreno seja marcado por simbologias e até mesmo o “depósito” seja importante em toda esta análise, não consegui detectar em nenhum lugar um código de ocupação de hierarquia como no “galpão”. Talvez seja porque este represente para os trabalhadores o lugar mais pessoal e íntimo, de descanso e sociabilidade.

O “galpão” lembra mesmo uma casa, por seu tamanho e por sua estrutura. É aconchegante, conforme figura abaixo:

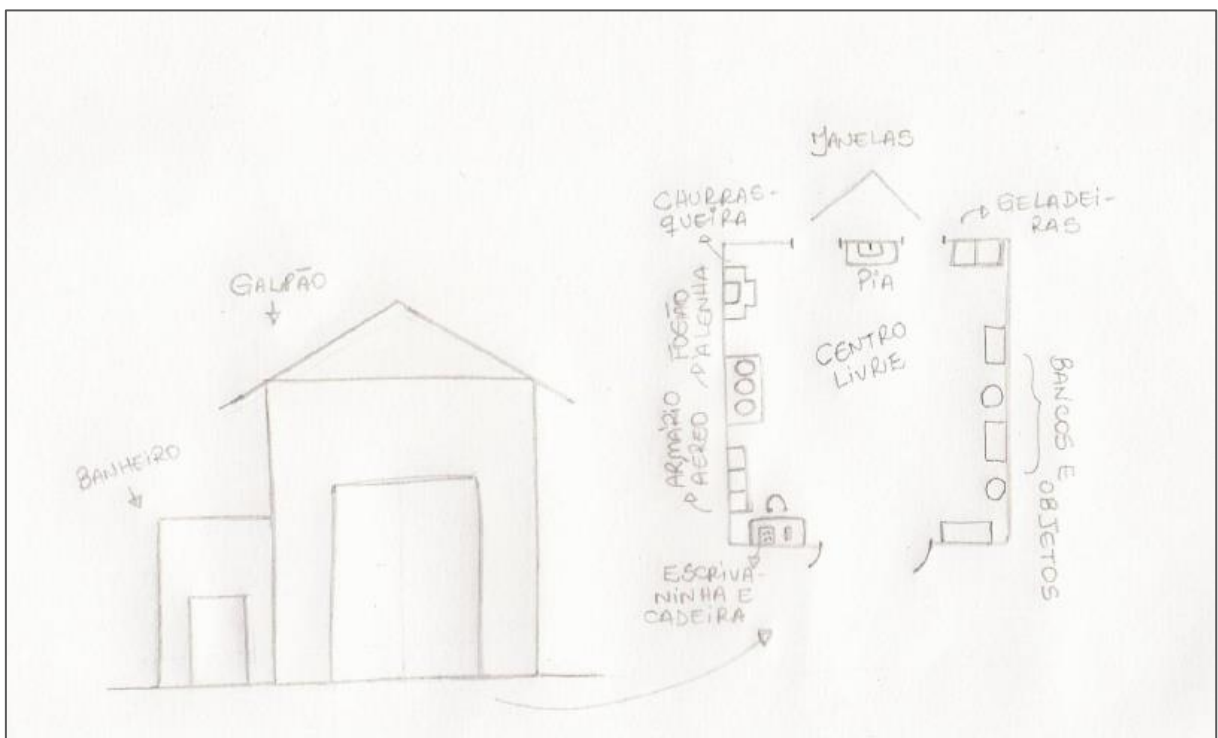


Figura 10 - Desenho do "galpão", externamente e internamente. Caderno de campo.

Ao entrarmos pela porta em frente vemos duas grandes janelas que quando abertas permitem uma corrente de ar surpreendente, o que é fantástico no verão. Para a esquerda de quem entra é possível ver uma escrivaninha de madeira com uns papéis colados na parede e uma calculadora em cima da mesa, podendo-se notar um trabalho intelectual naquele lugar,

onde possivelmente pedidos são conferidos e assinados. Uma cadeira de couro com rodinhas, como uma espécie de “poltrona” acompanha esta escrivaninha.

Este lugar sempre fora demarcadamente hierárquico: Gelson (o funcionário mais antigo e mais velho do grupo, porém, não trabalha no depósito, o frequenta apenas nos horários de almoço) e Miro, o trabalhador mais respeitado do depósito e possivelmente quem usa a escrivaninha e assina os papéis sentavam-se na hora do almoço e no descanso, e este sempre fora “nosso lugar”: sempre fora muito importante que eu me sentasse ali. Principalmente estes dois trabalhadores insistiam para que eu ficasse ali, e notando a importância deste ato para eles, acabava aceitando. Conforme o tempo foi passando, me sentava perto dos demais, nos bancos duros com as costas apoiadas nas madeiras ou do lado de fora do galpão, quando estava muito quente. Mas esta poltrona sempre me era oferecida primeiramente, mas eu precisava negar a “oferta” para poder me aproximar dos demais e não ser vista em lugar diferenciado, não além de todos aqueles que já possuía.

Ao lado, já na outra parede existe um armário aéreo, responsável por armazenar pratos, copos, talheres e panelas, utensílios estes utilizados pelos trabalhadores no almoço ou quando fazem confraternizações. Seguindo pelo caminho há o fogão à lenha, utilizado para esquentar a comida dos trabalhadores e aquecer o ambiente no frio do inverno. Aliás, este é um ritual importante. Ao chegarem para o almoço, alguém já se prontificou a acender o fogão para não perderem tempo. Suas marmitas, todas de panela pequenas de alumínio, algumas sem o cabo e sem a tampa, mas envoltas no “pano de prato”, são retiradas da geladeira quando está quente, ou estão diretamente no fogão, onde ficaram toda a manhã.

São panelas velhas, mas boas, afinal, “é panela velha que faz comida boa” e eu nunca entendi tão bem este verso, pois para aguentar o calor intenso do fogão à lenha o alumínio precisa ser “grosso”, para que a comida es quente e não queime. As panelas são manchadas pela brasa, e trazem, apesar do tamanho, boas quantidades de comida. Geralmente arroz, feijão, carne e outro carboidrato, sendo massa ou batata. Nunca vi os trabalhadores levando salada para o almoço, embora eles apreciem a especialidade.

Élder, aquele que “é solteiro, mas não é” quase nunca levava marmita e então deixava para buscar vianda em um restaurante pertinho do “depósito”. Suas viandas sempre vinham com saladas e ele dividia com os companheiros. Certa vez, não tive tempo de preparar minha vianda e precisei levar uma marmita do tipo “alumínio” onde levei bastante salada, pois sabia que eles gostavam. No almoço, fiz questão de oferecer e Miro, Gelson e Emanuel pegaram sem cerimônia a salada que havia levado diretamente da minha marmita. Notei que este foi

um momento importante de intensificação de laços no campo, como se “dividir a comida” fosse, para além do ato, um momento de confraternização.

A alimentação é um fator importante para as classes trabalhadoras. Segundo Alba Zaluar (2000), ao estudar os trabalhadores pobres de uma favela do Rio de Janeiro, existem alimentos que são “comida” e outros que não são. Encontrei resultados que se assemelham aos da autora: assim como os trabalhadores da pesquisa levavam basicamente arroz, feijão e carne, ou seja, comida que “enche a barriga”, as saladas e frutas são vistos como alimentos que servem apenas para “tapear”, ou como disse Gelson ao ver o pouco de “arroz” que eu comia: “*mas tu não come guria!*”. Então lhe disse que eu comia bastante “verdura”: “*mas isso aí não enche*”.

Ou seja, esta prática alimentar da “barriga cheia”, que tem a ver com as escolhas alimentares feitas e a importância que se dá à comida, já que feijão e carne, por exemplo, são alimentos que demoram para serem digeridos, têm a ver com as formas de organização de vida familiar e do trabalho que são próprias às sociedades industriais modernas. No caso do arroz, feijão e massa, a facilidade em estocá-los por longos períodos, seguindo o ritmo de recebimento dos salários é, sem dúvida, uma razão importante na sua escolha como alimento básico (ZALUAR, 2000).

Por mais que os trabalhadores apreciem uma “saladinha”, ela é apenas um complemento da “comida”, ou seja, quem não come arroz com feijão, de preferência com um pedaço de carne, seja de galinha, porco, linguiça, enfim, está, para eles, “passando fome”. Ademais, para realizar trabalhos pesados que exijam força física e energia o dia inteiro é preciso estar “bem alimentado”.

Enquanto mexem suas panelas para as comidas esquentarem uniformemente, os trabalhadores conversam sobre os mais variados assuntos. O almoço se prossegue conforme as panelas ficam quentes, e assim eles se sentam nos bancos sem encostos, geralmente com as costas encostadas nas paredes, com as panelas amparadas em pratos ou nos panos de pratos. As comidas não são retiradas das panelas e são misturadas ali mesmo, pelos garfos, que servem também de facas.

Os trabalhadores costumam beber água na hora do almoço, esporadicamente há um refrigerante ou suco nas garrafas *pets* usadas. Como recomendado por Joana, levei já no 2º dia, uma Coca-Cola gelada para incrementar nosso almoço, que não foi tocada pelos trabalhadores. Tal fato me deixou muito frustrada, pois imaginei que eles ficariam empolgados com a “surpresa”. Nos três dias que se seguiram, continuei adotando esta



estratégia, que seguia não dando certo... Mas afinal, como estes homens trabalhadores iriam aceitar tão facilmente um “agrado” de uma mulher estranha?

Mesmo me sentindo frustrada com este fracasso, abandonei esta estratégia, readotando-a no final do campo, como forma de “agradecimento” pelo tempo que passamos juntos. E mais: um caminhão de bergamotas estava há dias parado na frente do “depósito”, então resolvi levar um saco desta fruta e deixar no “galpão” para que os trabalhadores pudessem comer no meio da tarde. Como forma de “agradecimento”, ouvi: *“nossa, que bergamotas bem feias”*.

Seguindo o itinerário pelo “galpão”, ao lado do fogão à lenha fica a churrasqueira, usada em momentos de confraternização como festas da empresa ou mesmo churrascos dos trabalhadores, o que não é muito comum. Na outra parede, já está localizada a janela, logo em seguida a pia, com sabão em barra, esponja e pano de prato, onde cada um lava sua louça imediatamente após as refeições, *“para que a gordura saia mais fácil”*, me explica Gelson. Depois da pia, há outra janela e do lado, duas geladeiras, uma colada a outra, mas apenas uma é usada. Já na outra paredes ficam algumas ferramentas de porte grande anexadas a parede e bancos de madeira, compridos, pequenos, altos, baixos, de todos os tipos.

### 3 ENTRE SABERES NAS CLASSES TRABALHADORAS

Este capítulo tem como objetivo reunir as narrativas e práticas dos trabalhadores manuais que denotam um processo que chamei de “saber coletivo” desta classe trabalhadora, ou seja, na constituição de suas especificidades, este grupo compartilha referenciais simbólicos, formas de pensar e agir próprios a estes segmentos. Assim, descrevo sobre estes saberes, que não se dão em escolas ou em cursos técnicos, mas no interior das vivências de suas famílias ou com outros homens.

#### 3.1 “Tem que saber mexer” – Conduzindo as máquinas

A relação dos trabalhadores com as máquinas e o valor simbólico conferido a elas como elementos de identidade é um dos eixos sobre os quais mais se articulam as narrativas. “Saber mexer”, expressão utilizada pelo grupo para se referir às máquinas, conferia uma espécie de conhecimento utilizado como forma de distinção dentro do depósito. Ou seja, quem “mexia” nas máquinas, quem as operava, era detentor de um destaque, para além do salário, simbólico. Era um trabalhador digno de respeito.

Como já dito anteriormente, mas importante lembrar, os cargos dentro do depósito vão de motorista, “auxiliar de depósito” ou “auxiliar de máquina” – para utilizar a categoria êmica – até “operador de máquina”, esta, segundo Miro, “*top de linha*”. Para ele, respeitado operador e segundo funcionário mais antigo, “*a diferença de salário é pouca, mas a responsabilidade é muita*”. Até mesmo por isso os “auxiliares de depósito” se autodenominam como “auxiliares de máquina”, já que a realização das tarefas mecanizadas que agregam tecnologia requer maior conhecimento, além de representar maior perigo aos que manuseiam o maquinário.

Ser um “operador de máquina” é como uma promoção, visto que os operadores são os trabalhadores mais antigos, portanto, com maior experiência, este cargo remete um prestígio

peçoal e social ao trabalhador manual, além disso, valorizando o “saber”, já que é preciso “saber” para “mexer”. Ou seja, trabalho intelectual e manual andam juntos no depósito, e é importante que tenha conhecimento para fazer um bom trabalho.

Minha apresentação às máquinas se deu logo no primeiro dia em campo, logo após nosso primeiro almoço. Havia certa euforia e ansiedade para que fôssemos logo conhecer o maquinário. Miro foi o primeiro que se prontificou, mas juntamente vieram Élder e Alex, o mesmo trabalhador que pouco conversava comigo, a não ser quando o assunto era trabalho. Pacientemente, Miro descrevia como cada máquina funcionava, quais suas funções e principais perigos. A desempenadeira serve para “desentortar” a madeira; a desgrossadeira para afinar, *“tem que ter muito cuidado pra não falsear a vara”* e causar um sério acidente; a trituradora transforma os restos de madeira em palhas e farelos e a esquadrejadora corta.

Enquanto Miro falava, pedi licença para anotar no meu caderno, justificando-me que seriam muitas informações para “guardar na cabeça”. Ele demonstrava como serrar corretamente as madeiras, qual sua devida posição, qual a função de cada equipamento de segurança como os óculos para proteger os olhos de ripas, os protetores de ouvidos para proteger os *“ouvidos do barulho aqui”* e as luvas, *“pra não cortar as mãos até mesmo com as madeiras, às vezes vem cheio de farpas”*. Enquanto Miro falava, era interpelado pelos trabalhadores que nos acompanhavam, e segundo eles, *“o importante não é isso [os equipamentos] tem que saber mexer, tem que ter domínio da máquina”,* ou *“aé, se tu não sabe mexer, se não sabe como funciona, não vai adiantar tá de luva!”*. Saber mexer nas máquinas aliado a responsabilidade em seu manuseio são exigências máximas neste trabalho.

Enquanto falavam, os trabalhadores lembraram de histórias de companheiros que sofreram acidentes graves nas máquinas porque *“não sabiam mexer”*. Alex foi um dos que mais falou: *“dois conhecidos meus já tiveram a mão decepada e olho perfurado por uma ripa dessa [me mostrando uma ripa pequena]. Se algum cliente chega aqui pedindo alguma coisa que eu não ‘teja’ autorizado a fazer, eu não faço, eu posso ir pra rua, mas pra mim, é segurança em primeiro lugar, porque depois acontece alguma coisa, e daí?”*. A ação de “cortar ripas” é extremamente perigosa e condenada pelos trabalhadores.

Ela se refere a serrar pequenos pedaços de madeira, que por isso, tornam-se leves demais, gerando grande instabilidade na peça, com alta probabilidade de “voar longe”: “pode saltar e furar o olho ou a cabeça ‘dum’, disse Alex, continuando: *“cara, os vendedores já tão avisados que aqui nós não temos ordem de cortar ripas! Se algum cliente chegar pedindo isso dizendo que o vendedor da loja mandou é pra se negar a fazer, são ordens do patrão”*.

Muitas vezes os trabalhadores pediram que eu me retirasse ou me afastasse do depósito quando esta era a atividade: cortar a madeira em pedaços pequenos.

O “saber” também está implícito em entender o funcionamento da máquina, já que por vezes é preciso solucionar problemas cotidianos e demonstrar autonomia frente aos conhecimentos de técnicos especializados. Foram me relatadas histórias de quando as “máquinas travavam”, quando paravam de funcionar, mas que era *“bobagem mandar arrumar”*, porque *“agente conhece melhor que ninguém, mas às vezes, claro, estraga, daí tem que trocar, mas uma dessas aqui é caro, viu!”*.

Demonstrar que sabiam mexer nas máquinas era fundamental para solucionar problemas cotidianos e manifestar autonomia frente aos conhecimentos técnicos especializados. Este saber-fazer é, para os profissionais que não possuem uma formação técnica, a capacidade de prever problemas e antecipar soluções. Jean Loius Tornatore (1991) em seu estudo sobre operários da construção civil em Marselha aponta para a competência profissional que demarca a diferença entre um operário passivo e aquele que consegue se desvencilhar dos problemas e encontrar soluções para os mesmos (apud MARIA LETÍCIA FERREIRA, 2013).

Se o ato de “fazer” é o que gera conhecimento, só fica sabendo aquele que faz ou já fez, então a formação do trabalhador emana das dinâmicas do “chão de fábrica” ou das vivências pessoais. É aí que se forja o bom trabalhador. A valorização deste “saber prático”, como aponta Simoni Guedes (1997) aparece na forma de se colocar ativamente frente às situações, assim como os trabalhadores do depósito.

Este “saber prático” que refere a autora (1997; 2000) diz respeito à etapas da aprendizagem em que os trabalhadores do Rio de Janeiro apropriam-se dos cursos profissionalizantes, que aqui podem ser entendidos como a valorização do “saber mexer”, portanto, “saber fazer”. Este saber vai do “ver” ao “entender”, portanto, requer a “inteligência” para “observar o que os outros significativos fazem e ser capaz de reproduzir a sequência dos seus atos, é por certo, a primeira regra para aprender este modo de estar no mundo” (GUEDES, 2000, p. 11).

Deste modo, os trabalhadores desde muito jovens veem seus pais, avós e mesmo seus companheiros de trabalho executando tarefas que passam a ser suas principais funções. É deste modo, por exemplo, que um “auxiliar de máquina” é promovido a “operador”, e embora este tenha feito cursos, a principal categoria de distinção é a experiência. Para se aprender o

saber prático é preciso “mexer”, mais do que isso, é preciso “saber mexer”, e apenas na sua repetição, no ofício da experiência é que se aprende.

Os trabalhadores são sujeitos – e não unidades de força de trabalho – que se engajam no maquinário e compartilham significados de ser e estar entre as máquinas. Por isso, lidar com elas requer atitudes e habilidades específicas que ocupam a atenção dos trabalhadores e fazem com que estes se envolvam, sintam, brinquem e até xinguem a máquina. As máquinas, mais do que companheiras de trabalho, são uma extensão do corpo dos trabalhadores na medida em que é preciso posição e manejo para “lidar” com elas. Como uma espécie de “dança” os trabalhadores se curvam, agacham, viram e se dobram, na tentativa de melhor encaixarem-se nesta “condução”.

Apesar de uma atividade eminentemente manual, este trabalho permite uma experiência sensível com a qual eles aprendem percepções e posturas que são centrais no processo de socialização da atividade laboral, mesmo que o ramo seja a construção civil, visto que há um trânsito entre estes ramos. Os operadores de máquina, e também os auxiliares, são mais do que simples operadores de tecnologia ou guardadores de depósito. Eles lidam com as máquinas e se envolvem com elas, onde esta atividade lhes envolve tamanho pertencimento como exige uma boa dose de habilidade, daquele tipo que só pode ser adquirido pela experiência.

### **3.2 Trabalho Manual X Trabalho Intelectual**

Ao mesmo tempo em que interagem com suas ferramentas e com suas máquinas, os trabalhadores demandam modos de engajamento corporal que geram padrões de uso do corpo que não são somente técnicos, como os expostos acima. A atenção necessária para este aprendizado, como coloca Thomas Csordas (2008), que permite a apreensão e incorporação de novas atitudes para este saber prático se dá a partir de vivências corporais e sensoriais. Ou seja, o corpo está inteiramente ligado com a mente, e a consciência é o corpo se projetando no mundo. Neste sentido, Antonio Gramsci (1995) afirma que em qualquer forma de trabalho, mesmo o mais manual, há sempre uma clara dimensão intelectual. O corpo, para os

trabalhadores, aparece como a força de trabalho, como o instrumento de sobrevivência, onde a capacidade de produção é a sua própria vida.

Deste modo, descrever a atividade laboral em “saber mexer” implica fragmentar o trabalho em uma instância intelectual e outra manual. Sem formação escolar completa, é comum na literatura sobre as classes trabalhadoras urbanas a ideia da valorização do conhecimento prático. Desta forma, o saber é uma competência que se transmite através da ação. O essencial é a competência em “saber mexer” que só se adquire por meio da execução da atividade, e muito próxima ao artesanato, esse é um fazer que se aprende na tradição observando um trabalhador já exímio em tal função, onde os títulos tem pouco valor, neste caso. O que importa é demonstrar competência, dar mostras concretas de suas habilidades, porém, há um “saber” implícito nestas atividades.

Como na passagem anterior, em que é preciso “saber mexer”, ou seja, há um “saber”, ou como Miro posicionara anteriormente relatando que não era “burro” e que tinha “experiência”, relatando ter consciência de seus direitos enquanto trabalhador formal, o grupo estudado apresenta uma característica comum importante: apesar de suas características serem eminentemente manuais, exigindo força física para carregar, cortar ou lixar madeiras, operar máquinas e outras funções, há algo de puramente intelectual em suas atividades.

Ao me mostrar as máquinas e explicar seus funcionamentos frisando a importância de “saber mexer” nelas, os informantes estão evidenciando aquilo que Duarte (1986) define como “trabalho ideal” nas classes trabalhadoras urbanas: o trabalho socialmente reconhecido deve estar baseado em três capacidades proeminentemente masculinas: física, mental e moral. Ou seja, o trabalho deve exigir, em algum grau, a força física de um homem, sua virilidade e energia, o uso de suas atribuições intelectuais como a habilidade, a memória, a esperteza ou inteligência, e através dele, o homem deve “manter o respeito” e “botar comida dentro de casa”.

No entanto, este “saber”, que Duarte (1986) afirma ser “no sentido de destreza, jeito, dom, habilidade, ou no sentido mais abstrato, inteligência, memória, esperteza ou saber, aprendido ou acumulado” como no caso que se refere o autor e para os trabalhadores está para um saber que não diz respeito a diplomas escolares ou cursos técnicos. É preciso “ser bom” no que se faz, e este é o reconhecimento exigido, na medida em que “ter estudo” não é sinônimo de competência. A capacidade mental exposta pelo autor está, aqui, representada no sentido da destreza para mexer com as máquinas, no jeito, na habilidade, mas também, na inteligência e esperteza, saberes estes aprendidos.

Miro é um homem simples, de fala confusa, que tem apenas o ensino fundamental. Com a pele queimada do sol, aparenta ser mais velho do que é, e sem muitos dentes na boca, não aparenta ter a sagacidade que tem: é “antenado”, que conversa de tudo um pouco, sempre com uma régua e uma calculadora no bolso da calça, vive conferindo medidas das madeiras e números dos pedidos. Ao voltar no campo em 2014, comentei com eles sobre uma cirurgia que havia feito na perna, para colocação de um “stentd” na veia, prontamente, ele disse: *“ah, tua veia tava apertada? Uma conhecida teve isso aí, mas foi no coração, tava entupida. Ela toma uns remédios, não pode se machucar né”*.

Ele se referia aos anticoagulantes, fase do processo de recuperação em que é preciso ter muito cuidado para não haver cortes ou acidentes, pois há grandes riscos de haver hemorragia, pois o sangue não coagula. Miro sempre me surpreendia, era impressionante como um homem com uma aparência tão simples guardava dentro de si saberes nobres que o “estudo” não garante há ninguém. E não era só Miro, pois as atividades exercidas no depósito exigem cálculos e saberes intelectuais inimagináveis.

Uma das tarefas aparentemente mais simples que eles realizam é descarregar as madeiras dos caminhões e guarda-las no depósito. Mesmo nesta ação puramente manual e física, os trabalhadores se revezam, e por algum tempo, todos exercem uma atividade intelectual pouco falada: conferir o pedido, o tamanho das tábuas, para aonde vai cada conjunto, já que cada tamanho e tipo têm um lugar específico, etc. Este é um conhecimento informal, aprendido na prática.

Sempre com um papel, caneta e calculadora nas mãos, o trabalhador que está em cima do caminhão conferindo o pedindo, a espessura e o tamanho das madeiras serradas, por exemplo, torna-se um líder: é ele que escolhe qual grupo de madeiras vai descer e despacha o produto para o próximo trabalhador, que está embaixo do caminhão, ordenando para aonde vai cada qual. Quase não utiliza força física, apesar de estar na torreira do sol, por exemplo. Como das outras vezes, ao parar para fumar um cigarro, quando este é um fumante, outro logo assume o posto, e assim sucessivamente. Aliás, quase todos os trabalhadores são fumantes, com exceção de Miro, Gelson e Chapolim e Leonir.

### **3.3 “Patrão é patrão, empregado é empregado”**

Na frase dita por Miro, percebemos que a categoria de trabalhador se opõe a uma outra – patrão – que demarca sua condição de subalternidade, no sentido de que há um superior a ele. Mesmo que estes trabalhadores estejam na “periferia” da Madeiral e teoricamente sem o olhar constante de um “supervisor”, já que fisicamente a parte administrativa fica na loja, é muito comum que o “véio”, o dono da empresa, esteja com frequência no depósito. A presença de um chefe, de carne e osso faz com que as pausas para os cigarros, conversas e brincadeiras sejam menos frequentes, é verdade, mas não influenciam profundamente no resultado final da produção.

Miro e Alex contaram que “*quando a coisa tá feia ele desce*”, como se a culpa por as vendas ou pedidos estarem parados ou lentos fossem dos trabalhadores, mas que eles “*não dão bola*”. Lá ele costuma fazer pequenas atividades, como passar verniz em algumas madeiras, andar pela construção de concreto, vistoriar o depósito, enfim, exercendo uma espécie de “olhar panóptico”, ele sempre acaba desempenhando alguma tarefa.

A primeira vez que nos encontramos foi no segundo mês da pesquisa, quando cheguei perto das onze horas da manhã. Cumprimentei os trabalhadores de longe, pois notei que nem mesmo Miro parou para me saudar. Senti que alguma coisa estava diferente e logo vi um carro modelo do ano, estimado em mais ou menos 60 mil reais estacionado ao lado de depósito. Como nunca havia visto nenhum carro antes ali, pensei que pudesse ser algum patrão, então, eis que surge de dentro do depósito, com um pincel e uma latinha de verniz em mãos um senhor de cabelos brancos, alto, com calça social, camisa de botão e sapato, muito bem vestido, conversando com Miro.

Eu estava em frente ao depósito observando os trabalhadores, no sol, pois recém havia chegado. Ao me ver, o “veio” me cumprimentou de longe mas percebi que ficara curioso com minha presença. De vez em quando me olhava, saíra para conversar com Miro, onde tive absoluta impressão que perguntou quem eu era. Na volta, perguntou se podia me ajudar. Respondi então que eu era da universidade, que fazia uma pesquisa com os trabalhadores e que eu estava ali com a autorização de Marcelo, mas não imaginava, nesta altura, que este era seu filho.

Então ele respondeu: “*ah bom, então sai do sol menina!*”. O sol realmente estava muito forte e eu havia ficado completamente sem jeito com sua presença ali. Não podia ir para o galpão, pois não havia ninguém lá, também não podia me aproximar demais dos trabalhadores para não causar desconforto. Foi uma situação embaraçosa com a qual não



havia lidado novamente. Na hora do almoço, ele foi embora. No entanto, na minha segunda ida a campo, nos encontramos novamente, e desta vez, com pouquíssimos trabalhadores, o embaraço foi maior e a assiduidade do patrão no depósito também.

Com a intenção de ser visto, esta presença controladora do patrão faz com que os trabalhadores sintam-se vigiados, no entanto, eles afirmam não se importar com o comparecimento dele ali, embora afirmem que não gostariam que a loja mudasse para a frente do depósito: *“ah, eu não queria que viesse pra cá, agente vai ter que ficar se cuidando, vai perder a liberdade né”*.

Apesar de não apreciarem a ideia da ida da loja para perto do depósito, não houve situações em que os trabalhadores reclamassem do patrão. Também não acredito que eles fariam isso sem ter certeza sobre o que eu fazia ali. Fora reclamações acerca do salário – unânime – todos dizem que ele *“é gente boa”* e ressaltam que *“ele sempre tenta ajudar quando dá”*. Esta “ajuda” se refere a acertos feitos quando os trabalhadores pedem para sair ou referente a vales e adiantamentos dos salários. Alex, por exemplo, não havia ido trabalhar porque seu salário estava muito baixo em decorrência de adiantamentos feitos ao longo do mês, me explicou Miro: *“eu falei pra ele, mas cara, antes de ficar brabo tu vai lá e vê, não adianta reclamar se tu não tem razão”*, ou como Gelson contou certa vez que sua mulher fora receber pra ele e havia apenas *“200 e poucos reais na conta”*.

Estes “acertos” feitos entre os trabalhadores e os patrões podem ser pensados além da “boa vontade” por parte dos donos da empresa. Estas também são estratégias, como bem coloca De Certeau (1994) para controlar uma mão de obra tão escassa, pois quanto maior a proximidade que se tem com os trabalhadores, maior é o controle. Resquícios de uma sociedade latifundiária patriarcalista que vivemos, da qual herdamos um modelo tradicional de relações pessoais de solidariedade.

Como uma relação servil de sociedades pré-capitalistas, onde o cliente (trabalhador) torna-se dependente, leal e deferente ao seu patrão. Este modelo de “patrão paternalista”, aquele que protege, cuida e ajuda seus empregos é típico de pequenas empresas e da região em que vivemos: Santa Maria carrega consigo esta identidade. Beatriz Kanaan (2013), ao encontrar uma funcionária na serra gaúcha proveniente da cidade faz o relato da diferença experienciada pela mesma:

Lá [em Santa Maria] eu era amiga do meu chefe. Ele conhecia a minha família e sabia quando eu podia estar com problemas e me ajudava, procurava uma troca de turno com outro colega, deixava pendente o dia pra eu pagar em outra oportunidade, essas coisas... Aqui não! Não tem nada disso! Primeiro agente mal se conhece [...]

(Trabalhadora do setor de montagem que reside em Farroupilha desde 2008; KANAAN, 2013, p. 153).

Essas relações de proximidade também se dão na Madeiral. Ali “todo mundo se conhece” e o contato é direto com os donos da empresa. Quando acontece algum problema, como por exemplo o baixo salário proveniente dos adiantamentos, eles sempre dão um “jeitinho”. Desta forma, os trabalhadores também encontram vantagens neste sistema. Houve um dia em que minha presença se deu na segunda-feira, o que supõe ser um dia corrido, mas encontrei apenas dois trabalhadores no depósito, cortando madeiras sem muita pressa, apesar do pouco número que se encontravam, o que demonstrava haver pouco serviço, mesmo com a presença do patrão. A intensidade de suas tarefas depende muito mais de fatores externos do que internos, onde é preciso que haja vendas na loja para que os pedidos no depósito aconteçam.

Esta constatação foi confirmada quando retornei ao campo em 2014, e apesar de encontrar apenas dois funcionários trabalhando, em ritmo vagaroso, a sensação era como se não houvesse nada para fazer. Perguntei a Miro onde estavam os outros trabalhadores, muito espantada, e a resposta deu a pista para outra característica importante deste grupo: *“a coisa aqui tá feia! Tem uns que foram embora, só o Alex que não veio... Foi receber o dinheiro e tinha vindo pouco, daí ele ficou ‘puto’ e não veio”*.

Então Miro foi me explicando melhor o que havia acontecido. “A coisa tá feia” se referia às vendas na loja, que estavam paradas, por isso nem mesmo a construção de concreto havia avançado nestes meses que fiquei ausente, por isso também estavam sem muitos afazeres. Dos que “foram embora” Miro mencionou Marcão e Cléber, que fizeram um “acordo” com o patrão e foram trabalhar como autônomos, na construção civil e como marceneiros, respectivamente. Quanto a isso, Miro disse que *“isso é normal, eles vão trabalhar por aí, com ‘os cara’, mas tem uns que acabam voltando”*.

Neste sentido, Joana também havia mencionado que este ramo é altamente rotativo: *“eles ficam [na empresa] geralmente o tempo de ter o seguro-desemprego. Eles conhecem pessoas do ramo da construção civil, porque sempre exerceram atividades desse meio, e essas pessoas oferecem oportunidades nesta área para ganhar mais. Eles pedem demissão e vão. Tempos depois, acabam voltando, porque este ramo é escasso [madeireira], e acabam contratando de novo, ninguém quer trabalhar pra sempre carregando saco de cimento na cabeça”*.

Para que possamos compreender o pensamento e ações políticas dos subalternos sem relacionar suas práticas à ignorância ou conformismo, é necessário que o antropólogo observe como os subalternos constroem suas conquistas aproveitando-se de determinadas situações, conquistando vantagens em um ambiente desfavorável (BRITES, 2000). No caso dos trabalhadores, a possibilidade de emprego com carteira assinada, por mais que seja almejada, não é vista como “a melhor alternativa”, pois eles estão pensando a médio prazo. O trabalho assalariado formal traz vantagens por algum tempo, enquanto eles contribuem para o “INSS”, para terem o tempo do “seguro-desemprego”, mas quando surge a oportunidade de ganhar o dobro do salário em uma alta temporada na construção civil, os trabalhadores não pensam duas vezes.

Ou seja, na situação desfavorável em que vivem, esta é a maneira encontrada pela classe trabalhadora para tirar o melhor proveito desta situação, estando eles numa mistura entre o trabalho formal e o informal, no trânsito entre a construção civil e o ramo madeireiro, pois “ninguém quer segurar um saco de cimento pra sempre” ao passo que a mão de obra é escassa nas madeireiras, então eles “precisam” recontratar quem entenda das tarefas. Valendo-se dessa carência, os trabalhadores aproveitam o “momento” e fazem o “pé de meia” quando dá, recebendo muitas vezes três salários: o seguro-desemprego e o dobro do que eles recebiam como trabalhadores formais.

Neste caso, podemos relacionar a prática dos trabalhadores aos conceitos de De Certeau (1994), de Estratégia e Tática. O autor empenha-se em revelar o invisível: “a arte espontânea do fraco que o faz desprezar-se do forte” (BRITES, 2000, p. 26). Ou seja, em um cotidiano tão carregado de contradições, as práticas e comportamentos dos subalternos são percebidos como dotados de sentidos. Desta forma, as táticas, segundo De Certeau são definidas pela dificuldade de previsibilidade de um plano seguro para viver a vida ou melhorar suas condições atuais, percebidas como capacidades inventivas, o que permite que os atores escapem das empresas de controle e se tornem parte do jogo. Em geral, elas revelam-se como pequenas atitudes que possibilitam sutis vitórias dos fracos sobre os mais fortes.

Em oposição às estratégias, que visam proibir, mapear e impor, as táticas originam diferentes maneiras de fazer. A instabilidade dos trabalhadores no emprego, sua busca por melhores salários e os “acertos” feitos com o patrão são entendidas aqui como táticas, no sentido colocado, como uma maneira de tirar vantagens do trabalho subalterno, pois a maioria dos trabalhadores moradores da periferia adota a ideia de “pensar a médio prazo”,

diferentemente da classe média que prefere a estabilidade da carteira assinada como garantia de vida.

E quando o plano não funciona como querem, por exemplo, outras táticas são envolvidas: Gelson estava com problemas financeiros e foi tentar um “acerto”, mas como a empresa também estava passando por dificuldades em virtude das baixas vendas, este acerto não aconteceu. Então Gelson, que é um dos funcionários mais antigos começou a falar que “não gostaria de sair”, mas que tem proposta de outro lugar para assinar a carteira como “marceneiro”, que o salário é a mesma coisa, mas que o trabalho compensa muito já vai fazer muito menos esforço.

Então ele ia falar com o Marcelo para contar desta “proposta” e caso o acerto não fosse feito, ele iria “pedir as contas”. Ou seja, os grupos subalternos encontram benefícios em uma situação desfavorável, e embora as relações locais de classe possam aparentemente desfavorecê-los, na descrição do cotidiano e na compreensão das disputadas “infrapolíticas” percebemos que existem formas de os subalternos enfrentarem os dominadores (JAMES SCOTT, 1985).

O autor, ao abordar os estudos sobre o campesinato malaios, seus movimentos revolucionários e rebeliões, constatou que foram raras as vezes que os subalternos mantiveram uma atividade política organizada e autônoma, sendo tais movimentos encabeçados por lideranças exógenas, raramente alcançando aquilo que os camponeses tinham como objetivos iniciais. Scott lança uma importante reflexão sobre as relações locais de poder entre subalternos e superiores, percebendo, pela primeira vez, que há maneiras mais sutis de os subalternos enfrentarem a situação em que vivem sem o confronto direto: pode ser a lentidão de uma tarefa propositalmente, a dissimulação, a deserção, a falsa deferência, o roubo de pequenos objetos, o “fazer-se de besta”, a calúnia, etc.

O autor aprofunda suas ideias sugerindo que todo e qualquer contato entre subalternos e superiores é guiado por elementos performáticos e estereotipados, que ele denomina de *public transcript* ou “roteiro público”<sup>44</sup>. Esta seria a interação aberta, pública, que todos veem entre trabalhadores e patrões, por exemplo, ou mesmo o comportamento que eu observava dos trabalhadores quando o “veio” estava presente, quando estes quase não fumavam, quase não brincavam, etc, que se refere, segundo Scott (1985) a um jogo de encenação ou dissimulação quando o chefe está presente.

---

<sup>44</sup> Em uma tradução de Cláudia Fonseca e Jurema Brites.

Como contraponto a este comportamento prescrito, o autor oferece o conceito de *hidden transcript* ou “roteiro encoberto”<sup>45</sup>, que seriam os comportamentos que acontecem por detrás dos bastidores, longe das observações dos poderosos. No backstage, quando os subalternos deixam de seguir as regras do roteiro público e expressam atitudes bem menos reverentes em relação a seus superiores. Élder, por exemplo, me contou histórias de seu emprego anterior, onde o patrão “*não valorizava nenhum funcionário, era um homem petulante, era o dono de achar que os outros ‘tavam’ ali para servir ele*”.

Ele narra o que os funcionários da empresa faziam quando ele se ausentava do escritório: “*bah, daí agente era tudo servente de limpeza né, e ele saía do escritório pra gente limpar ou quando tinha que sair mesmo, agente ia lá e cuspiu da térmica de café dele, trocava umas coisas de lugar pra ele ficar procurando, usava o banheiro, essas coisas! Ninguém manda ser ruim pra quem mexe nas coisas dele, né?*”. Como o autor afirma, na maioria das vezes, os mais fracos não usam o enfrentamento direto ou práticas organizadas de reação à dominação por concordarem passivamente com o sistema. Como coloca Fonseca,

Para fazer-se respeitar, as pessoas gostam de contar como, pela malandragem, enrolam o patrão [ou outras pessoas que estejam em posição hierárquica superior ou homens em geral]. Quase nunca se trata de nítida ilegalidade: o roubo de dinheiro, por exemplo, não aparece nestas histórias. Além disso, a malandragem parece afetar pouco as relações concretas com os superiores. Trata-se antes [...] de um filtro imaginário que permite ver e narrar sua vida de acordo com uma autoimagem socialmente aceitável (FONSECA, 2000, p. 21).

Os subalternos operam encontrando brechas, usando a astúcia para burlar ao invés de tentar derrubar o sistema, assim como Élder e Marcão que ao encontrar atividades com remuneração melhores desertam do emprego formal, ganhando por vezes até três salários, deixando por vezes o patrão “na mão”, sem mão de obra suficiente, como Gelson e Miro, que utilizam de táticas para conseguir aumento salarial ou os “acertos” e como Élder que se vinga do chefe na térmica de café. Conforme Brites (2000),

Trata-se de uma forma de participação política que, na maior parte da literatura, é colocada como oposta à cidadania. Nos últimos anos, porém, alguns antropólogos têm repensado esse tipo de dicotomia, propondo que, no seu lugar, pensemos na contextualização da própria noção de cidadania. Estes pesquisadores têm se dedicado a refletir sobre setores da sociedade brasileira onde valoriza-se relações menos marcadas pelo ideário moderno, isto é, onde o valor básico promulgado não é necessariamente o da igualdade de direitos. No lugar de propor uma integração dos subalternos aos modelos dominantes, ou tomar essas resistências como conservadorismo ou ignorância política, eles têm procurado reconhecer, no “ponto de vista do nativo”, críticas a um projeto monolítico de modernização política (BRITES, 2000, p. 205).

---

<sup>45</sup> Em uma tradução de Cláudia Fonseca e Jurema Brites.

Mesmo afirmando que o patrão é “gente boa”, podemos perceber o “roteiro encoberto” até mesmo em uma aparente reclamação de um trabalhador: *“só tem um problema [em tom de brincadeira]: ele é muito mão fechada”*, fazendo o gesto com a mão fechada virada para cima. Este trabalhador continua contando que o patrão não gosta de gastar dinheiro, que este tem dinheiro para viajar e descansar, mas que não faz isso: *“ele podia viajar com a mulher, tem os filhos que podem tomar conta do negócio, mas ele não vai!”*. E segue: *“daqui uns dias eles vão tomar multa da fiscalização, porque já foi avisado que tem que trocar as tomadas, colocar umas mais fortes porque puxa muita energia e tem perigo de curto [circuito], mas eles não trocam... Tem que fazer outras coisas que a vigilância mandou, mas por enquanto nada”*.

Perguntei se eram mudanças caras, de alto custo, e ele respondeu que *“barato não é, mas não é caro... Se tivessem colocado logo que fizeram isso [se referindo ao depósito], isso não acontecia! O problema é que sempre querem economizar, é por isso que eles têm dinheiro, ou colocam tudo de segunda mão! É o jeitinho brasileiro né... Porque sabe né, é assim que rico fica rico, porque se eu vou fazer um troço na minha casa, eu vou colocar tudo do melhor, porque eu não sei quando eu vou poder botar de novo”*. O antagonismo entre trabalhador e patrão se confunde com a polarização entre pobre e rico.

Evocando sua condição de trabalhador pobre, já que ele não é rico como o patrão, na medida em que o pobre fica cada vez mais pobre na sociedade brasileira – e este informante “não sabe quando vai poder” arrumar sua casa novamente – já que o rico, por definição, já tem o dinheiro que precisa para viver, já que o “patrão pode viajar”, enquanto ele, subalterno, precisa trabalhar para viver. E é justamente nesta dicotomia que este trabalhador demonstra, mais uma vez, a distância existente entre patrão e empregado na Madeiral, entre rico e pobre na sociedade.

Em tom de jocosidade, entre gargalhadas e ironias, seguiu falando da principal característica do patrão: “mão fechada”. Contou a vez que o “chefe” chegou reclamando do preço do tomate: *“mas bah, vocês viram o preço do tomate, tchê, R\$ 10 reais!!! Mas eu não comprei, tá louco, muito caro!”*. Enquanto me contava, precisava parar para recuperar o fôlego que faltava em decorrência das risadas, e continuou: *“mas meu deus, tomate!!! E eu não vou comprar tomate?? É por isso que eles têm dinheiro, economizam em tudo!!!”*.

### 3.4 “Os lá de cima” e os “lá de baixo” – entre posições simbólicas

Um dos assuntos mais recorrentes durante a pesquisa costumava girar em torno de “problemas” e confusões gerados pelos “vendedores” da loja. Certa vez, enquanto os observava descarregar madeiras de um caminhão sob o sol de 40° graus ao mesmo tempo em que fumavam um e outro cigarro e secavam uma *pet* de água, os trabalhadores citaram pela primeira vez o termo “os lá de cima” ou “aqueles lá de cima”, referindo-se aos vendedores e vendedoras que ficam na loja da Madeiral.

O processo se dá da seguinte forma: os clientes vão à loja e além dos produtos expostos nas prateleiras e materiais de construção, podem também encomendar itens derivados de madeiras, com tamanho e espessuras variados, como por exemplo, rodapés para suas casas, tábuas para fazer um forro ou um cercadinho, enfim, qualquer produto que não exija um trabalho mais refinado na madeira, que só poderá ser feito por um marceneiro ou em lojas especializadas. Então os vendedores, que são responsáveis por estes pedidos, comunicam os trabalhadores do depósito, que ficam no controle da confecção destes produtos.

Tendo então dois polos de “autonomia” – a loja e o depósito – sem nenhum responsável direto que fiscalize a disponibilidade dos trabalhadores em cumprirem as demandas que “vem de cima”, é comum que haja atrito: *“eles lá de cima, bah, quantas vezes vendem os produtos com os prazos sem consultar agente aqui. Daí tu já viu né! Porque eles não sabem se agente tá cheio de trabalho, eles não sabem o que agente tem que fazer de serviço! Agente tá sempre estourado de serviço porque tem que parar de fazer o que tá fazendo pra atender os clientes na hora que eles chegam aqui. Se agente não faz, eles diz: ‘mas o vendedor disse que dava’, e daí agente fica de ruim né, de preguiçoso”*, disse um trabalhador.

Além dos pedidos da loja, existem os clientes mais antigos que chegam diretamente no depósito, há as cargas que aparecem para serem descarregadas, ou carregadas, *“aqui tem duas maneiras de tu descobrir que vai fazer força: quando o caminhão tá chegando ou já chegou”*, disse Alex, mais os pedidos a serem supridos. Para os trabalhadores, há a ideia de que o trabalho deles é “fácil”, “pouca coisa”, e é isso que os incomoda: *“os caras acham que é só descer ali que os guris fazem o ‘servicinho’, tipo, eles acham que agente não faz nada! Que o que agente faz aqui é barbada! ‘Pera lá’ né! Daí agente para tudo que tá fazendo*

*porque chegou 'ordens' lá de cima, só que eles não tem esse poder não, eles não são chefe! E os chefe mesmo já falaram pra eles pararem com isso!*", diz outro trabalhador.

Percebemos que a organização espacial da empresa distingue os funcionários. Além das roupas, o lugar que eles ocupam representam separações simbólicas que demarcam seus lugares na sociedade. É preciso provar que eles são "cheios de trabalho", que não são "preguiçosos", que o que fazem não é um "servicinho fácil, barbada". Trabalhadores do depósito, uma "periferia" dentro da Madeiral, onde, além de excluídos geograficamente, são os com menos formação e também com menos prestígio, estes homens prezam por um reconhecimento, já que ser trabalhador, e ser um trabalhador em condições de privações e desgastes continua sendo sua fonte de dignidade.

Desta forma, os trabalhadores constroem categorias para as experiências vividas e percebidas dentro da organização, com base no lugar ocupado por cada um. A dimensão relacional valorativa de "lá em cima" e "aqui embaixo" permite que além do advérbio "lá", indicando a distância física e simbólica existente entre estes funcionários, possamos ver a noção de superioridade e inferioridade que permeia as representações dos trabalhadores. Como já dito anteriormente, "lá em cima" estão os vendedores com maior escolaridade, mais bem vestidos, em um ambiente de maior conforto, além do setor administrativo.

No depósito, "embaixo", na "periferia", escondido e afastado, em meio a barro e grama, madeiras atiradas por todos os lados, sujeira e uma paisagem nada atrativa, além do clima intenso em todas as épocas do ano, estão os trabalhadores. Viver o lugar e atribuir significados e valores a partir de suas próprias experiências é o que Evans-Pritchard (1993) chamou de espaço estrutural. Deste modo, este espaço também remete a uma oposição entre o pensar e o fazer que circula no pensamento ocidental e as atribuições de valor que estão a cada um implícitas. Ao designar a atividade administrativa e mais intelectual "lá em cima" e atividade produtiva e mais manual "aqui embaixo", comumente os trabalhadores estão justapondo valorações que remetem "em cima" como sendo "superior", mesmo que eles não sejam "chefes", como diz o trabalhador, e "embaixo" como "inferior" (KANAN, 2013).

### **3.5 A honra de ser trabalhador**



O título original deste item chamava-se “E do trabalho fez-se a vida”, mas por achá-lo exageradamente impactante, achei por bem trocá-lo. No entanto, o trabalho é, para os homens estudados, a categoria fundante de ser e estar no mundo. Para Maria Letícia Ferreira (2013), a condição de trabalhador é a lente pela qual podemos observar a história de toda uma vida, da infância até a senilidade, num percurso que não é linear nem delimitado. Desta forma, a identidade masculina, na família e fora dela, associa-se diretamente ao valor do trabalho, não apenas para estas classes trabalhadoras. O trabalho é muito mais do que um instrumento de sobrevivência material, mas constitui o substrato da identidade masculina, forjando um jeito de ser homem (SARTI, 2011).

Duarte (1986) cria uma categoria relacional de capacidades<sup>46</sup> necessárias para a construção interior dos sujeitos, homens adultos que só é adquirida através do trabalho. Portanto, segundo o autor, é o trabalho que forja a identidade masculina. É por isso que “ser trabalhador”, para este grupo, é mais do que um “ganha pão”, como explica Miro: *“tu acha que não tem gente que vem aqui e me oferece serviço? Eu sei que o dia que eu sair daqui eu arrumo outra coisa, porque as pessoas me conhecem!”*.

Além de ser a fonte de renda que permite que a capacidade moral de “botar a comida de dentro de casa” e ser respeitado enquanto provedor do lar seja cumprida, o trabalho é a fonte de moralidade perante os outros, legitimando sua reivindicação por respeito. Ser um homem de “respeito” e ter “responsabilidade” enquanto trabalhador são as maiores “qualidades” que um homem pode adquirir, no entanto, o respeito só vem através do trabalho: *“tem que respeitar né, eu te respeito cara, tu trabalha há anos aqui, tu tem um bom coração, mas tu é bom demais”*, dizia Alex para Miro, ao afirmar que ele era “bom demais” com os clientes.

Quando Alex e os outros trabalhadores saíram, Miro se defendeu: *“cliente tu não deixa esperando. Um dia, o chefe desceu aqui pra me elogiar, disse que eu merecia de dez a mil! Mas eu sei que isso tem um lado ruim, porque tem uns que não entendem né, ficam com ciúme, não sei...”*. Outro dia, enquanto falávamos sobre o patrão e a loja, ele disse: *“eu te falo isso porque eu falo pra todo mundo, eu falo pra ele também, agente se respeita”*.

Além de assumir as responsabilidades de representação externa da unidade doméstica, fazendo com que seus membros também sejam respeitados, como “tem que manter o respeito em casa”, há a atitude de respeitabilidade que envolve seu desempenho como “trabalhador”

---

<sup>46</sup> As já citadas capacidades física, mental e moral (DUARTE, 1986).

(DUARTE, 1986). A categoria “responsabilidade” é recorrentemente descrita em outros estudos sobre as classes trabalhadoras urbanas, mas no caso desta pesquisa, responsabilidade mais uma vez está atrelada ao trabalho, como numa passagem já citada, mas aqui descrita na íntegra:

*“Sempre fui muito sincero com a chefia, a carteira assinada é a mesma pra todos e eu não sou pai de ninguém aqui pra fazer isso [‘vigiando’]. Eu já xinguei muito rapazote que trabalharam pouco tempo aqui nas máquinas brincando e dando risada. Tu sabe que hoje em dia, ninguém quer responsabilidade, as pessoas não gostam e não querem saber de trabalho. Quem quer, arruma serviço. A pessoa que faz as coisas da maneira correta organizada nunca fica sem trabalho”, diz Miro.*

Os “rapazotes”, jovens que ainda não são trabalhadores, portanto não adquiriram “responsabilidade” não são homens o suficiente para “trabalhar duro”, como disse Marcão, “*esse guri aí [apontando para Inocêncio] foi o único que parou aqui, mas ele é diferente, já veio pronto*”. Vir “pronto” é “ser homem”, portanto, responsável. No caso de trabalhadores menos especializados, a honra no trabalho está contida onde se exige *trabalho duro, serviço pesado*, e possuir qualidades morais como coragem, força e disposição (SARTI, 2011, p. 90).

Além das capacidades físicas, na autoimagem dos homens moradores da periferia, a identidade de trabalhador confunde-se, muitas vezes, com a de pobre, assim como constatou Sarti (2011). Como quando disseram Élder: “*baixinho, preto e pobre não tem que ter medo de nada, né*”, justificando que já passara muitas dificuldades na vida e hoje encara a vida “de frente”, ou Gelson: “*o pobre quando se aposenta morre, por isso vou continuar trabalhando [...] É preciso se sentir bem com a idade que se tem, porque é a mesma coisa que querer viver a vida de rico sendo pobre*”. Apesar de terem utilizado o termo “pobre” raras às vezes, vemos por outras narrativas o que eles pensam: “*viver assim não dá*”, “*é muito pouco dinheiro*”, “*não dá pra nada*”. É através do trabalho, então, que demonstram não serem pobres: atributos morais que lhes permitem uma colocação positiva no mundo.

Quando Gelson afirma que vai continuar trabalhando quando se aposentar porque o “pobre morre quando se aposenta” nos apresenta duas mortes: a morte de sua honra, já que agora, além de velho, ele vai estar em casa, no domínio privado, que não lhe pertence, e a possibilidade de vida de suas finanças, já que pode sua renda. Assim, o valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o desqualifica socialmente (SARTI, 2011).

### 3.6 Trabalho e família

Os estudos etnográficos realizados nas classes trabalhadoras urbanas em diferentes estados do Brasil encontram um caminho em comum quando tratam da articulação entre trabalho e família (DUARTE, 1986; FONSECA, 1995, 2000; GUEDES, 1997, ZALUAR, 2000; SARTI, 2011). Caracterizada como valor central nas identidades sociais dos trabalhadores, o “valor-família” (DUARTE, 1986) representa a instância básica da identidade dos sujeitos, não apenas economicamente, mas moralmente (DUARTE, 1986; SARTI, 2011).

Os estudos que envolviam as relações de gênero em segmentos trabalhadores tendiam a afirmar a complementaridade dos papéis conjugais na organização familiar (DUARTE, 1986; ZALUAR; 2000; SARTI, 2011). Este caráter complementar, apesar de baseado numa oposição, onde o homem é o representante moral da família e responsável pela mediação do mundo da casa e o mundo da rua, além de prover economicamente sua família, onde a mulher fica responsável pelas atividades domésticas, do cuidado da casa e de tudo que envolve seus membros. Ele é tido como o “cabeça do casal”, ela como a “dona da casa” (DUARTE, 1986, p. 179).

Sarti (2011) também observa que existe esta divisão complementar de autoridades entre o homem e a mulher no que corresponde à diferenciação “casa e família”. A casa é identificada com a mulher e a família com o homem, constituindo, ambos, um par complementar, mas que não deixa de ser hierárquico, como já apontou Duarte. O homem representa o chefe da família por ser o mediador desta com o mundo externo, sendo a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade desta, assim como demonstra Miro, ao afirmar porque proibiu um namoro de seu filho com a filha de um amigo: *“já pensou se ele faz alguma coisa errada? Como é que agente fica? Como que eu vou olhar pra cara do meu cumpangre? Não, não, já mandei cortar”*.

A predominância do pragmatismo é demonstrada no saber passado aos filhos: os filhos de Gelson trabalhando nas fábricas da serra gaúcha e com orgulho Miro me conta dos planos de seu filho: *“ele tá trabalhando noCome’s<sup>47</sup> e tá juntando o dinheiro dele, quer comprar uma moto! Eu disse, então tu junta e dinheiro e compra, aí agora ele vai fazer 18 anos e vai tirar a*

---

<sup>47</sup> Nome fictício de uma rede de fast food.

*carteira*”. Miro tem dois filhos, de 17 e 5 anos, que se chamam Mirosmar e Miravel<sup>48</sup>. O mais velho, Mirosmar, trabalha durante o dia e estuda a noite, e é com orgulho que Miro relata que seu filho acorda às 6h da manhã para ir trabalhar, e que recentemente, na minha volta a campo, fora promovido a supervisor do estabelecimento em seu turno. Aproveitei e perguntei quais os planos para quando ele acabasse a escola, e claro, a resposta não poderia ser outra: “*ele disse que vai ir pra base [aérea], no quartel é muito puxado e nem vale a pena, lá na base tem mais chances de seguir [carreira]*”.

A vaidade de Miro ao falar do filho não é para menos: quando um rapaz, criado dentro da classe trabalhadora inicia sua vida profissional, no momento em que começa a atuar num “emprego” – termo que envolve sua inserção no mercado de trabalho formal – já incorporou uma série de princípios culturais que tendem a transformá-lo em um *trabalhador*, evitando assim outras possibilidades, como bandido ou vagabundo, por exemplo (GUEDES, 1997). Como já dito, na cultura destas classes, há uma ruptura clara na vida dos homens/trabalhadores que se dá em torno dos 18 anos.

A proximidade da ida para o quartel, ou para a base aérea, no caso do filho de Miro, permite que eles conversem como *homens*. A responsabilidade de “juntar dinheiro” e “comprar uma moto” faz com que Miro fale com orgulho do filho, um “guri” que apesar de jovem, já tem características de um homem trabalhador. Além disso, Mirosmar já paga suas contas, compra seus “perfumes” e vive com seu salário.

Aliás, a prática paterna, mesmo que raramente verbalizada, foi constatada como importante para este grupo. Além do caso de Miro, foi com surpresa que recebi a notícia do próprio Élder de que ele seria pai: “*agora eu vou ser pai de família*”, ele dizia. Perguntei se ela com sua companheira, já que ele havia dito que não tinham uma vida de “marido e mulher”. A resposta foi positiva, e ele demonstrou toda preocupação por ela ser “de mais idade” e parecia realmente estar feliz. Seus companheiros também festejavam, comentaram que “a vida dele iria mudar” e que agora ele iria “se aquietar”.

A respeito do nascimento de um filho, Fonseca (1995) afirma que esta situação reforça as obrigações morais que um marido tem com a esposa, onde ele, idealmente, deveria prover as necessidades materiais da mulher. Em caso de separações, um nascimento encoraja o

---

<sup>48</sup> Nomes fictícios, mas que indicam, verdadeiramente, uma extensão do nome do pai. A este respeito, Fonseca (1995) este fenômeno como famílias típicas dos grupos populares, em que as crianças são consideradas parte integrantes do grupo e não como indivíduos singulares.

retorno do homem ao lar conjugam prolongando o período de obrigações ao seu grupo de parentesco. Segundo a autora, a ironia está no fato de que a presença de um marido não garante sua contribuição financeira, como no caso de Élder. Mesmo mudando todo seu discurso a respeito da parceira, já que agora pretendia retomar os laços afetivos com a mesma, ao voltar ao campo em 2014, descobri que ele andava em outro estado, vivendo de “bicos”, e logo após meu afastamento do campo em 2013, ele também saíra para “tentar coisa melhor”, como tinha planos.

Embora idealmente, a composição da vida familiar se dê através de um filho, na prática, nem sempre isto acontece. Neste caso, ainda que a paternidade tenha representado e represente um complemento para a autoimagem masculina de Élder, ele ainda não é “responsável” suficientemente para assumir os papéis que um *homem de verdade* deve ter: “*ah, ele ainda tem que aprender muita coisa*”, disse Miro ao terminar de contar que Élder estava fora do estado, aparentando certo desprezo com o colega, já que um *homem de verdade* deveria assumir a situação.

A prática do trabalho feminino no segmento das classes trabalhadores estudado é corriqueira. Quando questionados sobre as atividades de suas companheiras, todos referiram algum trabalho, mesmo que informal. Miro disse que “*ela não trabalha fora, ela ajuda a irmã dela a cuidar de umas crianças aí quando precisa*”. Entendi mais tarde que sua cunhada é paga para cuidar de crianças, como levar e buscar na escola, e quando precisa de auxílio, chama a irmã, que recebe por isso, mas este não é um trabalho fixo.

A companheira de Gelson “*trabalha fora*” e quando questionei o que ela fazia, foi curto e grosso: “*trabalha numa casa aí*”. Posteriormente, outros trabalhadores me contaram que ela é “doméstica” e por isso ele faz muitos trabalhos em casa: “*é ele que faz comida, lava a louça e estende a roupa... Lavar não é ele que lava né, é a máquina*”. Marcão também comentou que sua esposa “*trabalha em casas*”, denotando se tratar de uma diarista, diferentemente da mulher de Gelson.

Apesar de o trabalho feminino e também o trabalho dos filhos ser considerado nos discursos de algumas análises como “ajuda” (GUEDES, 1997; SARTI, 2011), nesta pesquisa, não fora este o achado. Miro, ao falar sobre o salário do filho, afirmou que “*o dinheirinho dele é só dele*”, ou seja, ao mesmo tempo em que Miro afirmou que não auxilia mais seu filho no vestuário ou coisas do tipo, deixa claro para mim que “as coisas da casa são com ele”, reforçando seu papel de homem provedor. Além disso, o trabalho feminino foi verbalizado pelos trabalhadores em tom de descaso, onde eles não quiseram dar sequência no assunto,

caracterizando as atividades das companheiras como “trabalha numa casa aí”, “cuida de umas crianças aí”, com certo desdém. Embora o trabalho das companheiras obrigue Gelson e Marcão a realizar tarefas domésticas, como entregaram os colegas: *“pior que ele tem que chegar em casa e esquentar a comida!”*, disse Chapolim, dando risada. Vemos que, embora o trabalho feminino seja informal e ajude economicamente dentro de casa, para este grupo de trabalhadores, ele é visto com certo descaso, pois mancha a imagem de “provedores do lar”. Além disso, o trabalho feminino acarreta novas configurações familiares para este grupo, que não pode ser abordada com profundidade aqui.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar não é tarefa fácil, mas não pela dificuldade, e sim pelas possibilidades. Não finalizo, deixo em aberto. Não tenho certeza se consegui realizar aquilo que me propus, pois o caminho fora um tanto tortuoso. Ao mesmo tempo em que chegava a um novo campo – a Antropologia – uma nova temática chegava até mim: as classes trabalhadoras urbanas ou os trabalhadores de baixa renda. Não precisamos aqui, enfim, delimitar. Fui tomada por novas – e constantes – leituras, incertezas, dúvidas. No entanto, hoje olho para trás e me sinto grata pelos obstáculos e pelas pedras que estavam no caminho.

Talvez tenha me equivocado na utilização de alguns conceitos, pois muitos deles foram sendo apropriados ao longo da escritura, já que “escutá-los” é sempre uma tarefa mais compreensível. Queria ter tido mais tempo, tempo de conhecer afundo a Antropologia, tempo de ter tido mais leituras, tempo de trabalhar mais sobre os fatos, mas não fico frustrada. No exercício de construção de um objeto – tarefa que leva tempo e por vezes nos passa a perna – aprendi que não controlamos nem nosso campo nem nossa vida.

Magnani (1992) ensina que o pesquisador deve ter uma postura sensível e aberta frente às novas problemáticas que possam surgir na pesquisa e o autor fala por experiência própria: sua trajetória foi marcada por mudanças. Ao escutar o que o campo lhe dizia e abrir-se para novos resultados, Magnani escreveu sua tese de doutorado, que conhecemos como “Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade” (1984). No entanto, seu primeiro objeto de estudo nos bairros periféricos de São Paulo era o circo-teatro como forma de entretenimento.

Tinha como principal problema de pesquisa saber se o circo era ou não um veículo de crítica social, que acabou diluindo-se quando o então pesquisador, através da etnografia, conheceu o cotidiano dos bairros e dos espetáculos. Ao perceber a existência de uma rede de atividades de lazer e entretenimento, Magnani entendeu que o circo, antes seu objeto, era apenas uma forma de entretenimento, e se seu conteúdo era ou não veículo de crítica – seu principal problema – não era algo central. Passou então a perceber uma série de observações e ordenamentos relacionados às formas de entretenimento e ao espaço nos bairros periféricos que resultaram em sua tese.

Da mesma forma que o autor, o campo acabou me mostrando qual o caminho a seguir. Busquei como problema de pesquisa estudar sobre as relações conjugais e familiares masculinas, questões estas manifestadas a partir da absoluta invisibilidade dos homens nas

famílias na minha época de estágio. Porém, ao observar o cotidiano destes homens, suas práticas e narrativas, percebi a existência de uma série questões trabalhadas ao longo deste texto: o trabalho como um fator importante na construção da identidade social desses homens.

Não apenas por serem provenientes de camadas baixas, onde o trabalho torna-se relevante para sua sobrevivência, *ser trabalhador* ainda representa a fonte de superioridade moral destes sujeitos e de suas famílias, além de um meio de aceitação social para quem já é tão estigmatizado por morar em um local conhecido por conter, ao mesmo tempo, “bandidos”, “marginais”, “vagabundos” e “pobres”. Neste sentido, ser “trabalhador” atribui uma identidade positiva na produção deste sujeito, morador da periferia de Santa Maria.

O exército fora importante não apenas para a origem da cidade, mas tem sua história marcante até hoje na vida dos trabalhadores. Vindos em sua maioria de localidades rurais ou descendentes de migrantes rurais, eles encontram no quartel uma trajetória comum. Lá, aqueles “guris” viram “homens”, saem de casa, de perto da família, passam por experiências novas, impactantes, “ganham corpo” e dinheiro. Têm orgulho de ser soldado. Do quartel saem direto para o mundo da prática: o que aprenderam vendo seus pais, avós, amigos e outros a fazer, reproduzem. Ou aprendem na marra.

Alguns logo casam e constituem família, outros não, mas todos arrumam trabalho, geralmente ofícios pouco especializados. A ferrovia também representou um marco para o desenvolvimento da cidade, possibilitando a diversificação da economia local, sobretudo a industrialização. Com a mão de obra assalariada e novas possibilidades, Santa Maria tornou-se uma cidade de “oportunidades”. No entanto, a atividade industrial entrou em declínio, e após o quartel, aqui os trabalhadores ficam no que lhes parece melhor.

Mesmo que haja um trânsito entre o trabalho formal e o trabalho informal, vemos que esta é mais uma tática de manutenção que permite que estes trabalhadores ganhem um dinheiro extra do que um “desleixo de malandro”. Na verdade, este trabalhador de baixa renda, de baixa escolaridade, morador da periferia, que não tem perspectiva de crescimento na empresa apresenta meios de burlar o sistema que opera contra ele.

Duplamente excluídos, moradores da periferia, invisíveis aos olhos do restante da cidade, também ficam escondidos em seu local de trabalho: ninguém os vê. Trabalham também na “periferia” da madeireira. Ao mesmo tempo em que o trabalho lhes dá “superioridade moral”, o local de labuta “embaixo” reforça a inferioridade em que estão submetidos na sociedade. Homens, trabalhadores de baixa renda, sem estudo, veem nas letras do *rap* um meio de identificação com os problemas vividos com o restante dos “manos”,



como eles. Para ultrapassar essas adversidades, é essencial que sejam *respeitados* e *reconhecidos* pelos “lá de cima”.

A honra deste trabalho vem também do *ethos masculino* deste grupo: reconhecimento e prestígio de outras pessoas, principalmente de outros homens. Se esta degradação vivenciada no cotidiano do trabalho, onde a hierarquia profissional também é incorporada à experiência, têm relevância direta no valor social do sujeito, podemos afirmar que estes trabalhadores exigem reconhecimento de suas desgastantes atividades.

Sendo assim, tenho convicção de que o assunto não se esgotou. Devido às limitações de tempo e da própria pesquisadora, e também porque os sujeitos pesquisados não são objetos, considero importante ressaltar alguns pontos que justificariam futuras pesquisas. Curiosamente, ou propositalmente – acho que nunca saberei – buscando pesquisar a absoluta ausência dos homens nas famílias de baixa renda, acabei lidando com um lugar social onde eles estão em absoluta presença: o trabalho.

Aliás, é neste espaço que estes homens são *homens de verdade*, onde eles reforçam e afirmam suas masculinidades, onde há a exibição da força física, da virilidade, de onde eles podem garantir seu papel de provedor. Por isso, naquele espaço, a “família”, apesar de um valor central na constituição de sua identidade, é pouco tolerada. Embora eles sejam os provedores delas, nas famílias, as protagonistas são outras: as mulheres. Sendo assim, “assunto de família” e “assunto de casa” não são assuntos de homens.

No entanto, Miro, por exemplo, mostrou-se um exímio “pai de família”, falando com orgulho de sua prole. Este “sentimento paterno” percebido no grupo, até mesmo na empolgação de Élder quando soube da gravidez da “companheira” nos mostra a outra presença possível dos homens nas famílias: a de paternidade. Porém, diferente da representação feita por mim, na introdução deste texto, ao supor que os pais das classes trabalhadoras “não assumiam responsabilidade” ao deixar as mães criando seus filhos na maior parte das vezes, sozinhas.

Penso, agora, que os pais se fazem presentes de outras formas, como aponta Fonseca (2000), e uma delas é através das mulheres, outras é através do provimento do lar. No entanto, há um orgulho imenso em “ser pai” ou “tornar-se pai”, percebido também na comemoração dos trabalhadores quando souberam que a companheira de Élder esperava um filho. Tal fato demonstra ser possível pensar a masculinidade na esfera da paternidade, desconstruindo noções pré-estabelecidas e naturalizadas, inclusive nos grupos populares.

Mas não só, percebi também mudanças, como, por exemplo, nas tarefas domésticas. Estes trabalhadores, mesmo trabalhando fora, assumem tarefas domésticas, como estender a roupa, fazer ou esquentar a comida, etc, já que as companheiras também trabalham fora. Neste sentido, que novas configurações familiares estão se dando com a entrada da mulher no mercado de trabalho? Poderíamos dizer que ambos estão assumindo dupla jornada?

Na verdade, estas eram questões propostas por mim no primeiro projeto de pesquisa. No entanto, durante esta pesquisa me distanciei muito das primeiras perguntas. Inserindo-me no universo de trabalho destes homens, não consegui construir um campo de relações que me oportunizasse investigar a presença/ausência dos homens na vida familiar dos grupos de trabalhadores, e ironicamente, chego ao final confrontando novamente com as mesmas questões que me fizeram iniciar este estudo.

## REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998. Tradução de Myriam Ávila et. al.
- BOFF, Adriane. **O namoro está no ar** – na onda do outro: um olhar sobre os afetos em grupos populares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.
- BOTEGA, Leonardo da Rocha. Urbanização e ocupações na formação da periferia de Santa Maria-RS na segunda metade do século XX. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Santa Maria: Câmara dos Vereadores, 2012. p. 75-94.
- BRITES, Jurema Gorski. **Afeto, desigualdade e rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. 2000, 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- BUFFON, Roseli. Encontrando uma tribo masculina de camadas médias. **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis, UFSC-PPGAS/Núcleo de Gênero e Subjetividade, 1993.
- CALDEIRA, Teresa. **A política dos outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação da capacidade pedagógica na saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**. V. 10, n.4, 2005.
- CLIFFORD, James. **Routes**: Travel and Translation in the late Twentieth Century, 1997, by Harvard University Press. 1ª ed: Barcelona, 1999.
- COSTA, Elisa Maria Amorim; CARBONE, Maria Herminda. **Saúde da Família** – uma abordagem interdisciplinar. Livraria e Editora Rubio Ltda, 2004.
- DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DHEIN, Gisele. Pausa! Clínica. Clínica política. Clínica ampliada: a produção do sujeito autônomo. 2010, 83 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.
- DESCOLA, Philippe. “Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia”. **MANA** 4(1): 23-45, 1998.

EVANS PRITCHARD, Edward Evan. **Os nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FAGUNDES, Hilton Albano Vieira. Diagnóstico da produção de madeira serrada e geração de resíduos do processamento de madeira de florestas plantadas no Rio Grande do Sul. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, UFRGS, Porto Alegre.

FARIAS, Carlos Lemanski. **O processo de ocupação da periferia urbana em Santa Maria - RS**: o caso do bairro Nova Santa Marta. 2011, 166 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz, 2011.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 41-68, jan./jun. 2013.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. “Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação”. **Revista Brasileira de Educação**. n. 10, p. 58-78, jan. 1999.

\_\_\_\_\_. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. O anonimato no texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. In: SCHUCH, P; VIEIRA, M. S; PETERS, R. (Orgs.). *Experiências, Dilemas e Desafios do Fazer Etnográfico Contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 205-227.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1 ed. (1989), 13. Reimpressão – Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIMENO, Patrícia Curi. **Poética versão**: a construção da periferia no rap. 2009, 154 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2009.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: [s.n.], 2010. p. 335-350.

GUEDES, Simoni Lahud. **Jogo de corpo**: um estudo de construção social de trabalhadores. Niterói: EDUFF, 1997.

KANAAN, Beatriz Rodrigues. **Homo Faber**: Uma etnografia de práticas de trabalho na serra gaúcha/Rio Grande do Sul. 2013, 229 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LACERDA, Maria Ribeiro et. al. Atenção à saúde no domicílio: modalidades que fundamentam sua prática. **Saúde sociedade**. São Paulo, v. 15, n. 2, mai/ago, 2006.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Imagem, 2004.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo, Editora 34, 2005.

\_\_\_\_\_. **Reensamblar el social**: uma introducción a la teoria del actor-red. 1. ed. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LEFEBVRE, Henry. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial, 1970.

LEWGOY, Bernardo; Sordi, C; Teixeira, I; Borges, P. Projeto de Pesquisa: Espelho Animal: Antropologia das Relações entre humanos e animais. Consultado em: 30 de março de 2014. In: <goo.gl/BJCIS>

LIMA, Bruna; KONRAD, Diorge Alceno; PADOIN, Maria Medianeira. A problemática do Distrito Industrial em Santa Maria – RS. Anais eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional (2013) – ISSN 2318-6208

MACEDO, Carmem. Igualdade e hierarquia. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 35, p. 7-17, 1992.

MACHADO, Márcia Kaipers. A atuação histórica e geopolítica das forças armadas em Santa Maria. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Santa Maria: Câmara dos Vereadores, 2012. p. 31-48.

MACHADO, Paula Sandrine. Entre homens: espaços de gênero em uma pesquisa antropológica sobre masculinidade e decisões sexuais e reprodutivas. In: FLEISCHER, S; BONETTI, A. **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: EDUNICS, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: HUCITEC/Editora da Unesp, 1984.

\_\_\_\_\_. Discurso e representação ou De como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: DURHAN, Eunice et. al. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 35, p. 191-203, 1992.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

MALUF, Sonia. **Encontros noturnos**: bruxas e bruxarias na lagoa da Conceição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MOTTA, Flávia; PEREIRA, Tiê Fernandes. O sexo das letras: gênero e desenho gráfico popular em Florianópolis. **Simpósio Internacional Fazendo Gênero 7**: Gênero e Preconceitos. UFSC, 2006.

OLIVEIRA, Samantha Brasil Calmon. Sobre homens e cães: um estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção. 2006, 143 f. Sobre homens e cães: um estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do Antropólogo. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PADOIN, Maria Medianeira. A viação Férrea e o desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Maria. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: [s.n.], 2010. p. 321-334.

PAIM, Heloisa Helena Salvatti. Vivendo como amante de um homem casado: entre a legitimidade e a ilegalidade das uniões extraconjugais. 1998, 138 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

PASTORI, Érica Onzi. **Perto e longe do coração selvagem**: um estudo antropológico sobre animais de estimação em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2012, 107 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PEIRANO, Mariza. **A favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relum-Dumará, 1995.

PEIRUS, Daiana Caren, et. al. **Diagnóstico ambiental das madeiras no município de Santa Maria – RS**. Universidade Federal de Santa Maria. Trabalho apresentado ao XI Salão de Iniciação Científica – PUCRS, 09 a 12 de agosto de 2010.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1978.

ROMCY, Daniela. **“Fala que nem homem”**: gênero, poder e honra em um canteiro de obras. 2013, 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo; SCHIO, Letícia Genro. A Associação comunitária do bairro Renascença: conquistando direitos em Santa Maria. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Santa Maria: Câmara dos Vereadores, 2012. p. 95-118.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHÜTZ, Alfred. O estrangeiro: um ensaio em Psicologia Social. Tradução de Márcio Duarte e Michel Hanke. **Revista Geraes**, n. 53, p. 117-129, 2003.

SCOTT, James. **Weapons of the Near**. Everyday forms of peasant resistance. Newtaven: Yale University Press, 1985.

SEGATA, Jean. **Nós e os outros humanos, os animais de estimação**. 2012, 200 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia. Campinas: Unicamp, 2006.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R. R. Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. **Inquietas companhias**: sobre os animais de criação entre os Karitiana. 2010, 311 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Campinas, Capinas, 2010.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIERO, Lia Margot Dornelles; FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini. Uma avaliação da população do município de Santa Maria (RS): ênfase para as unidades distritais, 2000-2010. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **From the Enemy's Point of View**: humanity and divinity in Amazonian Society. Chicago: Chicago University Press, 1992.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.